Observação

Solicitamos aos eventuais leitores que, caso disponham de outras informações que possam enriquecer este verbete, favor encaminhá-las à Fundação José Augusto através do seu Centro de Estudos e Pesquisas Juvenal Lamartine-CEPEJUL, situado na Rua Jundiaí, 641, Tirol, CEP 59020-120, ou, pelo E-mail fjacepejul@rn.gov.br

Juvenal Lamartine de Faria

Município de Serra Negra do Norte-RN
Juvenal Lamartine de Faria
Político
Advogado
Escritor
Jornalista

Município de Natal-RN
Juvenal Lamartine de Faria
Presidente de Província
Governador: 1928-1930
Vice-Governador: 1903 a 1904
Academia Norte-rio-grandense de Letras – ANRL
Juvenal Lamartine de Faria
FUNDADOR
Primeiro ocupante da cadeira 12
3º Presidente da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, de 27/05/1943 a 24/03/1949
Patrono da Cadeira 12 – Amaro Cavalcanti de Albuquerque
Natal
Leste Potiguar

Juvenal Lamartine de Faria - Político, advogado, escritor, jornalista. É nome do centro de estudos e pesquisa da Fundação José Augusto, de Estádio de futebol e de Rua em Natal. Juvenal Lamartine de Faria nasceu em Serra Negra do Norte-RN, a 9 de agosto de 1874 e faleceu em Natal-RN, a 18 de março de 1956.

Juvenal Lamartine de Faria, natural de Serra Negra do Norte-RN, nascido a 9 de agosto de 1874, filho de Clementino Monteiro de Faria, este foi prefeito de Serra Negra e deputado estadual; e de Paulina Umbelina dos Passos. Foi juiz de direito, advogado e jornalista. Como parlamentar ficou conhecido como Juvenal Lamartine.

Na vida política foi vice-governador (1903-191), deputado federal (1906-1911, 1912-1914,1915-1920, 1921-1923, 1924-1926), Senador da República (1927-1928) e Governador (1928-1930).

Fez o Curso Secundário no Atheneu Norte-rio-grandense, em Natal e o Curso Superior de Direito, na Faculdade de Direito do Recife.

Foi casado com Dona Silvina Bezerra de Araújo Galvão. Publicou as seguintes obras: Patriarcas Seridoenses, Velhos Costumes do Meu Sertão.

Juvenal Lamartine de Faria - Nasceu em Serra Negra a 9 de agosto de 1874, filho do Coronel Clementino Monteiro de Faria e d. Paulina Umbelino dos Passos Monteiro. As primeiras letras aprendeu em casa, seguindo para Caicó a fim de estudar Latim e Francês. Em 1891, no Atheneu, iniciou os preparatórios, que concluiu em João Pessoa. Bacharelou-se em Direito no Recife, em 1897. Voltando a Natal, assume a redação de “A República” e a vice-diretoria do Atheneu. Em 1898 é Juiz de Direito em Acari e, em 1903, vice-governador do Estado. Em 1906, elegeu-se Deputado Federal pelo Partido Republicano, o “Perré”. Seguem-se sete legislaturas vitoriosas, até chegar ao Senado, em 1927. Nessa Casa, apresentou projeto criando uma base internacional aérea em Natal, com uma secundária em Fernando de Noronha e um farol no Rochedo de São Pedro e São Paulo. Já naquela época ele vislumbrava a importância estratégica da nossa posição geográfica. Na Comissão de Justiça mostra-se favorável ao voto feminino. Renunciou ao cargo para ser Governador do Estado, empossado em 1º de janeiro de 1928. Pioneiro da aviação civil, criou o Aero Clube e a Escola de Pilotagem; construiu 30 campos de pouso no Estado e lutou pelo estabelecimento de escalas regulares de empresas internacionais em Natal, trazendo a “Condor”, a “Aeropostale” e a “Panair”. Construiu 416 quilômetros de rodovias e várias pontes de concreto. Edificou o Leprosário São Francisco de Assis, a 14 de janeiro de 1929; o prédio da Saúde Pública em 1º de outubro do mesmo ano e o estádio de futebol da cidade. Modernizou o Fisco. Reorganizou a Imprensa Oficial. Na Educação, ampliou a rede escolar, elevando o número de matrículas em 82%. Ajudou na manutenção da Escola Doméstica. Reorganizou a Polícia Militar, combatendo o Cangaço. Seus críticos alegam que foi duro com os adversários políticos e contra criminosos comuns, pondo sua administração entre o dever real e a violência policial. Por outro lado, instituiu o voto feminino no Rio Grande do Norte, pela primeira vez no País, inscrevendo, em Lages, a primeira eleitora a tornar-se Prefeita, no Brasil. A fim de evitar a falência do Banco de Natal, modificou-lhe os estatutos e

transformou-o no Banco do Rio Grande do Norte, robustecido com novas agências. Deu apoio às Letras e às Artes. Deposto pela Revolução de 1930, exilou-se na Europa. Regressou em 1933, seguindo para sua fazenda, em São Paulo do Potengi. Escreveu Velhos Costumes do Meu Sertão, O Seridó, Suas Produções e Suas Riquezas e O Meu Governo. Foi um dos fundadores da UDN e do PSP, mas não se elegeu Senador em 1945. Presidiu o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, a Federação Rural e o Rotary Club. Eleito para a Academia Norte-rio-grandense de Letras, na Cadeira de Amaro Cavalcanti. Faleceu em Natal, a 18 de abril de 1956. Hoje, é nome do estádio de futebol que construiu (1929); de rua, no bairro do Tirol, e do Centro de Estudos e Pesquisas da Fundação José Augusto.

Fonte: "Personalidades Históricas do Rio Grande do Norte (séc. XVI a XIX), Coordenação e redação Tarcisio Rosas. Natal: Fundação José Augusto - Centro de Estudos e Pesquisas Juvenal Lamartine-CEPEJUL, 1999.

Juvenal Lamartine de Faria

Por **Renato Amado Peixoto**

LAMARTINE, Juvenal, nasceu na fazenda Rolinha em Serra Negra do Norte (RN) no dia 9 de agosto de 1874, filho de Clementino Monteiro de Faria e de Paulina Monteiro de Faria. Seu pai foi chefe político de Serra Negra do Norte, presidente da intendência municipal e deputado estadual de 1907 a 1909.

Em 1880 casou-se com Silvina Bezerra de Araújo Galvão, filha de Silvino Bezerra, chefe político de Acari (RN), na região do Seridó, que foi várias vezes deputado provincial e depois vice-governador no governo Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, líder do Partido Republicano do Rio Grande do Norte. Em 1897 formou-se bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade do Recife, e em 1898 Pedro Velho nomeou-o vice-diretor do Colégio Ateneu e chamou-o para ser redator do jornal *A República*, órgão oficial do partido. Nesse mesmo ano foi nomeado juiz de direito de Acari, cargo que exerceria até 1905.

Em 1903, indicado por Pedro Velho, foi eleito vice-governador do Rio Grande do Norte na chapa do Partido Republicano Federal liderada por Augusto Tavares de Lira. Empossado o novo governo em 25 de março de 1904, renunciou à vice-governança em 1905 e foi eleito deputado federal. A partir de então seria reeleito continuamente até 1926. Na Câmara, fez parte das Comissões de Marinha e Guerra, de Constituição e Justiça, de Instrução Pública, e das comissões especiais do Código Civil. Na Comissão de Constituição e Justiça destacouse pela defesa do voto feminino. Fez parte também da Mesa da Câmara. Em 1926 foi o principal responsável pela introdução do voto feminino na Constituição do estado do Rio Grande do Norte, oito anos antes de a Constituição Federal de 1934 ter incorporado o mesmo direito.

Enquanto exercia o mandato de deputado federal, em 1923, junto com seu primo José Augusto Bezerra de Medeiros, neto de José Bernardo de Medeiros, conseguiu reorganizar a chamada "facção do Seridó" do Partido Republicano. Apoiados pelo presidente da República Artur Bernardes, conseguiram destituir Ferreira Chaves da chefia do partido e indicar José Augusto para governador do Rio Grande do Norte na sucessão de Antônio de Sousa (1920-1924). A partir da nova composição política, foi escolhido e eleito senador em 1927. No Senado fez parte da Comissão de Diplomacia e Tratados.

Ainda em 1927 foi eleito governador do Rio Grande do Norte, sucessão de José Augusto (1924-1928), sendo empossado em 1º de janeiro de 1928. Embora sobre seu governo incidissem sobremaneira os efeitos dos juros do empréstimo contratado em 1909 pelo então governador Alberto Maranhão, sua administração foi bastante dinâmica. Procurou incentivar a pecuária, bem como diversificar e aumentar a produção agrícola do estado por meio da introdução de novos cultivos e de incentivos ao crédito. Procurou abrir novas estradas em colaboração com a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) de modo a melhor escoar os produtos agrícolas. Cuidou também da educação rural, construindo 49 escolas no interior e subvencionando escolas particulares, o que fez duplicar as matrículas no estado, segundo Itamar de Souza.

Por outro lado, percebendo sua liderança ser ameaçada tanto pelos partidários de João Café Filho quanto pela Aliança Liberal, passou a perseguir duramente a oposição, expulsando e mandando agredir seus adversários, bem como manipulando os resultados eleitorais.

Segundo Café Filho, teria mandado queimar as atas das eleições municipais de 1928 em Natal, compondo "a bico de pena" toda a Câmara apenas com seus correligionários. Com a vitória da Revolução de 1930, seguiu em exílio para a Europa, transitando entre a França e a Alemanha, de onde só voltaria em 1933. Nesse mesmo ano, durante a interventoria de Mário Leopoldo Pereira da Câmara, seu filho Otávio de Lamartine Faria foi morto pela polícia militar do estado.

Em 1945 organizou a União Democrática Nacional (UDN) no Grande do Norte, sendo escolhido seu presidente de honra. Foi também candidato a senador constituinte, mas saiu derrotado. Foi colaborador do jornal *A Tribuna da Imprensa* e, tendo sido um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), colaborou também com a revista do Instituto.

Juvenal Lamartine publicou *O meu governo* (1933). Como obras póstumas, foram publicadas *Patriarcas seridoenses* (1965) e *Velhos costumes do meu sertão* (1965).

De seu casamento com Silvina Bezerra de Araújo Galvão, teve dez filhos. Note-se que Dinarte Mariz passou a pertencer ao mesmo grupo familiar após o casamento de suas duas irmãs com dois irmãos de Juvenal. Dinarte Mariz foi senador pelo Rio Grande do Norte de 1955 a 1956, governador do estado de 1956 a 1961 e novamente senador de 1963 a 1984. Juvenal e Dinarte eram tios de Morton Mariz Faria, e tios-avós da filha deste, Vilma de Faria, que foi deputada constituinte pelo Rio Grande do Norte em 1987-1988, prefeita de Natal em 1989-1993 e 1997-2002, e governadora do Rio Grande do Norte a partir de 2003.

Faleceu em Natal em 18 de abril de 1956.

Fonte

http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LAMARTINE,%20Juvenal.pdf

CASCUDO, L. *Governo*

FARIA, J. *Meu governo*

MAIA, A. *Parlamentares*

MEDEIROS, J. *Rio Grande do Norte*

SENADO. *Anais* (29/11/1974)

SOUZA, I. *República*

SPINELLI, J. *Oligarquia*

Amaro Cavalcanti de Albuquerque

Amaro Cavalcanti, natural de Caicó-RN, nascido a 15 de agosto de 1849. Jurista, escritor, jornalista, professor, Ministro de Estado e Prefeito do Distrito Federal. Faleceu no Rio de Janeiro a 28 de janeiro de 1922.

Juvenal Lamartine de Faria

400 Nomes de Natal

"Antecipador de novas tempos, homem público com trinta anos de adiantamento da época em que viveu ", segundo Nilo Pereira. Juvenal Lamartine foi um homem movido por grandes ambições sociais, algumas das quais se constituíram como divisores de época. Por exemplo, sua luta vitoriosa pelo reconhecimento do voto feminino, em 1927, antecipou-se a um direito que o Código Eleitoral Brasileiro só reconheceria em 1932.

O Prof. Edgar Barbosa observa, a esse respeito: *"Deve o Brasil a Juvenal Lamartine. então Presidente eleito do Estado. essa audaciosa abertura liberal, que o movimento revolucionário de 1930 haveria de ratificar no mesmo decreto que implantou o sigilo do voto".*

Nessa luta, foi fundamental a participação do deputado estadual Adauto da Câmara, que encaminhou a proposta ao Congresso Estadual, aprovada e sancionada pelo governador José Augusto.

Juvenal Lamartine foi também pioneiro da aviação civil. Em 1928, fundou o Aero Clube de Natal, trouxe para Natal o comandante Djalma Lins Petit, da Aviação da Marinha, para dirigir a primeira escola de pilotagem civil do Aeroclube de Natal e, pioneiramente, implementou a interiorização ela aviação através da construção de campos de pouso em cerca ele vinte municípios do atraiu a Latecoére (Air France) e o Sindicato Condor para o Rio Grande do Norte.

Como parlamentar, preocupou-se principalmente com o problema das secas, que enfrentou com a construção de açudes. Também se preocupou com os meninos de rua que já na sua época, representavam um sério problema social.

A lepra foi um dos problemas de saúde pública no Rio Grande do Norte que Juvenal Lamartine combateu de perto, com a ajuda do prof. Adolfo Lutz, grande autoridade no assunto, que veio ao Estado, a convite do governo, na companhia da filha Bertha. Uma das primeiras coisas que o casal de cientistas adotou foram medidas profiláticas, como a proteção dos leprosos contra os mosquitos sugadores de sangue, e o isolamento, por mosquiteiros, dos doentes nos períodos febris.

Em fevereiro de 1929, Juvenal Lamartine baixou um decreto definindo as normas de combate à lepra, seguindo orientação do Dr. Lutz, e dando início à construção de um leprosário, a Vila de São Francisco de Assis, cujas obras foram dirigidas pelo então Diretor da Saúde Pública, Varela Santiago.

Com a Revolução de 30, quando era governador do Estado, foi deposto e deportado para a França, onde viveu durante três anos, regressando com a anistia, em 1933. Mas não voltou mais à vida pública, preferindo retomar a sua colaboração nos jornais "Tribuna do Norte", "A República", "Diário e Natal", entre outros, onde espalhou seu pensamento e experiência de homem público, escrevendo também artigos deliciosos sobre patriarcas e costumes sertanejos. Foi maçam convicto e nunca teve razões para abjurar a Maçonaria

Para Câmara Cascudo, Juvenal Lamartine foi *"um ´causeur´ um conservador magnífico". E completa: "Foi emocionalmente um sertanejo, nas lembranças, nas memórias, nas ressurreições do velho sertão que tão bem está no seu livro póstumo".*

Sócio-fundador da Academia Norte-rio-grandense de Letras, fundador da cadeira n° 6 dessa instituição acadêmica, foi o terceiro presidente da ANL, tendo sido reeleito, várias vezes, no período de 1943 a 1949. No fim da vida, já quase cego, ditou uma série de crônicas de interesse etnográfico, depois reunidas em livro.

Dos seus filhos, o único vivo é o escritor Oswaldo Lamartine de Faria, considerado o maior estudioso dos sertões do Seridó e na visão de Gilberto Freire, é considerado um estilista da etnografia brasileira. (Nelson Patriota)

Obra: Velhos Costumes do Meu Sertão (livro póstumo), FJA, Natal, 1965.

Fonte: Revista Província, n" 3 - Juvenal Lamartine de Faria - 187411956, Natal, 1994.
CASCUDO, L da C. História da Cidade do Natal, Prefeitura do Natal, 1947; 2' ed., Civilização Brasileira, Rio, 1980; 3' ed. Prefeitura de Natal-IHGRGN, Natal,1999.
MELO, Veríssimo de. Patronos e Acadêmicos, vol. 11, Pongetti Editora, Rio de Janeiro, 1974.
BARBOSA. Edgar. Imagens do Tempo, Editora Universitária, UFRIN, 1966, Natal, RN.
LAMARTINE, Hyperides. Assentamentos da Família Lamartine, Editora Clima, Natal. 1982.
MEDEIROS Filho, alava. Velhas Famílias do Serido, Editora Senado Federal, Brasília, 1981.

Juvenal Lamartine de Faria

Juvenal Lamartine de Faria nasceu em Serra Negra, Rio Grande do Norte a 9 de agosto de 1874, filho de Clementino Monteiro de Faria e d. Paulina Monteiro de Faria. Bacharel em Recife na turma de 1897. No mesmo ano foi vice-diretor do Ateneu Norte-rio-grandense, redator d'*A República* , de 2 de abril a 20 de agosto de 1898. Juiz de Direito do Acarí, tomou posse a 1^0 de setembro de 1898 e deixou em 1905. Vice-Governador no quatriênio de 1904-1908, renunciou em 1905. Deputado Federal da 6^a , 13^a legislaturas, de 1906 a 1926, sucessivamente. Eleito para o Senado Federal na 13^a legislatura, 1927-1929, renunciou o mandato por ter sido eleito Presidente do Estado em cujo desempenho a revolução de outubro de 1930 o encontrou.

Elevou a povoação de São Miguel de Jucurutu a vila em 8 de novembro de 1928. Criou os municípios de Baixa Verde e São Tomé pelas leis 697 e 698, de 29 de outubro de 1928. Elevou a vila de Goianinha à cidade,

pela lei nº 712, de 9 de novembro de 1928. Inaugurou o Leprosário São Francisco de Assis em 14 de janeiro de 1929, instalando posteriormente vários melhoramentos e acréscimos, 90% dos morféticos estavam sendo convenientemente atendidos. Inaugurou o edifício da Saúde Publica a 1º de outubro de 1929. O Aero C1ub, a 29 de dezembro de 1929. Incrementou o movimento aviatório, dando facilidades às companhias de navegação aérea, conseguindo vinte oito campos de pousos no interior e prestigiando a Escola de Pilotagem, sob a direção do comandante Djalma Petit, que diplomou uma turma de cinco alunos como pilotos de turismo. Os *brevéts,* referendados pelo Aero C1ub Brasileiro que tinha delegação da *Federation Aéronautic Internationale*, possuíam direitos internacionais. Dedicou-se ao desenvolvimento da campanha feminista, vendo iniciar-se a votação feminina no Estado. D. Júlía Barbosa Cavalcanti foi eleita para o Conselho Municipal de Natal e d. Alzira Teixeira Soriano governou o município de Lages. Cuidou das rodovias, duplicando a rede. A população escolar matriculada ia 31.987 alunos com uma frequência de 82%. Terminou a 31 de maio de 1930 o edifício da Recebedoria de Rendas Estaduais. Em 6 de agosto de 1930 atracou no cais das Docas de Natal, ainda não inaugurada, o cruzador inglês *Dehlí,* sob o comando do capitão de mar e guerra H. S. Tait. O *Dehli foi o primeiro vaso de guerra estrangeiro e o maior vapor que transpôs a barra de Natal. (**Mensagem**,* de 10 de outubro de 1930). Transformou em Departamento de Agricultura, Industria, Comercio e Obras Públicas (Lei nº 701, de 3-XI-1928) a Diretoria antiga.

Extraído do livro **Governo do Rio Grande do Norte**, 2ª Volume, de autoria de Luís da Câmara Cascudo. Mossoró-RN, Coleção Mossoroense, série "C", volume DXXXI, 1989.

Juvenal Lamartine de Faria

De 01-01-1928 a 05-10-1930

por **João Batista Machado**

Juvenal Lamartine de Faria[(1)] governou o Rio Grande do Norte por dois anos e nove meses. Foi deposto pela revolução de 30. Apesar de amigo de Getúlio Vargas, apoiou a candidatura de Júlio Prestes e foi destituído após a vitória da revolução comandada por Vargas, que depôs todos os governadores eleitos na época, inclusive os revolucionários. Exilou-se na Europa, retomando ao Estado já no governo de Rafael Fernandes Gurjão.

Filho de tradicional família seridoense, Juvenal Lamartine era juiz de Direito em Acari, até ingressar na vida pública, o que fez com sucesso. Foi deputado federal, vice-governador, senador da República e governador. Foi quem dotou o Estado de uma moderna infra-estrutura, representada por estradas, pontes, escolas, campos de pouso no interior; criou o Aero Clube, a escola de pilotagem e o estádio de futebol que hoje tem o seu nome, no Tirol. Manteve na prefeitura de Natal o engenheiro Ornar O'grady, que executou o plano de urbanização da capital, elaborado pelo arquiteto italiano Giácomo Palumbo.

Austero

Intelectual, o governador deu o maior apoio às letras e às artes. Mantinha estreitas relações com os escritores e jornalistas da época. Homem austero, não admitia contestação à autoridade constituída. Por isso, os adversários passaram a chamá-lo de truculento. Ele era um homem cioso de seus deveres e das suas obrigações. Acabou com o banditismo do Rio Grande do Norte, o que, naquele tempo, era o flagelo do sertão.

O cangaceirismo, na época, era uma espécie de epidemia, dizimando vidas e aterrorizando famílias no interior do Estado, com a finalidade de saquear, roubar e matar, atendendo a caprichos políticos ou por vingança familiar. No governo de Juvenal Lamartine, os cangaceiros foram banidos do Rio Grande do Norte.

Em 1918, como deputado federal, participou da elaboração do Código Civil, tendo subsidiado o parecer de Clóvis Beviláqua, do qual resultou sua aprovação. Homem de cultura humanista, era também cultor do Direito, respeitado por seus pares no Congresso Nacional, tanto na Câmara como no Senado.

Fundador

Foi um dos fundadores da UDN em 1945, no Rio Grande do Norte, ao lado de José Augusto Bezerra de Medeiros, Dinarte de Medeiros Mariz e outros. No acordo da UDN (União Democrática Nacional) com o PSP (Partido Social Progressista), saiu candidato ao Senado, mas foi derrotado por João Câmara. Para o governo, elegeu-se José Augusto Varela, que disputara o pleito com Floriano Cavalcanti, em 1947.

O acordo com Café Filho (PSP) não foi bem visto por seus amigos e até familiares. Juvenal Lamartine disputou, então, seu último mandato na política do Rio Grande do Norte. Foi o primeiro acordo político entre adversários e até inimigos pessoais. Hoje é nome do estádio que construiu - o "Juvenal Lamartine" - e do Centro de Estudos e Pesquisas da Fundação "José Augusto", uma homenagem prestada pelo governador Aluízio Alves, amigo e admirador de Lamartine, um homem identificado com sua terra e seu povo.

Durante o seu curto período de governo, foi eleita em Lages a primeira prefeita da América Latina, Alzira Soriano, em 1928. Era o coroamento da luta de Lamartine pela emancipação feminina

Juvenal Lamartine construiu 416 quilômetros de estradas e pontes, desbravando o sertão e interligando-o com a capital. Seguiu a política de valorização do algodão que herdou do seu antecessor, dando maior destaque à política de incentivos fiscais, como por exemplo a redução do imposto de exportação para o caroço, o farelo e o óleo, derivados do algodão.

Sua última atividade foi a presidência da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, que se transformou no refúgio do velho líder comprometido com a valorização da cultura do Rio Grande do Norte. Juvenal Lamartine nasceu em Serra Negra, em 09/08/1874, e faleceu em Natal, em 18/04/1956.

Com a revolução de 30, comandada pelo gaúcho Getúlio Vargas, depondo o presidente Washington Luís, estava encerrado o ciclo da Primeira República, também conhecida como "República Velha", que vai de 1889 *a 1930. O País conquistava o direito ao voto secreto, uma das maiores conquistas do movimento revolucionário.*

[(1)] Vice-governador: desembargador Joaquim Inácio de Carvalho Filho.

Bibliografia

– O autor pesquisou a memória da Primeira República em três excelentes trabalhos, que muito contribuíram para o resgate da história política do Rio Grande do Norte:

–"A República Velha no Rio Grande Norte" (1889 a 1899) [2], de autoria do professor e historiador Itamar de Sousa, publicado durante o centenário do ciclo republicano no Estado.

–"Personalidades Históricas do Rio Grande Norte- Século XVI a XIX," editado pela Fundação José Augusto e o Centro de Estudos e Pesquisas Juvenal Lamartine. -"Coleção Nosso Brasil - O Nosso Rio Grande do Norte," de autoria do jornalista Murilo Meio Filho, membro da Academia Brasileira de Letras.

[2] Na Primeira República, também conhecida como "República Velha", voltaram ao poder, pela segunda vez, os governadores Ferreira Chaves, Alberto Maranhão e Antônio de Sousa.

Fonte: Extraído do livro "**Perfil da República no Rio Grande do Norte (1889-2003**)", de autoria do jornalista e historiador João Batista Machado (págs. 75-81)

Juvenal Lamartine de Faria

Senador

Filho de Clementino Monteiro de Faria e de D. Paulina Umbelina dos Passos nasceu em 9/8/1874, em Serra Negra-RN, e faleceu em 18/4/1956 em Natal-RN. Foi juiz, advogado e jornalista. Como Parlamentar ficou conhecido como Juvenal Lamartine.

Na vida política cumpriu os mandatos nos períodos a seguir mencionados:

Mandatos

Vice-Governador (1903 a 1904)
Deputado Federal (1906 a 1911)
Deputado Federal (1912 a 1914)
Deputado Federal (1915 a 1920)
Deputado Federal (1921 a 1923)
Deputado Federal (1924 a 1926)
Senador (1927 a 1928)
Governador (1928 a 1930)

Foi eleito pelos Partidos Republicano Federal (PRF) e União Democrática Nacional (UDN).

Juvenal Lamartine foi ainda Vice-diretor do Atheneu Norte-rio-grandense e Juiz de Direito em Acari.

Fez o Curso Secundário no Atheneu Norte-rio-grandense, em Natal-RN, e o Curso Superior de Direito, na Faculdade de Direito do Recife, em Recife-PE.

Casou-se com Silvina Bezerra de Araújo Galvão em 4/12/1880, em Acari-RN. Publicou as seguintes obras: *Patriarcas Seridoenses, Velhos Costumes do Meu Sertão (1965).*

Seu pai (Clementino Monteiro de Faria) foi Prefeito em Serra Negra e Deputado Federal.

Foi um dos redatores do jornal *A República,* órgão do partido chefiado por Pedro Velho.

Na Câmara fez parte das Comissões de Marinha e Guerra, Constituição e Justiça, Instrução Pública e das Comissões Especiais do C6digo Civil.

No Senado foi membro da Comissão de Diplomacia e Tratados.

Foi deposto do Governo do Rio Grande do Norte com a Revolução de 1930. Exilou-se na Europa.

Foi favorável ao voto feminino.

Foi de sua iniciativa a criação de uma Base Aérea em Natal. Organizou a UDN do Rio Grande do Norte.

Fundou e presidiu o Aeroclube do Rio Grande do Norte.

Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

Foi presidente e sócio fundador da Academia Norte-rio-grandense de Letras, tendo sido o primeiro ocupante da cadeira número 12, de Amaro Cavalcanti.

Foi um dos animadores da Liga de Ensino, que em Natal fundou a Escola Doméstica em 1914.

Presidiu o Rotary de Natal.

Ocupou uma das Secretarias da Mesa da Câmara dos Deputados.

Fonte: MAIA, Agaciel da Silva. **Parlamentares do Rio Grande do Norte: Senadores do Império à República** / Agaciel da Silva Maia; prefácio de José Sarney. Brasília: Senado Federal, 2002. (págs. 118-120)

O Comandante Manuel Augusto Morreu

Por **Luís da Câmara Cascudo**

O Comandante **Manuel Augusto Pereira de Vasconcelos** era Almirante reformado e morava em Petrópolis onde faleceu a 13 deste julho de 1959. Era septuagenário mas lépido, mantendo elegância natural e grande conversador, servido por memória maravilhosa de fidelidade.

Natalense da Ribeira, canguleiro pegador de aratu, brigador de arraia, estudante fujão das aulas, herdou a varonilidade do caráter e a coragem moral do pai, o velho **João Avelino Pereira de Vasconcelos**, uma das figuras mais fortes e leais dos últimos tempos do Império e primeiros da República. João Avelino foi, positivamente, uma das expressões legítimas de "líder" no movimento abolicionista e republicano um companheiro de **Odilon de Amorim Garcia**, o inesquecível libertador de escravos.

Manuel Augusto acabou indo estudar num colégio de Saint Gall, na Suíça, onde encontrou **Femando Gomes Pedrosa** (1886- 1936) de quem seria amigo a existência inteira. Voltando, Femando vai para o comércio e Manuel Augusto entra para a Escola Naval, de onde saiu em 1909, Guarda Marinha. Fica na rotina comum, embarcado, desembarcado, estudando, sonhando acordado. Foi um dos pioneiros da aviação naval. Realmente um dos primeiros a ler, discutir, debater, desejar ardentemente asas para a esquadra.

Quando estourou a guerra de 1914-18, Manuel Augusto entusiasmou-se. Fez um curso na então famosa Escola de Gasporet, na Inglaterra. Pertenceu ao contigente que se bateu pelos Aliados. Fez 14 missões de guerra contra os aviões alemães, Jorge V, Rei da Inglaterra, condecorou-o.

No Brasil, participou ativamente do grupo animador da Escola de Aviação Naval. Fundada, foi subcomandante, cheio de confiança e sonoro de trabalhos, sem olhar relógio e esquecido das horas do almoço.

Com Fernando Pedrosa imaginou que o Rio Grande do Norte, terra de Augusto Severo, não podia deixar de ser pioneira no movimento aviatório. O Presidente do Estado era **Juvenal Lamartine**, devoto da aviação.

Nasceu o Aero Clube do Natal, com sua escola de vôo, viveiro de futuros pilotos de turismo. Manuel Augusto foi, com o inseparável Femando Pedrosa, para a Europa e comprou na Inglaterra um blue-bird, avião que foi a escola, o orgulho, o consagrador da perícia das primeiras turmas do nosso Aero Clube.

Femando Pedrosa comprou outro, para seu uso pessoal, e da firma, empregando-o comumente na rota Natal São Joaquim e nela morreria, dentro de um avião, o primogênito **Fabrício Piza Pedroza**, quarto do nome, em 15 de junho de 1945.

Manuel Augusto era devoto pela sua cidade, visitando-a, sempre enamorado da paisagem, amando recordar a vida passada. Em 1936 reformou-se por incompatibilidade com o regime. Antes e depois, por duas vezes, um grupo de amigos natalenses, especialmente o terceiro da trinca, o saudoso Dr. **Januário Cicco** (1881-1952), tentou fazê-lo deputado federal. Seria uma força jubilosa em serviço do ideal patriótico e econômico.

Reformado, depois de algum tempo de Rio de Janeiro, a 'cidade barulho', como ele chamava, fixou-se em Petrópolis. Todas as quintas-feiras descia, guiando seu automóvel, para ver o irmão Mário, almoçar no Clube Naval, na mesma mesa e com o mesmo "garçom" e tomar um café no Gabinete do Ministro da Marinha. Fosse qual fosse. "A Marinha é a Marinha e o ministro é um homem como eu!", dizia. Morreu amando sua carreira. Gabava-se de ter oitocentas e cinqüenta horas de vôo que, naquele tempo, era um verdadeiro "recorde". Tinha vários cursos e diplomas. Chefiou o Gabinete do Ministro da Marinha quando Ferreira Chaves ocupou a pasta (1920-21).

Em junho de 1950 ficou cinco horas em nossa casa, conversando, historiando cousas de sua vida e de seus sonhos. Pude conhecer a extensão de sua inteligência, mocidade perene, generosidade de alma. Um grande norte-rio-grandense.

Fonte: CÂMARA CASCUDO, Luís. “O Livro das Velhas Figuras”, páginas 151 a 152.
A REPÚBLICA – 16/07/1959.

BIPLANO

No dia 19 de março de 1930, Serra Negra entrou na era da aviação, com a inauguração do campo de pouso local.

O avião usado naquele momento foi um modelo biplano igual ao da foto e pilotado pelo Capitão Djalma Petit conduzindo o Governador Dr. Juvenal Lamartine de Faria, filho da terra. Houve muitas "comemorações".

O biplano era um avião escola, de fabricação inglesa, muito usado até os anos 40. Tornou-se obsoleto e hoje só é usado pelos aficcionados em acrobacias por possuir grande manobrabilidade.

O modelo que inaugurou o campo de Serra Negra chamava-se "Blue Bird".

Manoel Augusto Bezerra de Araújo (Professor)

Falece a 5 de dezembro de 1907 no Rio de Janeiro, o professor Manoel Augusto Bezerra de Araújo. Natural do Acari, exerceu seu magistério por longos anos na cidade do Caicó, onde ocupou as cadeira de Latim e Francês. Seu filho, José Augusto Bezerra de Medeiros, advogado, educador e escritor, foi um dos maiores da cultura potiguar, que, destacando-se na política, foi deputado estadual, deputado federal, governador do Rio Grande do Norte e senador da República.

Pela primeira vez as mulheres votam no Brasil

Ao assumir o governo, Getúlio não só desalojou do poder Washington Luiz como dissolveu o Senado e a Câmara Federal e destituiu os governadores estaduais. As elites afastadas do poder passaram então a reivindicar uma Assembléia Constituinte como etapa necessária para o retorno do país à ordem jurídica. O Brasil conhecera em sua história duas Assembléias Constituintes. A primeira em 1823 e a segunda em 1890. Esta última deu ao país a Constituição republicana de 1891, que estabeleceu as normas legais de funcionamento da República Velha.

Comício pró Natércia da Cunha Silveira, Rio, 1933

Uma Constituição é um corpo de leis que norteiam a vida política e social de um país. E era exatamente isso que exigiam as elites, preocupadas com os rumos socializantes que alguns tenentes procuravam imprimir à nação.

Em fevereiro de 1932, Vargas decretou uma Lei Eleitoral que convocava eleições para uma Assembléia Constituinte no ano seguinte. Essa lei instituía importantes novidades como o voto secreto, a Justiça Eleitoral (com o objetivo de coibir os abusos tão freqüentes na República Velha) e a extensão do voto para as mulheres. A guerra paulista de julho de 1932 - realizada em nome da Constituinte e em parte motivada pela descrença de que a Lei Eleitoral fosse cumprida - interrompeu momentaneamente o processo eleitoral, que acabou sendo marcado para maio de 1933.

No dia 3 de maio de 1933, foram realizadas, então, as eleições para a Assembléia Constituinte. Cada Estado escolheu deputados em número proporcional à população. Foram eleitos 254 deputados. Entre eles havia uma única mulher, Carlota Pereira de Queirós, eleita por São Paulo.

Votem, para a Constituinte em

LEOLINDA DE FIGUIEREDO DALTRO

A sua campanha feminista precedeu á de todas as senhoras que se apresentam como leaders do feminismo.

Propaganda eleitoral para a Constituinte

Carlota: 1º discurso na Câmara, Rio, 1933

Carlota Pereira de Queirós, na Assembléia

No dia 13 de março de 1934, uma voz feminina se fez ouvir, pela primeira vez, no Congresso Nacional. Ocupava a tribuna a primeira deputada brasileira: a médica paulistana Carlota Pereira de Queirós.

Dinâmica e culta, publicou inúmeros trabalhos em defesa da mulher brasileira. Parlamentar ativa, preocupou-se com a criança abandonada, com a situação da mulher, com a educação e com a assistência social. Durante o seu mandato parlamentar, foi uma das signatárias da Constituição de 1934 e propôs inúmeras emendas, como a institucionalização do juramento à bandeira para jovens de ambos os sexos. Reivindicando sempre a "confiança do país na capacidade da mulher brasileira", a parlamentar ocupou a tribuna até o golpe de 1937, quando Vargas fechou o Congresso Nacional.

Carta do Dr. Juvenal Lamartine de Faria a d. Marcolino Dantas

Natal, 31 de janeiro de 1936.

Exmo. Senhor D. Marcolino Dantas.

Para que V. Ex. não dê uma interpretação diferente ao meu gesto recusando-me a aceitar a sua visita, escrevo-lhe esta carta, que contem as razões do meu procedimento, expostas com a lealdade e a franqueza com que sempre agi, quer na minha vida privada quer na minha vida pública.

Durante os dias em que estive acamado fui confortado com a visita de inumeras pessoas, desde as mais ilustres às mais humildes desta terra. A todos recebi com o mesmo carinho e gratidão.

V. Ex. porém, cavou entre V. Ex., aqui recebido por mim com as mais significativas demonstrações de apreço e respeito, e a minha pessoa, um abysmo intransponivel. Exercendo uma funcção que o devia manter sempre superior a todos os partidos e paixões politicas, V. Ex. achou por bem desertar dessa posição privilegiada para se tornar o cortesão de todos os interventores, que passaram por este maltratado Rio Grande do Norte, até se solidarisar, acumpliciando-se, com o ultimo delles... esse monstro, que pretendeu dobrar a dignidade do povo de minha terra, praticando os mais hediondos crimes: desde o espancamento de homens e sacerdotes respeitáveis até aos assassinios dos seus adversarios.

Aos autores materiaes da morte do meu querido filho, um sacerdote infame, a quem V. Ex. confiou, por espirito de baixa politicagem, a regencia de uma das mais importantes freguezias da diocese, offereceu a Egreja do Rosario da cidade do Caicó para servir-lhes de abrigo. Isso foi feito se não com a autorização de V. Ex. pelo menos com a sua tolerancia, pois o sacerdote indigno la se ficou até o movimento de Novembro ultimo que aplaudiu, só então sendo transferido e isso mesmo para uma das melhores freguezias do litoral. Pessoas insuspeitas do Caicó informaram-me que noite avançada os soldados assassinos levavam rameiras para o templo, que se transformara em “boite de nuit”.

Os sacerdotes que não quizeram se curvar ao suborno ou às ameaças do monstro interventor, V. Ex. perseguiu transferindo-os para as peiores e mais longiquas freguezias da diocese, concorrendo directa e deliberadamente para o desprestigio do nosso clero.

Para avaliar do conceito de que V. Ex. gosa entre nós, basta lembrar a anedocta que foi espalha e na qual muita gente acreditou; de que V. Ex. mandara cumprimentar a junta comunista reunida na Villa Cincinato afim de levar-lhe o seu apoio, como já fizera a todos os governos que depois de 30 passaram pela administração deste Estado.

Se V. Ex. quizer experimentar até onde vae o seu desprestigio no Rio Grande do Norte, submetta a sua permanencia a frente da nossa diocese a um plebiscito, e verá que a maioria da população catholica, votará gostosamente, pelo afastamente de V. Ex.

Posso ter sido demasiadamente rude em fallar a V. Ex. com essa franqueza, mas o que lhe posso affirmar, sob minha palavra de honra, é que esse é o sentir de todos os homens de bem de minha terra.

Os meus antepassados foram velhos sertanejos que souberam transmitir aos seus descendentes a lealdade e o amor à familia, como um culto sagrado, como um verdadeiro dogma religioso, do qual não posso, não devo, nem quero apostatar.

Saudações.

Juvenal Lamartine.

N. R. : Foram vigários de Caicó – Luiz Teixeira de Araújo (1932 a 1935), Luiz Gonzaga do Monte (1935 a 1936), segundo o livro “Caicó” editado pela Fundação José Augusto, em 1982, na página 73.

Juvenal Lamartine, o meu pai

n **Oswaldo Lamartine**

ATÉ 1930...

Sendo o derradeiro dos dez — cheguei em 1919 — poucas são as lembranças antes de 1930.

Quando principiei a espiar melhor o mundo que me cercava, ele, já cinqüentão, era anguloso, esguio, mais para alto, magro e de surpreendente energia física. (Recordo que, em 1930, minha irmã Juracy e minha cunhada Dinorah tinham descansado lá em casa. E, segundo as prescrições do resguardo na época, escada era pé na cova. Elas reclamavam a solidão do primeiro andar. Vi, um dia, ele tomar uma a uma nos braços e descer os 28 degraus da escada da casa-grande...).

Dizia que em seu tempo não havia praticado esportes com método. Apenas os exercícios do viver sertanejo: andar, nadar, cavalgar e o folguedo único de jogar peteca nos pátios das fazendas. Foi bom na queda-de-braço e ativada bem.

Quando moço, lembrava minha mãe, era magro e usava bigode. À época, o apelidaram de *bigode-de-arame* e *gafanhoto-de-jurema*.

Contava que, então, era muito achacado do fígado. Uma vez, em Natal, um médico mandou que guardasse repouso absoluto e prescreveu-lhe uma dieta de asceta:

— Mas doutor, tenho compromissos a semana vindoura no Seridó.

— Se o senhor ainda quiser viver algum tempo, cancele sua viagem...

No dia seguinte, mandou selar a burra-melada, deixou na *A REPÚBLICA* redigido o seu necrológio e tomou o rumo do sertão...

— De lá para cá, dizia, nunca mais fiz extravagâncias no comer.

Já na casa dos 60 para os 70, botou mais corpo e ficou de ossos mais encobertos.

Ainda na casa da Av. Rodrigues Alves, 431, de tempos em tempos, anunciavam os mais velhos que ele ia chegar. Para ele, eram as férias parlamentares — para mim, tempo de presente.

Creio que foi de 1926 para 1927 que passamos a morar na casa-grande da Trairi, 558 — um quarteirão de fruteiras, meu perdido reinado. A maré da cidade esbarrava na Praça Pedro Velho. Por ali, naquelas avenidas, eram sítios, chãos de areia, capim gramado, campos de futebol de bola-de-meia, batalhas aéreas de rocegas de arraias, mundo de galo-de-campina, canário-cabeça-de-fogo, lavadeiras e até nambus. De noite, as

raposas ainda desciam dos morros para criar galinhas e Dr. Júlio Rezende andou cometendo um feito cinegético maior — o de abater um jacaré por aqueles mundos.

Lá em casa o dia começava pouco depois do sair do sol. E mesmo antes do café já o encontrava corregendo o sítio, revendo fruteiras, determinando capinas, podas, eliminação de enxerto-de-passarinho ou colheita dos frutos.

Das 7 para às 7h30 — café. Todos à mesa. Comia-se meio à sertaneja: coalhada ou jerimum-com-leite, frutas (manga, pinha ou mamão), café-com-leite, tapioca, pão, manteiga-de-garrafa e mel de abelha.

Quando não havia estranhos (no governo eles chegam já na primeira refeição) — as indagações sobre os estudos de cada um, recomendações ou comentários sobre os acontecidos. Teve um tempo — não sei bem se antes ou depois — que ele lia trechos de EURlCO de Alexandre Herculano para escutarmos.

Depois lia os jornais, tomava o paletó e se ia para o trabalho. Era limpo e de uma elegância sóbria no vestir. Ainda me lembro do tempo das polainas, colarinhos duros, relógio de algibeira, colete e de uma pérola barroca na gravata. (Uns tempos depois, já rapazola, ainda aproveitei uma calça de casimira inglesa, listrada, que tinha botões com letras em relevo: Casa Ingleza).

Quando trajava colete, algumas vezes, usava na cava do braço esquerdo uma faca ponta-de-espada de cabo de ouro e marfim, manufaturada por tio Quincas Ourives e dele recebida como presente de formatura.

Voltava aí pelas 11 horas. Lia um pouco, conversava com os amigos ou com os de casa e era muito afetuoso com as minhas irmãs. Depois, o almoço. Ele à mesa, todos à mesa. Predominava a comida sertaneja, com raras intromissões de cardápios da Escola Doméstica. (Tereza Augusta de Medeiros, que veio lá para casa em 1917 e está com ele, minha mãe e meus irmãos mortos em nosso jazigo de família, era como uma fada de forno e fogão. Meu pai gabava suas iguarias dizendo que em nenhuma mesa por onde andou provou comida igual. Minha mãe cuidava do resto dos afazeres e tinha a obsessão da limpeza. Para ela, só três qualidades credenciavam uma dona-de-casa: ser limpa, trabalhadeira e econômica).

Bebida, só se fosse ponche ou água-de-coco. Depois do café, a conversa de gente grande que pouco me interessava.

Conversava fácil e manso, sem altear a voz. Ria baixo, como conversava. Não gargalhava.

Depois voltava ao trabalho. Muitas vezes, terminadas as minhas aulas, escapulia até o Palácio do Governo para voltar de carro com ele. Mas o caminho ficava sempre mais comprido. É que, terminando o seu expediente, ainda tinha uma passada pela A REPÚBLICA.

O jantar pouco variava do almoço. Via minhas notas do colégio e, de acordo com o "câmbio", tinha ou não licença para brincar ou ir a um cinema. Na sobremesa, já amigos ou políticos o esperavam. O café era servido na sala de trabalho. Café forte, torrado e moído em casa, como gostava. Daí até tarde da noite, era conversa de gente grande; menino não ouvia nem se metia.

Era afetivo, sem dengues. Com apenas um olhar, fazia muitas vezes a gente murchar e se sumir na cadeira. Dizem os irmãos mais velhos que experimentaram muita palmatória e rebenque. Para mim, já ameigado talvez pela idade, a pena máxima foi com régua...

Uma tarde, estava no estudo do Colégio Pedro II do professor Severino Bezerra, quando o motorista veio me buscar. Penso que eram umas 3 para 4 horas. Cheguei em casa, estava duro de gente. Solidariedades... Arrumadas as malas, à noite, um trem nos levou (minha mãe, Tereza, minhas irmãs solteiras e eu) nos rumos de Macau. No momento da despedida, beijei a sua mão. Ele me olhou nos olhos, afagou a minha cabeça e recomendou:

— Veja bem. Estude e faça por onde não dar trabalho.

Era outubro de 1930. Depois chegaram as caravanas dos salvadores da Pátria...

Passados os tempos, ouvi dos mais velhos e de suas evocações, ter saído de Natal em um Ita (Itanagé) em companhia de Octavio e Olavo. Nas costas de Macau meus irmãos desceram para uma barcaça, tendo o navio prosseguido, creio que para apanhar o governador Matos Peixoto (Ceará), e de lá rumo ao Sul — Rio de Janeiro. No Rio, refugiou-se por alguns dias em casa do deputado Deoclécio Duarte, no Colégio São José (Tijuca) (1) e depois asilou-se na Legação do Peru, em companhia de Múcio Continentino, Jurandir Pires Ferreira, Gal. Fernando Paim, Cândido Campos e Medeiros de Albuquerque (2). Dali embarcou para a Europa com 10:000$OOO (dez contos de réis) emprestados por um amigo.

A história verdadeira é esta. A versão contada no livro de memórias do Mal. Juarez Távora, dizendo "O Presidente Lamartine preferiu deixar-se prender no Ceará..." (3) é imaginosa.

DA OUTRA BANDA DO MAR

Nas primeiras cartas que chegavam da Europa, a censura brincava de fazer papel cortado com tesourinha. Outras, intocadas, vinham pela clandestinidade dos anjos voadores da Latecoère. Escrevia perguntando por cada um. Queria saber dos amigos, pedia notícias do sertão, dos invemos e até de sua burra-melada que morreu alforriada e gorda em várzeas do agreste.

Quando voltou do exílio, veio gostando de um charuto depois das refeiçiões. Um dia, no Rio, as garras da angina pectoris cravaram-se em seu peito. Genival Londres o acudiu. Restabelecido e depois das prescrições médicas de costume, sugeriu:

— Dr. Lamartine, vamos diminuir a fumo?

— Não, doutor, vamos deixar.

E nunca mais acendeu um charuto.

1935 - ANO DE FEL

Em fevereiro de 1935, eu estudava no Rio, onde ele estava (Rua Machado de Assis, 67 - Casa 1), acompanhando o tratamento de minha irmã Elza.

Recordo-o quando recebeu o telegrama dizendo do assassinato de Octavio (13 de fevereiro). Nunca mais vi a imagem de uma dor tão profunda e muda num vivente. Eles o feriram de maneira mais impiedosa e escolheram meticulosamente onde mais o doía. Lembro que redigiu um telegrama para o Ministro da Justiça,

Vicente Rau. Mais tarde, José Augusto voltou dizendo que teve de modificá-lo, porque o Correio não o aceitara naqueles termos.

Depois foi a penitência de todo o fim de semana subir, serra acima, no trem de cremalheiras até Corrêas (Petrópolis) onde, no Sanatório do Dr. Valois Souto, Elza, minha irmã mais moça, se finava. Ficava com ela todos os instantes permitidos de visita. Ali conversava e lia Humberto de Campos para entretê-la.

Viu a moça Caetana levar seus dois filhos no espaço de oito meses. Nem uma blasfêmia. Nem uma imprecação. Nenhum momento de desespero, nem de revolta. Era a dor muda e entalada de um pai que se esculpia apenas numa lágrima.

DEPOIS DAS ERAS DE 40

Quando voltei da Escola de Lavras (MG) em 1940, ele havia comprado Lagoa Nova. Quilômetros de terras abandonadas, com um velho curral de arame e duas casas em ruínas.

Loteou seus terrenos em Natal e contraiu empréstimos no Banco da Brasil (agrícolas para pagar a pecuária e pecuários para pagar os agrícolas). Fez a demarcação Judicial da propriedade e ali — mesminho como no começo de sua vida demarcou terras de Serra Negra — fez acordo com um a um dos vizinhos. E nos ensinava:

— O pior acordo ainda é mais vantajoso do que a melhor questão.

E foi um nunca findar de trabalho: cercas, brocas, enraizamento do algodão, boiadas, açudes, tratos, doenças e pragas, colheitas, secas e atoleiros... Safra de Natal às sextas: às 14 hs. subia na boléia do misto do finado Joquinha. E, se tudo corria bem, das 20 para as 21h, desapeava em São Paulo do Potengi. Ali o tropeiro Júlio Catingueira já o esperava com a sua burra-de-sela e rompiam a noite e a escuridão dos 21 km de caminhos. Júlio trazendo a sua maleta, ele portando seu SW-32, cano longo. Na fazenda, quase à meia-noite, um prato de coalhada com farinha de milho torrada, café com leite e a perguntação do andamente de cada serviço. Ao quebrar da barra, leite no curral e, depois do café, passava a perna na burrinha e dava as rédeas para os quatro aceiros dos trabalhos em andamento. Meio-dia, almoço: carne-de-sol, arroz, feijão, rapadura e café. Depois atendia a todos: negócios de algodão, pagamento da folha de trabalhos, consultas de questão, perguntação... E tão cedo o sol esfriava, galgava o estribo, eqüestre, até às primeiras horas da noite.

Intrigado, preocupado e até mesmo irritado com aquele afã que mais me parecia atitude em se mostrar ainda forte e resistente, deitei reclamação. ele justificou:

— A mim, meu filho, enfada mais o assento de um automóvel do que uma sela...

A LONGA NOITE DE BREU

Mas nem as trevas do glaucoma, nos três últimos anos de vida, o impediram de trabalhar. Ora de camionete, ora “arrumado” na carlinga de um teco-teco, rumava toda santa semana para a fazenda. Lá, o velho Pedro Ourives (1883-1964) servia de cavaleiro-guia para a sua velha burra-de-sela. Revia, na perguntação com os encarregados e moradores, o andamento de cada trabalho. “Assistia” às pescarias do açude e pedia para pegar nas curimatãs e sentir seu crescimento e peso. Ouvia cada um. Determinava, ralhava, recomendava, aconselhava e se aconselhava. Evocava os anos de seca e de fartura. Ia e vinha, vinha e ia naqueles caminhos, sem nunca ter tido o alento de rodar no macio asfalto das BRs de hoje.

Cego, continuou zeloso no trajar, sóbrio no comer e no viver quase espartano. Mesmo nesse tempo nunca vi meu pai com a barba por fazer. Era um madrugador na toalete. Jamais ouvimos dele uma queixa, uma palavra de revolta nem de desespero, o que levou um dia meu irmão Olavo a comentar:

— Também você nem se queixa! Nem ao menos pragueja para aliviar...

Ele mansamente explicou:

— Não pensem que é fácil viver nas trevas. Quando vim a ter consciência do que me esperava, passei noites em claro, pensando. E decidi que seria assim, O desespero não me devolveria a luz e serviria apenas para infernar a todos vocês.

O QUE LIA E ESCREVIA

Era um devorador de livros e pouco organizado com papéis. Não tinha, ao que parece, a mentalidade do documentarista — a julgar pelo que sobrou de 1930. Os de antes, naqueles dias de desassossego, Manoel Caboclo enterrou por aí, num lugar onde hoje se ergue uma casa — “botija” de muitos claros da política do Rio Grande do Norte... Aos livros sobrados da pilhagem de nossa casa na revolução, ia acrescentando edições esparsas. Não mais bibliografia jurídica. Concentrava-se na literatura econômica, História, algumas revistas técnicas (OBSERVADOR ECONÔMICO e DIGESTO ECONÓMICO) e autores mais do seu agrado: Machado, Eça, Herculano, Anatole France e Wells.

Depois de cego fazia-se secretariar pelo neto mais à mão (nem sempre o mais estudioso), a quem ditava artigos para a imprensa: genealogia, problemas econômicos e a série VELHOS COSTUMES DE MEU SERTAO. Queixava-se da impossibilidade de uma consulta bibliográfica, limitando-se aos guardados da lembrança do nunca-mais. Prodigiosa memória para a genealogia sertaneja. Depois de cego, ditou para mim sua linhagem ascendente, até esbarrar nas raízes portuguesas. Nesta fase ouvia noticiário de rádio, leitura dos jornais, Cronin, Wells e a série de Dom Camilo que saboreava rindo a cada capítulo.

Antes da cegueira publicou conferências e alguns estudos, principalmente sobre problemas econômicos do Estado. Sei que foi o orador de sua turma (Faculdade de Direito do Recife, 1897). Na A REPUBLICA de 03/071903, há um artigo *O Seridó*, *suas produções e sua riqueza*, datado de Acari, 16/06/1903 e assinado J.L. Parece que ali germinava a semente da árvore que cultivou em todo o seu viver: o permanente interesse pela vida sócioeconômico-cultural do nosso Estado. Outros trabalhos arrolados na bibliografia de VELHOS COSTUMES DE MEU SERTÃO dizem melhor dessa teimosia no servir à coisa pública. E, para os estudiosos do depois, fica a sua vida parlamentar, O MEU GOVERNO, a série de artigos sobre a economia do Rio Grande do Norte e a formação do nosso cerne nos patriarcas sertanejos. Estes artigos, ditados já do escuro do breu dos seus últimos anos, fizeram Carlos Lacerda afirmar: *— era um cego que via!*

Rigorosamente pontual em sua correspondência. Escrevia quinzenalmente para cada filho ausente e ai daquele que não respostasse — o telegrama batia... Guardo, do meu tempo de estudante em Lavras, muitas das cartas que me fez. E para os que fazem hoje da pesquisa sociológica uma tabela estatística, tive a pachorra de contar:

Número de cartas	182
Notícias da família	179
Situação agropecuária do Estado	177
Situação política	21
Recomendações e conselhos	96

Outros amigos faziam parte da correspondência pra cá e pra lá: lembro bem o velho Ramos Caiado de Goiás — onde se alongavam em apreciações sobre o sertão de cada um; José Augusto — política estadual e nacional e, mais cerimoniosamente, a que mantinha com o ex-Presidente Washington Luiz. Nesta, a tônica era a situação social econômica do Brasil.

O DESAJEITADO

Curiosas e caprichosas são as catrevagens genéticas que se somam ou se omitem na formação de um indivíduo. Caçula que sou, não tive oportunidade de conhecer meus avós para concluir melhor a decorrência biológica que a sabedoria sertaneja sintetiza no dizer: *um homem é para o que nasceu e para o que foi criado...*

É que — em contrapartida às suas qualidade de homem, pai, amigo, político, trabalhador e intelectual — tinha limitações extremas. A maior delas talvez tenha sido a mais completa antivocação mecânica que já vi. Ele era incapaz da mais primária manifestação de habilidade com a mais simples das engrenagens. Sua carteira de motorista amador (Nº 335, 2ª via, de 09/04/1937) deve ter sido uma doação da maior generosidade, pois nas raras vezes que o vi na direção de um carro era da gente entregar a alma a Deus... Nem um simples rádio conseguia sintonizar corretamente na estação (paradoxalmente, tinha uma rédea de mestre para um animal de sela. E sabem os que montam que isso é um dom de muito poucos). Também era ruim de contas — e esse maldito cromossomo parece que é dominante em todos nós.

E tão canhestro como na mecânica, era na música. Apreciava algumas boas composições — não sei se pela força de tanto ouvir ou se forçando a natureza pela sua indobrável força de vontade. A verdade é que nunca vi meu pai cantar, cantarolar e nem sequer assobiar chamando cachorro!

Um tanto desorganizado com os papéis — sem a mente e o método dos arquivistas de hoje. Limitava-se a guardá-los. E guardava tudo naquele mundão de notas, contas, recibos, recortes, escritos, etc. — mas localizar precisamente um deles era tarefa de arqueologia.

Excelente conversador. Mau orador.

TALVEZ PANTEÍSTA

Era um antecipado — os seus rastros e os seus rumos, no seu tempo, confirmam. Inovador — cultivava o passado:

— Podemos prosperar sem esquecer as nossas origens — dizia.

E era com certa irritação que tomava conhecimento da criação de municípios-fantasmas, sem condições mínimas de progredir, e do batismo de cada um com nomes alheios à sua geografia.

Sua maior preocupação parecia ser a união da família. Conseqüência de suas raízes sertanejas ou de sua formação jurídica — não sei. Apenas ficou a recomendação, tantas vezes repetida: *...que se mantenham sempre unidos, auxiliando-se reciproccanente — essa será a melhor maneira de respeitar e honrar a minha memória.*

Amigo dos amigos até o fim da linha, O bom amigo é uma das coisas mais preciosas que podemos adquirir, e conservá-lo é um dever. Sejam leais aos seus amigos e jamais sacrifiquem uma boa amizade por intolerância política. Podemos ser amigos de nossos adversários políticos, como podemos ser amigos de uma pessoa que professe religião diferente — deixou escrito para os filhos.

Nunca o vi rezar. Também nunca o vi se dizer materialista. Uma vez me recomendou:

— Observe atentamente cada planta, animal e até mesmo o chão em que pisamos. Não queira ser mais sábio que a natureza. Antes, procure aprender com ela.(4)

Tinha grandeza de atitudes e — perdoem-me o orgulho maior — nunca o encontrei numa posição de mesquinharia.

Creio até que não odiava. Desprezava. Recordo que Rangel, um dos assassinos de Octavio, freqüentemente, da penitenciária, me endereçava uma carta. Ele a rasgava sem ler. Por mais de uma vez, um sertanejo lá de suas ribeiras, sentenciado também à pena máxima, mandou lhe propor “acabar” com Rangel e José Galdino, em troca de um achego à sua família. Sabedor do fato, fui a ele;

— E por que não?

— Isso não devolveria meu filho e seria o mesmo que arremedá-los.

(1) Por poucos dias, pois o superior o avisou da existência de dois ou três padres revolucionários, que poderiam denunciá-lo. Ali atendia aos telefonemas de José Augusto Álvaro de Vasconcelos Deoclécio, como Frei Felipe. Quem sabe daí não ter surgido a anedota divulgada pelo CONSECLHEIRO XX...?

(2) QUANDO EU ERA VIVO – Medeiros de Albuquerque. 2ª edição. Rio de Janeiro, Livraria Globo, 1945.

(3) UMA VIDA E MUITAS LUTAS – Juarez Távora. 3ª edição. Rio de Janeiro. Livraria José Olympio Editora, 1973 – 1º Volume - Página 319.

(4) “Quando ele eslava para morrer, fui visitá-lo com Mons. Mata e dei-lhe absolvição, para que o Pai Misericordioso fosse misericordioso com ele. (Carta de Mons. Expedito Medeiros a Oswaldo Lamartine, de O3/I2/90).

Juvenal Lamartine foi um conversador magnífico. Não apenas pela recordação dos seus longos anos de Rio de Janeiro, onde conheceu o mundo político da Câmara e do Senado, os sobreviventes que haviam feito a República e participantes da Abolição, como também os intelectuais que se reuniam na Garnier. E pôde fazer o verdadeiro repertório de evocações, de fisionomias e anedotário, que infelizmente se perdeu.

Acresce o seu conhecimento do sertão de pedra — o sertão do Seridó. Logo depois de formado foi nomeado Juiz de Direito no Acari. E foi emocionalmente um sertanejo, nas lembranças, nas memórias, nas ressurreições do velho sertão que tão bem está no seu livro póstumo. Junte-se a isto a multidão de episódios, vividos ou presenciados por ele, nos domínios do alto jornalismo, da política, da administração, além dos amigos tradicionais com quem privou. Realmente sabia-os fazer viver com seus traços mais legítimos e as suas características mais permanentes.

Quase semanalmente, visitava-o eu, na sua casa da rua Trairí. Era realmente uma hora de viagem na quarta dimensão através da história contemporânea — como poderíamos dizer — histórias que não vêm na História, mas que ele presenciou. As figuras mortas e lembradas pela minha geração apenas como criaturas no plano histórico, Lamartine havia-os conhecido vivos, com coisas peculiares.

Mas o que desejo, aqui nesse depoimento, salientar é o traço mais raro na mentalidade sertaneja. Nós sabemos que a característica da poesia tradicional, da cantoria sertaneja da ausência da paisagem. É uma poesia de ação. Cangaceiros, bois, Deus, onças, valentões, enfim, episódios de ação, de lutas, de gestos. Mas a moldura da paisagem é muito raro ser evocada. Lamartine desenhava com palavras justas o sertão em todas as épocas. O sertão de estio — seco, O sertão do começo do inverno. O sertão da labuta pastoril, digamos o termo ressuscitando as gerações de rastejadores, de vaqueiros de tradição indômita, de pegadores de reses fugitivas, dessas festas também culinárias — enfim esses ângulos que só podiam viver diante das testemunhas. Isto era dito com naturalidade, com aquela memória fabulosa de recordar os homens, as datas e às vezes os pormenores da própria indumentária.

Quando, voltando do exílio, Lamartine retomou o seu ritmo social, voltou a ser lavrador e também, por unanimidade, presidente da Academia Norte-rio-grandense de Letras. Foi aí, em nossa intimidade, que ele contava episódios, anedotas, facetas dos grandes escritores nacionais. Não apenas de um Machado de Assis ou de um Olavo Bilac, mas também do Barão do Rio Branco, do general Pinheiro Machado, dos Presidentes da República que ele havia conhecido. Dou-lhe o meu testemunho. Não apenas o que estou ouvindo da minha memória, como seu amigo e seu admirador, meu padrinho de casamento. Fez-me deputado de uma legislatura que durou três dias, porque assumi no dia 1º de outubro e no dia 3 veio a revolução e acabou com o meu mandato, curando-me para sempre do vírus de querer salvar o Brasil pela via legislativa.

Lamartine não foi apenas um magnífico conversador, um *causeur*. A voz empostava as modalidades e sobretudo os gestos. Aquela figura angulosa. A gesticulação. A mímica das mãos eloqüentes. O sublinhado do olhar malicioso. Os casos picarescos, vivos, eram constantes e são hoje, ai de mim, uma presença na minha saudade. O político, o administrador, o economista, o parlamentar, o colaborador do Código Civil, o pioneiro incontestável do voto feminino no Brasil. o valorizador dos transportes aéreos, criando o Aero Clube em 1928 com mais de 30 campos de pouso — podem ser estudados, com relativa facilidade, pela documentação existente. Mas esse pormenor de Lamartine conversador, de Lamartine homem de sala, de Lamartine eterno enamorado do feminino, de Lamartine sabendo fazer sátira com poucas palavras e sobretudo com o rito fino de seus lábios que se cerravam como dois fios de navalha — é para mim inesquecível.

Trago nesse meu depoimento, que não pode ser contrariado, uma homenagem a sua memória...

Depoimento gravado em 22 de abril de 1969.
CASCUDO, Luís da Câmara

Eu não temo a mocidade

Luís da Câmara Cascudo

Respondendo ao discurso do Sr. Joaquim Ignácio, o Presidente Juvenal Lamartine teve este feliz período de coragem e de verdade — *Eu não temo a mocidade. Ao contrário, nela me revejo e me orgulho como os pais nos filhos, porque será ela que continuará o meu trabalho e as minhas idéias. Da mocidade me aproximo e a encorajo e a estimulo. Nela confio porque as minhas idéias são votadas à grandeza da terra comum.*

Eu saí, depois da posse, com dois rapazes. Um, negociante, insinuante, vitorioso. Outro, advogado, vibrante, sacudido por todos os ventos do civismo, destemeroso e culto. O auto era guiado ora por um ora por outro. Não se notava diferença de direção. Rodava macio, igual, veloz. As palavras do Sr. Juvenal Lamartine estavam teimando em meus ouvidos.

— Eu não temo a mocidade. A mocidade é para temer-se? Que influência social e política terá a mocidade dispersa do Rio Grande do Norte? Nem partidos, nem jornais, nem sociedades, nem grêmios de aproximação. Entretanto esta força é ponderável, existente, palpável. O presidente não a teme. Não a teme porque se identificou com ela. A solidariedade deste governo aos novos não é meramente retórica, fala bonita de mensagem e fala de sobremesa. Um presidente que guia automóvel, viaja de avião, discute literatura, dirige politicamente a campanha do Feminismo Brasileiro é pouco parecido com as figuras hirtas que quatrienalmente recebem ditirambos nos Estados. Numa cidade onde o palácio não tem baionetas, nem os chefes de serviço são invisíveis, o ritmo deve ser, incontestavelmente, outro. Quando o Sr. Juvenal Lamartine assumiu a Presidência do Estado todos os seus auxiliares eram solteiros. Inda hoje, metade, continua disponível.

A impressão comumente vista por quem viaja e demora em Natal é de vida clara, de movimento, de juventude. Aqui não há hora marcada para conferência, esquadrão seguindo carros, ordenanças sonolentas esperando autoridades. A cidade surge como por um milagre do trabalho assíduo. É uma surpresa o encanto das avenidas, o rendilhado das gramas, o aspecto juvenil duma terra desperta. Tudo isto é campanha de novos. É quebra de rotinas, de usos, de tradições existentes nas memórias e nos relatórios mais ilógicos nos dias presentes. Nas semanas em que Rodrigues Alves foi esperado para empossar-se, um jornal descobriu que a soma das idades dos ministros e do futuro Presidente dava para quase cinco séculos. Não é esta

ancianidade veneranda fator regressivo. A experiência, análise dos fatos, a observação, a serenidade, vêm da vida que se prolonga. São conhecimentos que pedem ao tempo, como os frutos, a cor e a beleza da maturidade.

O pior velho é o velho mental. É o que arrasta a sua idéia nascida sob regimem pretérito, com o esforço guinchante com que os bois desatolam os carros empenados na lama. Martim Francisco morreu aos 70 anos e nunca deixou de ser um moço. Moço como Assis Brasil e Graça Aranha. A circunspeção e a lenta gravidade pomposa encobrem quase sempre cérebros vazios e sujos como palomares abandonados.

Um presidente que viaja de avião dispensa as idéias que se tardigram montadas em jabutis. O plano do Sr. Juvenal Lamartine requer uma continuação de atividades que se solidarizam na mesma direção administrativa, O menor hiato nesta tarefa demonstrará a organização custosa e forte dum verdadeiro lastreamento econômico do Estado. Não é um só homem num espaço de quatro anos que fará surgir, sem a lâmpada de Aladim ou a vara de condão de Parizade, a usinificação de vales açucareiros, a criação em campos delimitados, a policultura que nos livrará das premências de depender dos mercados próximos, as novas produções de fumo, café e cacau em terras que esperam, humildes e dadivosas, a esmola da semente para o juro fabuloso das colheitas, a campanha sem tréguas ao analfabeto, a luta pela conservação desse ambiente refratário às expressões brutais do cangaceirismo, a construção de outros departamentos técnicos, de edifícios oficiais, regulamentação de serviços. Não é, pois, sinônimo de governar o ato de pagar funcionários e assinar expedientes. Inda é de esperar o inesperado. Todos estes projetos que estão vivendo a sério no espírito jovem do Sr. Juvenal Lamartine pedem o apoio coletivo, a simpatia estimuladora, o carinho animador do povo, para cujo bem estar e melhoria serão feitos. Os aspectos deste problema complexo se entrefecham na síntese do Estado-Econômico. Com sua realização é que a multiplicidade dos planos decorrentes se objetivarão seguramente.

Para conseguir o máximo no mínimo de tempo o Sr. Juvenal Lamartine dotou sua administração de elementos jovens. Pode ele pedir as reservas desta energia renovadora e sadia. Pode carecer e assistir o desdobramento destas capacidades que o desânimo e a desesperança não enodoaram de pessimismo. Derredor agrupam-se homens para quem o expediente de suas repartições independe dos ponteiros burocráticos e dos livros de ponto.

O Sr. Juvenal Lamartine agricultor e fazendeiro, teve sempre por lema que o descanso é mudar de trabalho. E se fatiga, terrivelmente, tendo pouco o que fazer. Na gênese das administrações como na gênese do mundo, o governo cria os seus auxiliares à sua imagem e semelhança. O Presidente podia cercar-se de moços e governar arcaicamente. A sensação da mocidade que ora sentimos é irradiante da vida social do Estado. Para melhor cotejo bastará ir-se a um outro Estado e sentir-se a mudança literal dos costumes, dos usos e da própria mentalidade ambientadora.

O Sr. Victor Konder disse que Natal era o cais da Europa.

Façamos valer a frase do Ministro da Viação. Cais da Europa com o dinamismo dos guindastes, dos carros, do povo, dos pregãos, do gritos, a floresta de mastros imóveis, o dorso do rio coberto pelo bojo dos navios e a estrela do Belém do nosso brazão citadino fulgindo como uma nota do clarim, vibrante e animadora.

Eu não temo a mocidade — falou o Sr. Juvenal Lamartine. De certo. Não se deve temer aliados e companheiros. Por que havia de temer se está realizando o programa inconsciente que todos os novos sonham construir?

Luís da Câmara Cascudo (A República, 7de junho de 1928) CÂMARA CASCUDO, Luís

---

Juvenal Lamartine e a Academia

Manoel Rodrigues de Meio

A nova geração de 1930, educada na escola do respeito e da dignidade da pessoa humana, assistiu perplexa e contundida à derrubada dos seus ídolos, em face da fúria e da desenvoltura com que os “autênticos” daquela hora tentavam implantar as novas Instituições dentro dos padrões da “revolução salvadora”.

Só mesmo quem viveu aquelas horas amargas e dolorosas da vida brasileira poderá dizer, passada a hecatombe, o que representaram aqueles dias para a vida de muitas famílias que se viram arrastadas pelo rolo compressor da revolução, expostas à fúria e à execração dos novos salvadores da Pátria.

Não vamos aqui denunciar nem tampouco inocentar quem quer que seja, por acertos ou desacertos porventura praticados antes e depois da revolução.

Este trabalho de peneiramento deve caber, sem dúvida, ao historiador do futuro, que não tenha participado direta ou indiretamente daquele acontecimento.

O que nos cabe focalizar, neste ligeiro retrospecto, é a imagem desfigurada que se fez de muita gente, cujos atos e atitudes não coincidiam absolutamente com os julgamentos apressados dos primeiros dias do movimento armado.

Sabemos, em princípio, que toda revolução, uma vez deflagrada, traz no bojo resquícios de ódio, ressentimento, inveja, soberba, paixão, represados na consciência popular, por anos e anos de compressão e desestímulo, sem espaço livre para correr e abrolhar no dinamismo da sociedade reinante.

Rompido o equilíbrio da saciedade política, divididas as forças que a compõem, cai-se fatalmente na revolução que é, paradoxalmente, o meio de buscar novamente o equilíbrio da sociedade em perigo.

Os homens da revolução não eram nem melhores nem piores do que os homens da República Velha.

Todos tinham seus defeitos e virtudes. Todos foram educados e formados na mesma escola de civismo, amando a Pátria, respeitando a família, temendo a Deus, como norma e princípio de viver bem em sociedade.

Em política, todos professavam o liberalismo decadente, uns inspirados no modelo francês, outros no Inglês, outros no americano, fazendo, cada um a seu modo, a apologia do seu modelo e do seu credo.

No Rio Grande do Norte, a Revolução caiu no equívoco de querer julgar antecipadamente os homens da República Velha, endeusando os homens da República Nova.

O resultado desse equívoco foi a vitória dos velhos políticos na primeira eleição livre, depois de 3 de outubro.

Juvenal Lamartine de Faria, Presidente do Estado naquela hora, foi sem dúvida um dos políticos mais atingidos pelo ódio e pela irreverência dos vencedores, nos primeiros dias da Revolução.

Mas, passada a borrasca, atenuados os entusiasmos, serenados os ânimos, invocada a decisão dos tribunais, verificou-se o equívoco em que muita gente caiu, de boa ou de má fé, não importa, no julgamento apressado, não digo do homem, sujeito a erros e enganos, mas do estadista, do político e do cidadão.

Tratava-se, na verdade, de um homem probo, superior, inteligente, culto, com enorme folha de serviços prestados ao Estado, quer representado-o na Câmara e no Senado, quer governando-o como Presidente.

As suas mensagens de governo, escritas com equilíbrio e segurança, são índices de sabedoria e conhecimento, ainda hoje válidas em muitos pontos da nova problemática nordestina.

Sertanejo, enquadrado com acerto no esquema euclidiano, possuía a fibra dos fortes, não temendo ventos nem tempestades, quaisquer que fossem o seu volume e a sua violência.

Sócio-fundador da Academia Norte-rio-grandense de Letras, ao lado de Luís da Câmara Cascudo, Henrique Castriciano, Antônio Soares, Sebastião Fernandes, Edgar Barbosa, Aderbal de França e tantos outros, foi o seu terceiro presidente, assíduo às sessões, presidindo-a com aprumo, serenidade e cortesia, distribuindo tarefas e, ele próprio, realizando-as com argúcia, inteligência e amor.

Fiel às suas idéias e ao seu temperamento, era, ao mesmo tempo, um homem cordial, maneiroso, tolerante, dando à sua palestra com os amigos um certo ar de malícia e sensualidade, que era, por assim dizer, o tempero da sua fabulação amena e correta.

O nosso contato na Academia, quinze anos depois da revolução, revelou-me o homem na sua normalidade — cordial, elegante, maneiroso, inteligente e culto, sabendo dizer e sabendo ouvir.

Em 1944, por ocasião do centenário do Bispo de Olinda, Dom Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira, Juvenal já era presidente da Academia Norte-rio-grandense de Letras.

A distância no tempo não apagara ainda as reservas que muita gente alimentava em face das idéias e do caráter do Bispo de Pernambuco.

Fazendo parte, simultaneamente, da Academia e da comissão que festejava em Natal o centenário do grande Bispo, entendi de fazer uma palestra na Academia, em homenagem à memória do Homem de Espanto.

Feita a proposta, em sessão da Academia, esta aprovou a indicação com o beneplácito do Presidente. No dia marcado para a sessão, foi ele o primeiro a chegar, presidindo a reunião com elegância, compostura e sabedoria.

Octacílio Cavalcanti, auxiliar de Nestor Lima nas tarefas do Instituto Histórico, apreensivo pelo que poderia dizer um orador de formação católica sobre o Bispo de Olinda e a Maçonaria, louvou a minha oração, não só pelo conteúdo, mas, sobretudo, pela colocação do problema em face da Academia e dos seus membros.

Eleito presidente da Academia, na sessão de 27 de maio de 1943, foi reeleito várias vezes até 24 de março de 1949, quando presidiu a eleição que conduziu Paulo Viveiros à Presidência do nosso *Petit-Trianon*.

Substituindo na presidência as figums de Henrique Castriciano, Antônio Soares e Luís da Câmara Cascudo (eleito, renunciou), Juvenal primou pelo trabalho persistente e continuado, realizando sessões, promovendo eleições, empossando acadêmicos, homenageando figuras destacadas na cultura do País e do Estado, mantendo, afinal, um clima de constante atividade e dinamismo na Academia, contando para isso com a colaboração de todos os membros da Instituição.

Quando Alvamar Furtado realizou no Ateneu Norte-rio-grandense o Curso de Conferências que provocou tantos debates nos meios intelectuais da cidade, Juvenal, em sessão da Academia de 22 de julho de 1943, fez "elogiosas referências ao Curso", sem procurar saber as ressonâncias que teriam as suas palavras dentro ou fora do ambiente em que se movia.

Na sessão de 9 de setembro de 1943, Luís da Câmara Cascudo propôs que a Academia tomasse a iniciativa da publicação das obras de Henrique Castriciano. Juvenal, incontinente, nomeou uma comissão composta de Luís da Câmara Cascudo, Edgar Barbosa e Américo de Oliveira Costa para escolher e organizar o volume em prosa.

Durante a sua presidência serviram de secretários de ata os acadêmicos Antônio Fagundes, Hélio Galvão e Manoel Rodrigues de Meio, que poderão atestar o dinamismo do terceiro presidente da Academia.

Os livros de Atas, número 2 e 3, guardam em seus registros despretenciosos os sonhos do presidente e dos seus companheiros de agremiação.

Na sessão de 24 de março de 1949, quando comandou a eleição de Paulo Viveiros para a Presidência da Academia, Juvenal Lamartine teve o cuidado de lembrar que três grandes centenários transcorreriam naquele ano e para os quais chamava a atenção da Academia e dos seus membros. Referia-se ele aos centenários de Ruy Barbosa, Joaquim Nabuco e Amaro Cavalcanti.

Finalmente, para se ter uma idéia da ação dinâmica de Juvenal à frente da Academia Norte-rio-grandense de Letras, bastará reproduzir alguns fragmentos dos livros de Ata da Academia, em que se sente o dedo do administrador que, em meio a óbices e dificuldades, queria sempre realizar na prática aquilo que pensava e elaborava o seu cérebro privilegiado.

Eis os fragmentos:

27-05-1943 - Renúncia do presidente Antônio Soares de Araújo;

27-05-1943 - Eleição de Luís da Câmara Cascudo, por unanimidade, o qual, depois de agradecer sua eleição, renunciou ao cargo de presidente;

27-05-1943 - Procedido novo escrutínio, foi eleito Juvenal Lamartine de Faria, que empossado comandou a eleição dos demais cargos da diretoria;

03-06-1943 - Ficou deliberado que o acadêmico Virgílio Galvão Bezerra da Trindade tomaria posse na Cadeira Lourival Açucena, na sessão de 10-06-1943, sendo saudado pelo acadêmico Otto de Brito Guerra;

10-06-1943 - Posse do acadêmico Virgílio Trindade, na Cadeira Lourival Açucena, sendo saudado pelo acadêmico Oito de Brito Guerra;

13-07-1943 - Foi autorizada a publicação de Edital para preenchimento da vaga de Sebastião Fernandes de Oliveira;

13-07-1943 - Aventada a idéia do preenchimento das cinco Cadeiras recentemente criadas, ficou assentado que em sessão especial convocada, seria procedida a eleição dos novos acadêmicos;

15-07-1943 - Posse do acadêmico Francisco Ivo Cavalcanti, na Cadeira Gotardo Neto, sendo saudado pelo acadêmico Edgard Barbosa;

22-07-1943 - Nesta sessão foram eleitos os acadêmicos José Augusto Bezerra de Medeiros, Américo de Oliveira Costa, Paulo Pinheiro de Viveiros, Esmeraldo Siqueira e Manoel Rodrigues de Meio, respectivamente para as cadeiras Nº 26, 27, 28, 29 e 30;

22-07-1943 - O acadêmico Câmara Cascudo propôs a eleição do Dr. Alberto Maranhão para a classe de Sócio Honorário, sendo aprovados por unanimidade;

22-07-1943 - O acadêmico Câmara Cascudo comunicou a passagem por esta capital do dr. Souza Pinto, diretor da Editora Livros de Portugal, do Rio de Janeiro;

22-07-1943 - O acadêmico Nestor Lima declarou que recebera várias publicações da União Cultural Brasil-Estados Unidos, que se achavam à disposição da Academia;

22-07-1943 - Foi elogiado pelo presidente o diretor do Colégio Estadual, Alvamar Furtado, pelo Curso de Conferências que estava realizando;

22-07-1943 - Foi igualmente anunciada para o dia 12 de agosto uma sessão pública destinada ao elogio do poeta Antônio Glicério, patrono da Cadeira ocupada pelo acadêmico Bezerra Júnior;

12-08-1943 - Posse do acadêmico Bezerra Júnior, na Cadeira Antônio Glicério, sendo saudado pelo acadêmico Aderbal de França;

26-08-1943 - Posse do acadêmico António Fagundes, na Cadeira Joaquim Fagundes, sendo saudado pelo acadêmico Nestor Lima;

02-09-1943 - O presidente comunica à Casa que recebera carta do acadêmico Adauto Câmara aplaudindo o movimento iniciado pela Academia e solicitava que comunicasse ao General Souza Doca, presidente da Federação das Academias, a eleição dos novos acadêmicos e sus respectivos patronos;

09-09-1943 - Nesta sessão, além de vários ofícios e publicações recebidos pela Academia, consta a indicação de Luís da Câmara Cascudo, solicitando da Academia que promovesse a reedição das obras de Henrique Castriciano, em prosa e verso; o presidente nomeou uma comissão composta dos acadêmicos Câmara Cascudo, Américo de Oliveira Costa e Edgar Barbosa para escolher e organizar o volume em prosa, além de outra composta dos acadêmicos Virgílio Trindade, Paulo Viveiros e Aderbal de França, para escolher e organizar o volume em versos; disse mais que, depois de um entendimento pessoal com Henrique Castriciano, o acadêmico Câmara Cascudo solicitasse autorização para adaptar os seus trabalhos à sintaxe atual; declarou ainda o presidente que havia autorizado publicação de Edital para preenchimento da vaga de Sebastião Fernandes; anunciou mais que no próximo dia 30 de setembro o acadêmico Câmara Cando faria o elogio do seu patrono, Luís Fernandes, sendo saudado pelo acadêmico Américo de Oliveira Costa; nesta sessão foram ainda escolhidos os patronos das cinco Cadeiras recentemente criadas, na seguinte ordem: José Augusto - Manoel Dantas: Américo de Oliveira Costa - Aurélio Pinheiro; Paulo Viveiros - Padre João Manoel; Esmeraldo Siqueira - Armando Seabra e Manoel Rodrigues de Meio - Monsenhor Augusto Franklin;

13-10-1943 - Recepção aos membros do Congresso de Neurologia e Higiene Mental que se realizou em Natal, estando presentes os congressistas Ulisses Pernambucano, Edgar Altino, Costa Carvalho, Alcides Codeceiras, Garcia Moreno, Luiz Cerqueira, Luciano Morais, Ovídio Duarte, Vandick Pontes, Rodolfo Aureliano, Jurandir Manfredini, José Lucena, Pedro Cavalcante, René Ribeiro, Arnaldo di Lascio, Pessoa de Campos e Sílvio Paes Barreto; saudou os congressistas o acadêmico Esmeraldo Siqueira, agradecendo o Dr. Garcia Moreno;

04-11-1943 - Posse do acadêmico Luís da Câmara Cascudo, na Cadeira Luís Fernandes, sendo saudado pelo acadêmico Américo de Oliveira Costa;

18-11-1943 - Conferência do Dr. Alberto Maranhão sobre “O Governo Nacional em face da Democracia”, sendo saudado pelo acadêmico Nestor Lima.

Estes fragmentos, colhidos no Livro de Ata Nº 2, da Academia Norte-rio-grandense de Letras, dão a medida do entusiasmo e da capacidade do Presidente Juvenal Lamartine de Faria, à frente dos destinos da nossa principal instituição de letras.

Foram, como se vê, cinco anos de intenso labor, de grandes iniciativas que marcaram para sempre a sua passagem pela presidência da Academia.

Quando se fizer um dia a história da Instituição, o seu nome figurará entre os que mais deram brilho ao movimento cultural de nossa terra.

A Constituição do Estado, de 11 de junho de 1898, determinou a reorganização da magistratura, que estava organizada na forma da Lei Nº 55, de 18 de outubro de 1895, e sem execução do texto constitucional pela Lei Nº 104, de 8 de agosto de 1898. Sob o eufemismo de reorganização, o que na verdade ocorria era a adaptação da justiça aos interesses do grupo que passava a dominar. O Tribunal, então chamado Superior Tribunal de Justiça, estava assim constituído:

— Manoel Moreira Dias (1862-1908)
— Aprígio Augusto Ferreira Chaves (1864-1906)
— Jerônimo Américo Raposo da Câmara (1843-1920)
— Joaquim Cavalcanti Feneira de Melo (1846-1911)
— José Climaco do Espírito Santo
— Joaquim Manoel Vieira de Melo
— Joaquim Ferreira Chaves (1852-1937)

Na nova ordem, aproveitados os dois primeiros (Moreira Dias e Aprígio Chaves), ficou o Tribunal com esta composição (23 agosto 1898):

— Vicente Simões Pereira de Lemos (1850-1918)
— Francisco de Sales Meira e Sá (1856-1920)
— José Teotônio Freire (1858-1944)
— João Batista de Siqueira Cavalcanti (1844-1919)

Os que não foram aproveitados ficaram na situação de aposentados, com vencimentos integrais os de mais de trinta anos e proporcionais os de menos de trinta anos de serviço.

A reformulação da magistratura que — manda a verdade dizer — soube descobrir nomes que mais tarde se revelariam juízes de alta categoria, pelo valor do saber e pela integridade funcional, desceu aos quadros da primeira instância, sendo também postos na situação de aposentados os juízes de direito

— João Gurgel de Oliveira (1860-1930)
— João Ferreira Domingues Carneiro
— Felipe Neri de Brito Guerra (1867-1951)
— Manoel José Fernandes (1835-1907).

O Dr. João Ferreira Domingues Carneiro, que viria a ser chefe de polícia do segundo governo Alberto Maranhão, denunciado na comarca de Macau pelo crime do Art. 207, ns. 1 e 4 do Código Penal (prevaricação), foi entretanto absolvido da acusação por decisão unânime do Tribunal, discretamente comentada em seu desfavor no relatório do Procurador Geral do Estado, Dr. Joaquim Manoel Vieira de Meio[(1)].

Os magistrados que se julgaram lesados em seu direito recorreram ao Supremo Tribunal que, por acórdão de 14 de dezembro de 1899, lhes deu ganho de causa, restabelecendo a situação em que se encontravam antes da reforma[(2)].

Na nova nomenclatura adotada, desapareceram as comarcas, surgindo as circunscrições, que eram as doze seguintes, com seus respectivos titulares:

— 1ª Natal - Luiz Manoel Fernandes Sobrinho (1856-1935)
— 2ª Ceará-Mirim - Francisco Pinto de Abreu (1869-1951)
— 3ª São José de Mipibu - Francisco de Albuquerque Melo (1870-1953)
— 4ª Canguaretama - Joaquim Homem de Siqueira Cavalcanti (1857-1952)
— 5ª Macau - Alfredo Ernesto Vaz de Oliveira
— 6ª Açu - Luiz de Oliveira
— 7ª Mossoró - João Dionísio Filgueira (1868-1947)
— 8ª Acari - Juvenal Lamartine de Faria (1874-1956)
— 9ª Seridó - Nilo Caeté Pereira de Andrade
— 10ª Apodi - Augusto Bezerra Cavalcanti (1874-1926)
— 11ª Maitins - Hemetério Fernandes Raposo de Melo (1869-1932)
— 12ª Pau dos Ferros - João Chacon.

O Dr. João Chacon não assumiu, embora apareça depois seu nome na lista de antiguidade, ficando sem efeito, a 10 de setembro, o ato de sua nomeação, a vaga preenchida pelo Dr. Manoel Xavier da Cunha Montenegro (1866-1952). O Dr. Juvenal Lamartine de Faria foi nomeado para a 8ª Circunscrição, Acari, por ato de 22 de agosto de 1898[(3)].

Nem a Constituição Federal de 1891 nem as três constituições anteriores que no Estado vigoraram naqueles começos de vida republicana exigiam o concurso para ingresso na magistratura vitalícia. A Constituição do Estado se satisfazia com uma lista tríplice organizada pelo Tribunal, para a qual apenas se exigia comprovação do exercício anterior da advocacia, ou do cargo de promotor ou juiz municipal. O Tribunal não tinha limitações na composição da lista e o governador também se movimentava livremente na faixa de escolha. O Executivo era na verdade um superpoder. Nas mensagens ao Legislativo, o Judiciário aparece, com seu relatório de trabalhos ao Governador, em pé de igualdade com o Chefe de Polícia, o Diretor do Tesouro, o Diretor da Instrução Pública e o Diretor da Higiene.

Saído da Faculdade de Direito, Turma de 1897, Lamartine, como José Augusto e Ferreira Chaves — mas em contrário a Alberto Maranhão, Antônio de Sousa, Tavares de Lira e Eloi de Souza — fazia sua experiência na vida pública pela via da magistratura. É certo que Antonio de Sousa (1867-1955) seria depois Procurador Geral do Estado, Tavares de Lira (1872-1958) ingressaria depois na magistratura especial de contas e Alberto Maranhão (1872-1944), no crepúsculo da vida, exerceria modesto cargo de pretor no Estado do Rio de Janeiro. Tinham caminhado diretamente na direção do partido e lá, no recinto das deliberações políticas, souberam manter uma linha de equilíbrio e firmeza que lhes assegurou as posições eminentes a que depois também chegaram.

Os outros acharam melhor fazer o aprendizado no pretório, ou talvez mesmo alimentassem a secreta intenção de lá permanecer, e neste caso o partido é que os iria buscar, desviando-os dos primitivos propósitos.

Naqueles anos de fim de século, o direito que o juiz tinha a aplicar no interior não era tão absorvente. Afora inventários e arrolamentos, onde o formulário invariável não exigia estudos, raras ações possessórias, alguma justificação, uma ou outra ação de limites. Os crimes de sedução, que então tinham o *nomen juris* de defloramento, só vinham a juízo se não era possível compor a situação pelo entendimento das famílias ou pelo casamento na polícia. O mais eram posturas municipais e raros casamentos, porque havia muita prevenção contra o casamento civil, O juiz aconselhava as partes, conservando vivo o instituto da conciliação. Direito administrativo, direito trabalhista, direito constitucional, responsabilidade civil, tudo isto era território desconhecido, terra ainda não descoberta.

Porque não tinham o que fazer, os juízes faziam política. Lamartine foi servir na comarca onde seu sogro exercia poderosa ascendência moral e política. Falando de ciência própria, porque também tinha sido juiz, embora na verdade se referisse a Lamartine, José Augusto escreverá anos depois:

> *"Aos costumes daquela época, os juízes imiscuiam-se também na vida partidária, nem sempre com prejuízo para a distribuição de uma reta justiça, como foi o caso do nosso biografado que, ao deixar a sua comarca, contava com a estima, o respeito e a confiança da totalidade dos seus jurisdicionados"* [(4)].

O certo é que a passagem de Juvenal Lamartine pela magistratura, toda no exercício da Comarca de Acari, às vezes por força de substituição legal em todo o Seridó, de 1898 a 1905, se não foi simples episódio, não pode deixar de ter sido o curso de preparação para a atividade política, esta sim, que iria empolgar os anos de vigor e produtividade de sua vida.

Não encontrei, por mais que buscasse, sentença sua que pudesse atestar uma vocação de jurista. Que me conste, não publicou nenhuma. Nem trabalhos doutrinários sobre temas jurídicos. O direito não o fascinou, embora o tenha atraído a carreira, ao preferir o curso jurídico. A magistratura porém não o seduziu: passou por ela e a deixou, sem nostalgias nem reminiscências. Qual dos ramos do direito mais o atraiu? O civil? O penal?

É de presumir que se tivesse continuado teria sido mais civilista que penalista.

Como Presidente do Estado (1928-1930), ele colocaria no seu governo dois problemas com ênfase especial, os quais não poderiam ser encaminhados sem amadurecida base jurídica: o combate ao banditismo e o voto feminino. Certamente estes dois problemas exigiam de um governo que os encarasse concretamente: um fundamento jurídico, por suas implicações talvez apenas políticas, para o primeiro, talvez mais sociais do que políticas para ambos. A um e outro atacou, o primeiro pela repressão policial, o segundo pela reforma da legislação local, por ele inspirada e conduzida ainda antes de assumir o governo.

Em ofício de 19 de fevereiro de 1901, ao Dr. Francisco Carlos Pinheiro da Câmara, Chefe de Polícia, o Juiz de Direito Juvenal Lamartine antecipa a visão do problema:

> *"Tenho a honra de participar-vos que, de acordo comigo, o tenente Francisco Leite Ferreira Tolentino, oficial da Polícia da Paraíba, entrou neste Estado em perseguição aos cangaceiros capitaneados pelo célebre Antônio Silvino e, encontrando-se na Fazenda Pedreira do Cap. Janúncio Salustino da Nóbrega, travou luta com eles, da qual resultou morrerem os sargentos Nestor Freire do Lavor e Estasiano Soledade e o bandido conhecido por Pilão Deitado, fugindo os outros em desordem.*
>
> *Os criminosos ainda permanecem aqui no Seridó, embora desorganizados.*
>
> *Tenho tomado providências para que eles sejam perseguidos e organizado resistência para repelirmos qualquer assalto, pois eles são audaciosos e requintadamente perversos.*
>
> *O tenente Tolentino se tem portado com muita bravura e correção"* [(5)].

Em um dos ensaios do volume organizado por Oswaldo Lamartine, ele relembra o episódio, com outros pormenores: o capitão Janúncio Nóbrega ia casar uma filha no dia seguinte e à fazenda já estavam chegando de véspera os primeiros convidados, presente o Juiz de Direito da comarca, que era ele [(6)].

A extensão da capacidade eleitoral ativa e passiva à mulher foi em Juvenal Lamartine uma constante da atividade política. Na Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados, relatou projeto que reconhecia às mulheres o direito do voto, mas como a inovação não vencesse a barreira dos preconceitos, valendo-se da circunstância de competir ao estado-membro legislar também sobre direito eleitoral, Lamartine introduzia na Lei Nº 660, de 25 de outubro de 1927, ainda não empossado governador, o seguinte dispositivo:

> *"Art. 77 — No Rio Grande do Noite, poderão votar e ser votados, sem distinção de sexos, todos os cidadãos que reunirem as condições exigidas por esta lei".*

O Projeto de Código Civil de CLOVIS BEVILAQUA estabelecia no art. 582:

> *"A turbação e o esbulho da posse não se justificam por se dizerem fundados em domínio ou em outro direito. Todavia, não se deve julgar a posse em favor daquele a quem se mostrar, evidentemente, não pertencer a propriedade".*

No projeto revisto, foi o art. 511, com pequenas alterações de forma.
No Código Civil é art. 505:

> *"Não obsta à manutenção, ou reintegração na posse, a alegação de domínio, ou de outro direito sobre a coisa. Não se deve, entretanto, julgar a posse em favor daquele a quem, evidentemente, não pertencer o domínio".*

Como se vê, são duas proposições distintas e na substância tanto no Projeto primitivo como no Projeto revisto e no Código votado a matéria é a mesma.

A Comissão Especial do Senado entendia que o dispositivo continha duas proposições antinômicas à luz da teoria objetiva, a que declaradamente se filiava o projeto, e por isto propôs a supressão da segunda parte:

> *"Aceita, pois, a teoria objetiva, eliminação da segunda parte do art. 511 se impunha, porquanto, no seu conceito, posse é a exteriorização da propriedade"* [(7)].

No direito anterior não era esse o quadro. Rompendo com a nossa tradição jurídica, o Código Civil repeliu, em matéria de posse, a teoria subjetiva de SAVIGNY (1779-1861), para adotar a teoria objetiva de INHERINO (1818-1892). De fato, as Ordenações Filipinas tratavam o instituto da posse conforme a teoria da Escola histórica e o Esboço de TEIXEIRA DE FREITAS (1816-1883) — que marcou nossa primeira tomada de posição para fixar as bases do direito nacional — ainda se filiava àquela doutrina, de que também se não separou o projeto de FELÍCIO DOS SANTOS (1828-1895). O primeiro sinal de rutura virá com o projeto do Conselheiro COELHO RODRIGUES (1845-1912) que, abandonando a teoria subjetiva, preferiu a do interesse, preconizado por SALEILLES.

Ao elaborar o projeto de que o governo o encarregara, fiel às inspirações das influências do Recife, a que não fora estranho TOBIAS BARRETO (1839-1889), CLOVIS BEVILAQUA (1859-1944) decididamente optou, sem concessões, pela teoria objetiva. Se o Código não é fielmente ortodoxo, culpa não foi do autor do projeto: foram os enxertos do Projeto revisto ou emendas da Câmara e do Senado.

Substancialmente, em que consiste, qual o traço que distingue as duas teorias? Simplesmente isto: Para a teoria subjetiva (SAVIGNY) o conceito de posse está na dependência da intenção daquele que detém fisicamente a coisa: se detém com ânimo de a possuir para si. Por outras palavras, o instituto de posse consiste na coexistência de dois elementos: *corpus*, que é a detenção física da coisa pelo possuidor, e *animus*, que é a intenção de ter a coisa como sua. Na teoria objetiva, o primeiro elemento é suficiente, sendo indiferente para caracterização da posse a intenção, porque esta estaria compreendida no primeiro. Não interessa conhecer se quer possuir, ou está possuindo como própria ou em nome de terceiro, Só importa saber se detém a coisa.

Esta matéria foi distribuída, na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, a Juvenal Lamartine. Corre ainda em Natal que, desde a Faculdade de Direito, ele se ligara a CLOVIS BEVILAQUA e que este descobrira nele uma vocação de jurista, chegando mesmo a desaprovar que voltasse à província, aconselhando-lhe um meio maior. Uma carta de CLOVIS para ele, de 26 de agosto de 1906, sobre uma conversa de véspera em torno da reforma do ensino superior, parece confirmar uma amizade antiga, embora sem efusões, O fecho é bastante expressivo: *"Aceite recomendações da Amélia e das meninas".* Por que poder-se-ia supor que Lamartine defendeu no Projeto as idéias do amigo? Estou persuadido de que ele pessoalmente partilhava dessas idéias. Ele devia ter amplas leituras de INHERING. Um trecho do seu Último livro documenta a influência persistente dessas leituras:

> *"Do grande filósofo-jurista Rudolf von Inhering, dentre os estudos com que enriqueceu a bibliografia clássica do Direito, figura o notável trabalho intitulado a HOSPITALIDADE NO PASSADO. Nele, Inhering, estudando as raízes mais remotas do Direito Internacional, foi encontrá-las na hospitalidade praticada pelos povos mais antigos de que temos notícia.*
>
> *E foi dessa acolhida, praticada como um verdadeiro culto religioso, que surgiram as primeiras normas de Direito Internacional, disciplinando as relações entre os povos"* [(8)].

Ele entrava, portanto, no debate que se abria em torno do instituto da posse e da orientação que lhe devia imprimir o código em elaboração, senhor de suas convicções doutrinárias, combatia por suas idéias pessoais, lutava pela prevalência delas na configuração da lei que se discutia.

Pode-se até dizer que não aceitava a forma do projeto. Enquanto este preferia contornar um aspecto delicado, definindo a posse pela definição de possuidor e depois pela do não-possuidor, Lamartine preferia enfrentar a dificuldade e propôs à Comissão Especial a inclusão de um artigo em que a posse ficasse especificamente definida:

> *"Acresce e releva ponderar que, além de não me parecer extreme de crítica a definição de possuidor, dada no projeto, a de posse era, precisamente, a que se tornava aí necessária, pelas duas seguintes razões já porque o conceito de posse não é hoje o mesmo que ensinou o egrégio chefe da Escola Histórica, cuja teoria e construção jurídica neste particular prevaleceu por largo tempo, na doutrina, na legislação e na jurisprudência, até que o gênio crítico, vivaz e profundo de Rudolf von Inhering derrocou pela base a concepção savigniana em face dos próprios textos do* Corpus Juris*: já porque da nova concepção do grande professor de Goettingen com real influxo não só na ciência, como na legislação dos povos cultos, se confessou abertamente adepto o preclaro autor do projeto primitivo, Clovis Bevilaqua, com apoio dos posteriores colaboradores, inclusive o Senado"* [(9)].

Foi esta a definição que então propôs e formulou:

> *"Art. — Considera-se posse a utilização econômica da cousa pela relação, de fato, da posse direta sobre a mesma cousa, exteriorizando a propriedade".*

Reconhecia que a definição apresentada não estava "perfeita e acabada", mas visava provocar o debate pelo problema que, a seu ver, estava em aberto.

Como antes ficou visto, a Comissão Especial do Senado via no artigo do projeto, que é hoje o Art. 505 do Código Civil, uma irredutível contradição doutrinária nas duas partes em que se desdobrava, e por isto propunha a supressão da segunda.

ASTOLFO REZENDE (1870-1946) comenta o episódio, para lembrar que esta emenda, aprovada no Senado, passou sem exame na Câmara e, portanto, subtraída a uma votação, não poderia figurar no texto posterior da lei[(10)]. JUSTINIANO DE SERPA (1851-1923) revidou, com a explicação que o assunto pedia. Em seu parecer, Lamartine defendeu a proposição impugnada no Senado, com segurança de doutrina e até com veemência de convicções:

> *"Peço vênia para dizer que, segundo me parece, os doutos jurisconsultos do Senado muito se enganaram neste particular.*
>
> *A segunda parte do artigo citado que o Senado manda eliminar — sob o fundamento de contrariar a teoria de Inhering — é, em vez disso, um corolário da teoria do sábio jurisconsulto. A emenda eliminativa, sim, é a que a ela se opõe, como um mandamento conseqüente que é da teoria de Savigny.*

De fato, já ficou notado que, segundo Inhering, é o interesse da propriedade que justifica a proteção dada à posse.

Logo, a posse daquele a quem evidentemente (atenda-se, e é a hipótese da segunda parte do Art. 511, que o Senado manda eliminar) se mostra não pertencer a propriedade ou o domínio, não deve merecer essa proteção.

Uma tal posse, no caso figurado, bem é de ver que já não exterioriza sequer a propriedade, uma vez que com evidência se mostra não existir esta da parte de quem se diz possuidor, e sim da parte contrária.

Por outros ternos: se, conforme a teoria de Inhering — o interesse da propriedade é que fundamenta e justifica a proteção dispensada à posse — pelas ações possessórias, conseqüente é que onde evidentemente se demonstra faltar esse interesse, falta essa proteção, que fica sem razão de ser: cessada, desaparecida ou provada inexistente a causa, ou desaparece ou nulifica-se o efeito.

Aliás, é esta, no nosso direito, a velha e, no dizer do exímio Teixeira de Freitas, a luminosa interpretação do Assento de 16 de fevereiro de 1786. para se não seguir, na frase do Assento, um absurdo visível, a saber de se julgar nos interditos restituitórios e nos outros casos ocorrentes no foro a posse àquele que, pelo processo e evidência notória nos autos, se depreende não lhe deve ser julgada a propriedade.

Ora, esse visível absurdo é, na hipótese da segunda parte do Art. 511, manifestamente contrário ao interesse da propriedade *que, conforme a teoria objetiva, é o fundamento dos interditos.*

Em conclusão, a exceção de domínio, nos precisos termos da segunda parte do Art. 511, isto é, demonstrada evidentemente, não colide com a teoria de Inhering*, antes está de acordo com ela, tanto quanto se afasta da teoria subjetiva de* Savigny*, desde que, segundo esta teoria, de um lado as ações possessoriais são consideradas meios repressivos de obrigações pessoais* ex-delicto*, e de outro, a passe e o domínio são entidades radicalmente diferentes, diferentes a ação possessória e a petitória* (Ver Lafayette, Direito das Coisas, 22, nota 3 e nota 2).

Acrescentarei, por último, que a disposição da segunda parte do Art. 511 consagra a melhor doutrina — imposta pela razão do direito — na frase do ilustre professor João Monteiro, e, por isso, convém que seja mantida, rejeitando-se a emenda supressiva do Senado"[11].

Do amigo e admirador

Este parecer, datado de 30 de janeiro de 1913, foi redigido em Natal. Ao comunicar a distribuição da matéria, o deputado NICANOR NASCIMENTO, Secretário da Comissão Especial de Estudos do Projeto do Código Civil Brasileiro na Câmara dos Deputados, acrescentava que o prazo para os pareceres parciais encerrar-se-ia a 10 de fevereiro, quando a Comissão se reuniria para conhecer deles. ASTOLFO REZENDE levanta objeções a Lamartine sobre a ortodoxia da doutrina que sustenta[12], mas CLÓVIS BEVILAQUA em referência expressa com ele se põe de acordo[13].

Refiro os fatos. Não entro no exame da adequação à teoria objetiva do texto que é hoje o Art. 505 do Código Civil, nem à sua fiel ortodoxia aos cânones da doutrina de INHERING. O que eu posso dizer, com a pouca autoridade que não vem nem da ciência nem da investigação, mas da experiência prática, é que a exceção de domínio me parece uma demasia no conteúdo do direito possessório. Até hoje a jurisprudência não conseguiu construir uma interpretação uniforme do Art. 505. A exegese dos tribunais não deu a esse dispositivo uma aplicação coerente e precisa, como parecia supor Juvenal Lamartine em seu parecer. É uma cruz para advogados e juízes. Vamos em breve ter um outro código, sem que tivéssemos conseguido alcançar o sentido exato desse texto. Para ele deu Lamartine uma contribuição positiva, que todavia ficou esquecida. Quando, pela emenda supressiva do Senado, tudo indicava que o dispositivo seria expurgado da segunda parte, que é fonte permanente de controvérsias, foi a firme posição de Lamartine que lhe garantiu a sobrevivência. Foi a sua defesa, certamente brilhante, mas sobretudo veemente, que o sustentou e o manteve, trazendo-o para o corpo vivo da lei.

Bacharel em direito, orador de sua turma, prêmio de viagem, Juvenal Lamartine escolheu certamente esse caminho obedecendo à vocação da mocidade. Não me consta tivesse exercido a advocacia e o trânsito episódico pela magistratura identifica o jurista que a atividade política não deixou expandir-se, solicitando outros cuidados e indicando outros caminhos — dama mais exigente dos desvelos do seu amado. Mas o parecer que acabamos de reproduzir em largos trechos mostra que o jurista ainda estava lá, de férias nele, esperando a vez.

(1) Anexo à Mensagem do Governador Ferreira Chaves apresentada ao Congresso Legislativo a 14 de julho de 1898, Natal, Tipografia da A REPÚBLICA, 1899, pág. 6. Datado de 8.5.1898.
(2) Cf. Ving-Un Rosado, "UMA VIAGEM PELO ARQUIVO DE MANOEL JOAQUIM DE OLIVEIRA". "BOLETIM BIBLIOGRÁFICO" Mossoró, 1956, nº 95-100, pág. 239, nº XXIX.
(1x3) Nomes e data de investidura, extraídos do relatório do Presidente do Superior Tribunal de Justiça, des. Meira e Sá, de 14.06.1899, anexo à Mensagem do Governador Ferreira Chaves ao Congresso Legislativo, a 14 de julho de 1899. Natal, Tip. de A REPÚBLICA, 1899. págs. 5-8.
(4) José Augusto, "O RIO GRANDE DO NORTE NO SENADO DA REPÚBLICA - JUVENAL LAMARTINE". (Rev. Do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. 1960, v. LIII. pág. 9).
(5) Relatório do Chefe de Polícia, anexo à Mensagem do Governador Alberto Maranhão ao Congresso Legislativo. Natal, Tip. de A REPÚBUCA. 1904, pág.5.
(6) VELHOS COSTUMES DO MEU SERTÃO. Natal, Fundação José Augusto, I965, pág. 105.
(7) Parecer nº 290, Diário do Congresso Nacional, número especial, suplemento ao nº 121, de 22.09.1912, pág. 7.
(8) VELHOS COSTUMES DO MEU SERTÃO. Cit. pág. 51.
(9) Parecer da Comissão Especial, 30 de janeiro de 1913 (págs. 93-98 da publicação da Câmara dos Deputados).
(10) ASTOLFO REZENDE, Do Direito das Coisas (Da Posse) em PAULO DE LACERDA, Manual do Código Civil Brasileiro, Rio de Janeiro. Jacinto Ribeiro dos Santos editor, 1918, v. VII, nº 81, págs. 215-216.
(11) Parecer citado.
(12) ASTOLFO REZENDE, op. cit., n. 86, pág. 222.
(13) CLOVIS BEVILAQUA. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil, comentado. Rio de Janeiro, Liv. Francisco Alves, 1942, 6ª ed., v. III, pág. 34.

Na atribulada história da democracia, talvez nenhuma quadra lhe foi mais propícia do que a dos anos que se sucederam ao desfecho da primeira guerra mundial. A Constituição russa (1915) e a Constituição alemã de Weimar (1919), revolucionárias na sua técnica e nos seus princípios, refletiam o pensamento dos estadistas que sistematizaram a vitória sobre a autocracia dos chamados Impérios Centrais, ainda aferrados aos dogmas da Santa Aliança e às cláusulas do Congresso de Viena. Foram pactos que assinalaram, como a Constituição mexicana de 1917 já havia prenunciado, o nascimento de novos direitos políticos, econômicos e sociais.

Nessa transformação, não foram esquecidos os direitos políticos da mulher. Observa-se que a Suécia, a Noruega e a Dinamarca, desde 1915, os havia reconhecido em suas cartas fundamentais. A Alemanha de Weimar, os Estados Unidos e a Inglaterra secundaram a inovação dos países escandinavos e, no Brasil, o Código Eleitoral de 1932, obra de Assis Brasil, João Cabral e Pinto Serva, consagrou o voto exercitável pelas mulheres maiores de 21 anos (dec. Nº 21.076 de 24 de fevereiro de 1932).

No Rio Grande do Norte, malgrado as contestações opostas na época, o voto feminino fora instaurado cinco anos antes, quando o Congresso Estadual admitiu as mulheres à participação na vida política.

Deve o Brasil a Juvenal Lamartine, então Presidente eleito do Estado, essa audaciosa abertura liberal, que o movimento revolucionário de 1930 haveria de ratificar no mesmo decreto que implantou o sigilo do voto.

Na verdade, só o preconceito do "machismo" indígena justificaria a discriminação, jamais acobertada pelo nosso passado constitucional, haja vista a Constituição do Império, cujo Art. 92, tão caprichoso em exclusões, não vedava o voto feminino. No prosseguimento de sua campanha, Juvenal Lamartine recebera, datada de 20 de maio de 1928, carta de Clovis Bevilaqua, em resposta à consulta que fizera ao autor do Código Civil sobre a capacidade política da mulher brasileira em face da Constituição de 1891. Nesse documento, o velho Clovis assim se manifestava:

"Rio de Janeiio, 20 de maio de 1928.

Meu caro Lamartine:

Quer você saber a minha opinião sobre a capacidade política da mulher brasileira em face da Constituição.

É esse um assunto que está na ordem do dia. Portanto, é natural que tenha eu, como todos, volvido o pensamento para ele.

Não vejo onde se possa abrigar objeção ao direito legal de ser a mulher brasileira eleitora e elegível para os cargos que se preenchem pelo sufrágio popular.

Não me deterei na apreciação do elemento histórico da lei fundamental do Brasil. Olho somente o seu dispositivo claro.

A mulher é cidadã. A brasileira (Art. 69) não perde a sua qualidade de brasileira pelo casamento. Antes, influi para tornar o seu cônjuge brasileiro, se se casa com estrangeiro. Quer isto dizer que, no sistema constitucional que nos rege, a cidadania é qualidade que a lei assegura à mulher do modo mais completo. Conseqüentemente, os deveres e direitos do brasileiro lhe competem como ao homem. Assim, quando a Constituição declara, no Art. 79, que são eleitores os candidatos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei, abrange homens e mulheres. Ambos são cidadãos. E, como é sabido, onde a lei não distingue, não deve o intérprete distinguir. Além disso, se a Constituição quisesse excluir a mulher dos direitos conferidos no Art. 7º, de princípio tê-la-ia incluído nas exclusões constantes do parágrafo 1º. Não o fez. Logo, ela está compreendida, é princípio, na cláusula.

A urgência da resposta não permite encarar o assunto por outros prismas. Mas você pede duas linhas e eu escrevo muito mais do que isso.

Do amigo e admirador

a) Clovis Bevilaqua."

As Constituições que se seguiram à revolução de 30 legitimaram a participação da mulher na concorrência política: a de 34, no seu Art. 109, tornando obrigatório para os homens e para as mulheres, quando estas exercessem função pública, o alistamento e o voto; a Carta de 37, definindo eleitores os brasileiros de um e de outro sexo, maiores de 18 anos, que se alistassem na forma da lei (Art. 117); e a Constituição de 1946, no Art. 131, considerando eleitores os brasileiros maiores de 18 anos que se alistassem na forma da lei. Com igual sentido e as mesmas palavras, a Constituição de 24 de janeiro de 1967 (Art. 142) e a emenda constitucional nº 1 de 17 de outubro de 1969 (Art. 147), consagraram o direito do voto feminino, hoje quase universalmente reconhecido.

Se remontarmos à época de conservadorismo patriarcal em que o Brasil estadeava suas instituições, melhor poderemos avaliar o papel exercido por Juvenal Lamartine com a sua tenacidade e o seu idealismo. Presidente de um Estado obscuro no grande concerto da Federação, ele inaugurou em nossa terra um período renovador e ousado. Aviação, comunicações, imprensa, plano urbanístico de Natal, dinamismo na vida administrativa, chamamento da mocidade aos quadros políticos, tudo fez para galvanizar o Estado e libertar o Rio Grande do Norte do jugo provinciano. Sua plataforma de governo, lida no Rio de Janeiro perante a elite política e intelectual do País, tornou-se um documento de estadista e governante de visão, que alcançava muito além dos horizontes estreitos, sombreados de nuvens que precipitavam a insurreição de 1930.

Antes de qualquer homem de Estado brasileiro, Juvenal Lamartine foi o precursor da mudança no *"status"* feminino, alforriando a mulher da servidão secular, sem que ela perdesse ou renunciasse aos deveres que lhe corriam no dualismo doméstico. Com o direito de votar, que era sua carta de cidadania, a mulher brasileira conquistou acesso às Universidades, aos empregos públicos, às assembléias políticas, aos poderes Executivo e Judiciário. A primeira Prefeita, uma das primeiras deputadas a Congressos Estaduais, as primeiras representantes do Ministério Público, no Brasil, foram norte-rio-grandenses, sem referirmos as jovens senhoras e moças conterrâneas que se afirmaram nas letras, no magistério e na pesquisa científica, através das oportunidades oferecidas à sua cultura e inteligência.

Ainda recentemente, o Papa Paulo VI, dirigindo-se aos participantes de uma comissão que estuda o papel da mulher na sociedade e na Igreja, acentuava o reconhecimento de uma igualdade progressiva dos

direitos do homem e da mulher e recomendava vigilância no sentido de que a mulher não fosse prejudicada naquilo que está mais essencialmente vinculado à sua vida.

Quando nos fala o maior doutor das luzes do sentimento católico, nesses dias sombrios, quando os destinos de milhões de criaturas se confiam a mulheres como Indira Gandhi e Golda Meir, quando o movimento do *"Women's Lib"* assoberba as nações de mais sofrida experiência política, nos damos conta do que está escrito nas páginas da BÍBLIA, o compêndio por excelência, onde se gravam as dores, as esperanças e os sonhos da humanidade.

Defrontando a BÍBLIA, adverte-nos Alcala Zamora, no EL PENSAMIENTO DE EL QUIJOTE, precisamos subtrairmo-nos à preocupação assustada, mais que mística, do "perigo feminino", para vermos em todo o esplendor de sua alegoria os muitos de mulheres que ali aparecem: Eva, Rebeca, Raquel, Lia, Maria, Marta, Judith, Ruth, Ester, todas escolhidas na epopéia que se desenrola da Criação ao Calvário. Não são deusas, ainda que a legenda mais antiga assim as representasse — imortais e olímpicas. Diferentes daquelas que Homero esculpiu com os seus olhos mortos, as servas e princesas bíblicas são belas cariátides que conduziram as navegações do homem cristão em meio a relâmpagos e tormentas, ofertando-lhes o sacrifício de sua fé, maior do que o da sua poesia e beleza.

Nesta homenagem à memória de Juvenal Lamartine, no centenário do seu nascimento, seus vultos se esbatem na névoa dos milênios, porquanto elas, filhas de Eva ou das espumas do mar, heroínas ou santas, guerreiras ou profetisas votaram nas grandes decisões do mundo, mesmo quando foram simplesmente mulheres, descerrando os seios para a angústia humana em sua eterna sede de refúgio e maternidade.

Juvenal Lamartine, um pioneiro

Nilo Pereira

Recordo o Natal dos meus tempos de estudante: uma cidade lírica, desprevenida, às vésperas de grandes transformações. O governo de José Augusto Bezerra de Medeiros deixava uma marca de renovação. Sabíamos todos como esse admirável homem público ironizava homens e fatos. Conhecia toda gente pelo nome todo. Popular, sem ser popularesco, era o democrata puro. Seu poder caricatural, sua "verve", suas anedotas, algumas que são, hoje, verdadeiros subsídios políticos e até históricos — bem razão tinha Prosper Mérimée quando dizia que, na História, o que ele mais estimava era a anedota — davam a impressão de ser a outra face da política, aquela que o governador António José de Melo e Souza encarnava: a sizudez, certa distância do palco da vida, até onde esse palco, transformado em teatro de Molière, era uma sátira, uma crítica de costumes. Tanto José Augusto quando Antônio de Souza — diferentes por temperamento — foram, a seu modo, momentos altos da vida pública norte-rio-grandese.

Os estilos republicanos conservavam no Dr. Antônio de Souza certo ar de conselheiro de Estado, enquanto no Dr. José Augusto se amaciavam num ceticismo amável e encantador, quase mágico. Foi assim que, como estudante, em Natal, senti a transição que ia começar e na qual o estadista Juvenal Lamartine de Faria seria o fecho de ouro pelas inovações e pioneirismos do seu governo, cujas mudanças a perspectiva da História permite que as vejamos, hoje, mais profundas do que toda uma revolução — a de 1930 — que o afastou do poder.

Nesta cidade que começava já a transformar-se, nós, estudantes, seríamos talvez as melhores testemunhas dos últimos momentos da chamada República Velha. O tempo nos daria a visão objetiva dos acontecimentos. E aquele homem austero, parecendo de poucas palavras, refletindo um tanto a fisionomia do seu sertão, talvez mais um economista, um jurista e um sociólogo do que um político na expressão menos nobre da palavra, ficava entre a sizudez de António de Souza e a irreverência de José Augusto, como quem, numa síntese de temperamentos e de idéias, estivesse destinado a ser, como foi, o pioneiro de tanta coisa, o governante que, como já tive ocasião de dizer, adiantou-se em trinta anos nas iniciativas e nas realizações a que ligou para sempre o seu nome. Sociologicamente, em 1930, estávamos em 1960: o Dr. Lamartine avançava no tempo, abria caminhos que permitiram a Natal ser, no segundo conflito mundial, cidade do mundo, estrategicamente dotada de privilégios que ele, o estadista, soube vislumbrar.

O pioneirismo do Rio Grande do Norte é a maior recompensa da sua pequena extensão territorial. A geografia, aqui, deixou-se dominar quase sensualmente pela História. Nossos homens de governo, políticos, estadistas, escritores, poetas, jornalistas, juristas, cientistas, e outros que, em tantas atividades, deram impulso ao comércio e à indústria, compreenderam bem que um destino singular dava ao Rio Grande do Norte prioridades que se refletiram, não poucas vezes, na vida do Brasil e na própria vida internacional.

Nós, estudantes, éramos testemunhas desse mundo que aqui se criava; e nem sequer nos apercebíamos disso. Tudo parecia o rumo inflexível das coisas. Não podíamos sentir nem penetrar o mistério que há no cotidiano. Governos se sucedem. Plataformas políticas aparecem. Mas aos que estão começando — e era bem o nosso caso — todas essas sugestões surgiram como se fizessem parte de uma fatalidade histórica: o tempo.

Mais do que o tempo, havia o espaço cultural e histórico. O Dr. Lamartine situa-se nesse espaço e não seria de outro modo que venceria o tempo, as limitações provincianas da rotina, os horizontes que parecem aspas nos estilos estabelecidos.

A grande mudança de Natal viria com os hidroaviões que se aninharam no Potengi como em leito nupcial, fecundando os novos tempos. Natal nascia internacionalmente das águas, desvirginadas pelos pássaros migradores.

Jorge Fernandes, no seu *livro de poemas*, editado pela "Fundação José Augusto", (1970), introdução de Veríssimo de Melo, dedicou um poema ao Jahu e três outros, numerados, aos aviões que chegavam: cada um deles em uma "marmota", "cevando o vento", caminhando para a cena final — o leque que suas asas abriam nas águas lustrais. Diz o poeta:

Depois desce no Rio Grande numa pirueta danisca
Desembestado, espalhando a água
E fica batendo o papo, cansado de voar.

Essa fase da aviação natalense — documentada por João Alves de Melo — foi uma das perplexidades de minha vida inicial de jornalismo. Entrevistei Ítalo Baldo. Dele guardo um cartão com autógrafo. Não esqueço a famosa oração que, em praça pública, proferiu Dom José Pereira Alves, saudando o aviador português Sarmento de Beires, lembrando que a temerária aventura trazia de volta a advertência do velho do Restelo, "um velho de aspecto venerando".

O Dr. Lamartine era o homem talhado para este momento histórico. Para essa revolução. Um feliz destino o conduzia a este privilégio, que não o surpreenderia, porque era para todas essas antecipações que o seu espírito estava preparado.

Parnamirim, cujo descobrimento se deve ao Coronel Luiz Tavares Guerreiro, como tanto enfatiza Luiz da Câmara Cascudo, no sou livro História da Cidade de Natal, fez de Natal — repita-se — uma cidade do mundo. Mas foi o Dr. Lamartine quem anunciou e concretizou essa primazia.

O HOMEM PÚBLICO

No seu discurso de posse, nesta Academia, Veríssimo de Melo traçou o perfil perfeito e acabado do seu antecessor, o eminente Presidente desta Casa, Juvenal Lamartine de Faria. O homem público domina por assim dizer as atividades literárias e estéticas que, de resto, não faltaram ao grande governante.

Sua carreira política é também a do jurista que convém lembrar sempre. Creio que, entre os diversos ramos do Direito, o Direito Civil seria talvez da preferência dos seus estudos, que permanecem em Pareceres de grande atualidade, como o que se refere ao voto feminino, que levaria o Rio Grande do Norte a um pioneirismo de universal ressonância.

Era uma inovação na sistemática constitucional essa valorização da mulher e sua participação na vida política. Sua exclusão ainda era um preconceito. Mas o Dr. Lamartine foi um grande vencedor de preconceitos. Rompia com a tradição provinciana guiando, ele próprio, o seu automóvel. Mas sabia conservá-la nas linhas mestras da sua formação sertaneja, da qual nos deixou páginas de sabor telúrico: unia evocação simples, mas sempre sociológica, da sua gleba, que nele permaneceu viva e fiel como substância das coisas essenciais.

Tinha o arrojo do reformador, ainda incompreendido, como todo aquele que inova e abre caminhos. Como político e jurista, parlamentar preocupado com os novos tempos, alargou o campo do Direito Civil e Constitucional no capítulo fundamental dos direitos e dos deveres, até colocar a mulher no plano da construção político-social pelo direito do voto. A lição do Rio Grande do Norte terminou sendo uma lição nacional. E mais do que isso: latino-americana.

Não é necessário recordar aqui a sua carreira política pelas datas e pelos cargos e mandatos que desempenhou. Iniciando sua vida como Juiz de Direito do Acari, dir-se-ia que o magistrado marcaria muitas de suas decisões, quando estivesse no governo do Estado. Deputado e senador, talvez sem gosto pela oratória parlamentar, era o homem público a quem seriam confiadas soluções jurídico-políticas da maior importância, como a intervenção federal no Estado do Rio, quando, na sua condição de jurista, esteve à altura de Amaro Cavalcanti, como salienta Veríssimo de Melo.

Não sei se erraria manifestando, neste rápido perfil do homem público, uma impressão que é, pelo menos, a que me resta da leitura do que ele deixou, principalmente da sua memorável plataforma de governo — que os mais eminentes políticos brasileiros tanto aplaudiram — como das suas Mensagens à Assembléia Legislativa: o Dr. Lamartine me parece um economista ou um cientista da Economia intensamente preocupado com o destino do Estado, analisando a sua produção, o problema do sal, do açúcar, do algodão, da pecuária, e nisso podendo ser citado — como assinala Veríssimo de Melo — ao lado de um Felipe Guerra, dum Eioy de Souza, dum Manuel Dantas, dum Tavares de Lira e tantos outros, para os quais os graves problemas da estiagem eram desafios cíclicos que a açudagem e a irrigação podiam em parte resolver. A questão saía, assim, da esfera dramática das nossas queixas e das nossas dores para um enfoque sociológico e uma restauração de energias humanas, num sistema em que o Estado fosse parte direta na preservação dum patrimônio comum — o homem abandonado do Nordeste, na solidão do seu heroismo secular. Um heroísmo euclidiano.

No seu livro O Rio Grande do Norte no Senado da República, Imprensa Universitária, Natal. 1968, o Dr. José Augusto escreve que o maior filho que até hoje Serra Negra deu para o serviço do Rio Grande do Noite foi Juvenal Lamartine de Faria.

Não bastava, decerto, que assim fosse, porque o Presidente Lamartine, além de prestar tais serviços como homem público, mostrou que o campo de ação em que se moveu lhe dava novas dimensões — as do político que via antecipar-se o desenvolvimento através de medidas e realizações que podemos conhecer e analisar melhor desde a sua plataforma de Governo — diferente dos estilos convencionais até a exaustiva demonstração do que a sua administração pioneira, no seu livro O Meu Governo, Rio, 1933, no qual, após os contatos que teve com a cultura européia, revela quanto o seu espírito se enriqueceu com os dados comparativos que pôde obter no exílio, entre as nossas realidades e as outras, que lhe ofereceram o espetáculo duma civilização adiantada e múltipla.

Registre-se que nesse livro a ênfase é dada à política educacional e sanitária completa, por assim dizer, tudo quanto havia escrito nas suas *Mensagens*, voltadas mais para o futuro do que para o presente.

Recordando Goethe, quando disse — "A glória não é nada, a ação é tudo" —podia acrescentar serenamente: "Tudo podem me negar, nunca que fiz um governo de ação construtora em todos os departamentos da administração pública", Dom Marcolino Dantas, Bispo da Natal, que o chamou "Presidente realizador", parece ao Dr. Lamartine a palavra insuspeita que ressalta ao político o homem de ação que soube ser. De modo que, se a glória não é nada, já não seria ela que nos levaria a recordá-lo, mas a ação, o pioneirismo que o levou a fazer uma revolução maior do que a de 1930.

TRÊS VEZES PIONEIRO

Pioneiro do voto feminino, seria também pioneiro da aviação civil. Fundador do Aero Clube de Natal, cuja direção técnica foi entregue ao comandante Djalma Petit, construiu vinte campos de aviação no

interior do Estado. Numa época, como essa nossa, em que a Comunicação e a Informática alcançara, tanta importância nas relações humanas, do Presidente Lamartine podemos dizer que iniciou essa fase no Rio Grande do Norte. Bastava isso para representar uma revolução, que para a nossa economia e o nosso progresso não seria menor do que a revolução internacional do avião, ou hidro-avião, que, em Natal, em dias já remotos, assinalava uma civilização que teria em Parnamirim o seu remate como ponto estratégico do segundo conflito mundial.

Mas há um outro pioneirismo que nem sempre vejo assinalado: o entrelaçamento entre o Estado e a Igreja, no sentido de ser o clero, no interior, um instrumento eficaz de esclarecimento. Pioneiro — vale a pena acentuar desde já, duma relação temporal-espiritual sem jamais pretender tornar os padres em economistas, políticos, sociólogos, ideólogos, reformadores e muito menos agitadores — o que deles queria o Presidente do Estado era uma colaboração que ia exercer-se do púlpito, sem sair dos Evangelhos.

Na *Mensagem* do Presidente Lamartine à Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte, datada de 1929, o assunto é tratado através de dois ofícios que marcam uma época: o que o governante inovador dirige ao Monsenhor Alfredo Pegado de Castro Cortez e a resposta do eminente Vigário-Geral.

No ofício ao Monsenhor Pegado, depois de tantas considerações que tanto honram o seu alto espírito de homem público, diz o Presidente Juvenal Lamartine:

"Força moral e social de primeira grandeza, a cujo influxo o Brasil deve grande parte de sua formação histórica, plasmando-lhe a fisionomia social e enrijando-lhe a fibra moral, a religião está da tal forma identificada com as suas justas aspirações da nacionalidade que seria puerilidade pretender sequer negá-lo.

A época atual, de inegável pressão econômica, exige a participação das forças religiosas no movimento de redenção econômica do País, base de sua independência política e de sua existência autônoma.

Prova disso está no movimento cooperativista, de caráter religioso que, em nosso Estado, como nas demais unidades da Federação, está promovendo um desenvolvimento e circulação mais rápida da riqueza nacional, educando o povo na prática da economia e na gênese do espírito de associação que, em qualquer país, são as pedras angulares da prosperidade nacional.

Tomo a liberdade, portanto, de solicitar por intermédio de V. Excia. a participação do Clero deste Estado no problema do acréscimo de nossa produtividade agrícola.

No púlpito, em todos os lugares onde se exerça o poder de irradiação do catolicismo em nossa terra, pela palavra, pelo estímulo, pode o sacerdote transformar-se hoje em dia, para felicidade nossa, em um fator de notável força econômica no Estado.

Como deve ser do conhecimento pessoal de V. Excia., estão isentos de quaisquer impostos de exportação, no próximo exercício, todos os cereais, frutas e legumes plantados em nosso meio.

Por sua vez, anuncia-se promissor o inverno deste ano, de forma que é lícito esperarmos um acréscimo de nossa produção agrícola.

Para que ela, porém, corresponda aos nossos aneios coletivos de progresso econômico e de fortuna material, o auxílio do catolicismo será inestimável e altamente benéfico aos superiores interesses da coletividade norte-rio-grandense.

Convicto de que V. Excia. e o Clero do Estado não regatearão a sua solidariedade a essa campanha sobretudo oportuna e imprescindível, prevaleço-me da oportunidade para, por seu intermédio, levar às forças religiosas de nosso Estado a minha palavra de agradecimento e alta consideração".

O ofício do Dr. Lamartine é datado de 14 de dezembro de 1928. Logo no dia seguinte o governador do Bispado, Monsenhor Alfredo Pegado, responde ao Presidente considerando a sua mensagem um "valioso documento". Finalizando a sua resposta, que é uma exaltação do gesto do governante, que procura as forças espirituais para o incentivo do progresso econômico e social, diz o Monsenhor Pegado:

"De antemão, posso afirmar a V. Excia. que o Clero deste Bispado há de vir trazer ao governo econômico e operoso de V. Excia. o concurso solicitado: é uma obrigação moral que ele deve assumir. Para isso, levo ao conhecimento de V. Excia. que enviarei circunstanciada circular ao Clero deste Bispado, acompanhada de um exemplar da carta de V. Excia., e todos nós do Clero e das forças religiosas uniremos vontade, trabalho e esforças para atendermos ao honroso apelo de V. Excia. a quem agradeço, por todos, as altas provas de distinção".

Hoje, que a Igreja é solicitada a colaborar no desenvolvimento, sinônimo de paz, como disse o Papa Paulo VI, esses dois documentos se mostram antecipadores, nos termos justos e oportunos em que estão escritos, duma época em que o Clero pôde, realmente, prestar os melhores serviços à comunidade.

Três vezes pioneiro — do voto feminino, da aviação civil, da colaboração do Estado com a Igreja na obra ingente do desenvolvimento, o Presidente Lamartine — que possibilitou a criação das Diocases de Caicó e Mossoró, como lembra Veríssimo de Melo — põe na sua Mensagem um problema dos nossos dias com toda a força de insuspeição que o poder político dava ao apelo, que é uma alta compreensão da nossa vida e do nosso destino.

A POLÍTICA MODERNA

Político eminentemente moderno, atualizado, vidente, a sua primeira Mensagem à Assembléia Legislativa, da qual a Revista Cigarra, fundada por Aderbal de França, transcreve trechos em seu primeiro número, Natal, novembro de 1928, o Presidente Lamartine saberá colocar a problemática do Estado nos diversos enfoques em que então se apresentava.

A política moderna é duma complexidade cada vez maior, dirá. Mas não se arreceia de enfrentá-la e de realizá-la. Será esse, de resto, o seu destino: vencer essa complexidade. Sempre se antecipando nas idéias e soluções, escreve que as nossas necessidades não vêm do meio físico, mas do abandono das nossas terras. Daí falar na educação do trabalhador rural, no sentido de despertar nele "a ambição para uma vida de mais conforto e bem-estar", estimulando-o ao trabalho com a ajuda do poder público.

Mas é assim que resume, inicialmente, o seu governo:

"A exploração intensiva dos vales e terras úmidas do litoral, o desenvolvimento do crédito agrícola e o melhoramento de meios de transporte são serviços que cabem nas forças do Estado e do nosso povo e que, sem tardança, devemos e podemos executar".

Sentimos aí o administrador que sabe ver o tempo que irá marcar com a sua presença pioneira de homem de Estado, responsável, perante a História, por um período de transição política, na qual os últimos marcos plantados pelo estadista norte-rio-grandese seriam definitivos.

Ele estava escrevendo uma História que começava pelo passado, mas era já o futuro — a conquista de tantos ideais que são, hoje, o desenvolvimento da região num quadro que somente o pioneirismo podia traçar.

Caberia ao político moderno e renovador, que era Juvenal Lamartine, não somente olhar os problemas econômicos, nos quais, segundo o depoimento lúcido do Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros, em autoridade incontestada, mas criar, em projeto seu como Senador da República, uma Base Aérea em Natal, que seria de fundamental importância para os destinos das Nações, na segunda guerra mundial.

No livro Patronos e Acadêmicos, Editora Pongetti, Rio de Janeiro, vol. II, página 109, escreve Veríssimo de Melo: "Conhecedor arguto dos problemas econômicos e sociais do Rio Grande do Norte, jornalista de expressão espontânea e clara, político de atividade fecunda, administrador de idéias avançadas, durante o seu governo de dois anos e nove meses, no Estado, espalhou progresso e projetou o nome da terra além das fronteiras do país".

O ESCRITOR

Como intelectual, ex-Presidente da Academia Norte-rio-grandense de Letras, era escritor de expressão enxuta e segura, como podemos ver no seu livro *Velhos Costumes do Meu Sertão*, editado pela "Fundação José Augusto", 1965. A fibra do sertanejo, com a qual soube resistir, bravamente, ao vendaval de 1930, está nos ensaios desse livro telúrico, ao qual também se liga pelos trechos escolhidos o nome do seu ilustre filho, o escritor Oswaldo Lamartine de Faria.

Personalidade complexa, do Dr. Lamartine pode-se dizer que o que fez, fez bem, fez com olhos antecipadores. Como estadista que surpreende pelos métodos inovadores.

Pela concepção dum Estado capaz de ser grande — maior do que muitos dos maiores — no pioneirismo do seu governo, da sua política moderna. Este é o seu grande legado. As novas gerações terão de ver nele um homem da geração nova, inserido nos problemas atuais, na cosmovisão da vida contemporânea, inclusive no estilo em que se exprimia, muito mais de palavras e de realidade do que de imagens e frases feitas.

UM PRÍNCIPE DO RENASCIMENTO

Assim escreveu Edgar Barbosa no seu livro *Imagens do Tempo*, edição da Imprensa Universitária, Natal, 1966: "Juvenal Lamartine reuniu as duas superioridades que perpetuam a memória de um cidadão numa democracia: sua intelectualidade e sua bondade própria, que na verdade o projetam em nossa História com as virtudes de um príncipe do Renascimento".

O protetor da inteligência merece ser lembrado nesta hora em que não apenas o político ressalta através do tempo. E foi n'*A República* que ele implantou uma verdadeira escola de jornalismo. E não apenas isso: deu a muitos jovens oportunidade a que surgissem com os seus artigos, seus ensaios, seus poemas. Essa escola tinha nomes como Cristóvão Dantas, Adauto da Câmara, Edgar Barbosa, Antônio Bento, Otacilio Alecrim, Luiz Torres, Dioclécio Duarte, Damasceno Bezerra, João Maria Furtado, Heráclio Vilar, Lélio Câmara, Edgar Dantas e outros.

Nunca poderei esquecer o convite que, em 1930, recebi de Aderbal de França — o inesquecível Danilo — para escrever n'*A República*, convite depois reforçado por Adauto da Câmara. Era um jovem estudante que se iniciava no grande jornal, no qual Pedro Velho havia deixado a semente do espírito e não apenas do ideal político que o moveu. Vinha eu das lides jornalísticas no antigo *Diário de Natal*, jornal da Diocese. Escrevia o que me pareceu sempre — como me parece até hoje — o melhor da vida intelectual: as sugestões que vêm do Espírito, as coisas que a Igreja indicou como eternas e eu desde cedo recolhi e que hoje me animam nos embates das ideologias deste mundo conturbado. Que ia eu escrever n'*A República*, onde Edgar Barbosa — que está entre os maiores da época — havia publicado um artigo famoso sobre o Pan-sexualismo de Freud?

Na Revista *Cigarra*, que Aderbal de França fundou e que é, hoje, uma fonte da nossa história social e intelectual, Z. Ballos (o nosso Virgilio Trindade) fez o perfil de vários intelectuais do tempo. Cada um deles, em alguns casos, chega a ser um capítulo da nossa vida cultural. São sonetos que, muito à maneira de Virgílio Trindade, inseparável da graça, da "verve", do chiste, fixam personalidades, tendências, ofícios, comportamentos pessoais e intelectuais. Sobre Edgar Barbosa escreveu:

Tão pequenino veio, um dia, da famosa
E açucareira terra onde nasceu Poty,
Que n' A República ouviu de uma voz cavernosa:
— Grupo escolar, menino? É mais distante, ali...
Mas mostrou, com talento e pena vigorosa,
Não ser mais um Pacheco a aterrissar aqui
E vai, semanalmente, à Veneza do Rosa
A conquista, também, de canudo e rubi.
No "diário" da vida escreveu este ano
Um capítulo feliz de puro romantismo,
Como cena final de um filme americano...
Mas, lá na redação, é jornalista, só,
E entra logo a enfrentar desde o Pan-sexualismo
De Freud ao algodão do nosso Seridó.

Este era um tempo que só podia existir como um mecenato intelectual. E o Mecenas era o "príncipe do Renascimento", o Presidente Lamartine, que dava todo o seu estímulo à cultura sem distanciar gerações.

Não parecia aos nossos olhos — pelo menos dos mais jovens — que 1930 fosse um ano tormentoso, quando tinha todas as aparências duma fase de construção literária e estética. Foi o ano em que, precisamente

para celebrar um século de romantismo, Aderbal de França promoveu a “Temporada Literária de 1930”. Vi-me de repente conferencista numa noite, em salão nobre da Prefeitura. Falei sobre “O Espírito das Lendas”, ao lado de grandes nomes. Foi a minha primeira conferência, de público. O Presidente Lamartine animava esses empreendimentos. O Prefeito Omar O’Grady cedia prazerosamente a Prefeitura para essas tertúlias. E em tudo, em conjunto, um sistema de forças atuando no gemido do principado renascentista, escondendo as mudanças que iriam se operar na política nacional.

Quero prestar, aqui, o meu mais comovido preito de amizade e mesmo de gratidão a Aderbal de França, o Danilo que é, sem favor, o iniciador da crônica social em Natal e no Nordeste, o escritor realizado no estilo do cronista mundano, em quem predominava o gosto da inteligência e da sensibilidade. Nos seus “Instantâneos”, da Revista *Cigarra*, dele disse Z. Ballos:

Para salvar a nossa pobre gente
Do reumatismo, febre, escarlatina,
Eczema, enxaqueca. dor de dente
Já está quase doutor em medicina.
Ja podia ter certo o seu doente,
Porém na colossal Guanabarina
O cérebro ao jornal fez de presente
E o coração passou a uma menina...
Foi quando o Presidente feminista
Quis trazer o rapaz, que (desafio)
Logo pôs-se a pensar nesta Revista.
E singrando de novo o Potengi
Após “vida profana” lá no Rio
Veio outra vez aos gerimus daqui.

Na redação d’*A República* vi mais duma vez o Presidente Lamartine. Não se pode dizer que fosse sorridente como José Augusto Bezerra de Madeiros. Era amável. Simples. Acolhedor. Vi Damasceno Bezerra fazer versos de circunstância. Vi Otacílio Alecrim, um irreverente, discutir com Adauto da Câmara sobre pontuação. Vi Luiz Torre redigir uma nota sobre a *Geografia Humana*, de Jean Brunhes.

Um dia escrivi um artigo intitulado: “Contra a Revolução”. Era um pequeno ensaio, obviamente tímido sobre idéias de Joseph de Maistre e de Jackson de Figueiredo. Adauto da Câmara publicou-o na primeira página d’*A República*. Era a consagração. Mal me atravi a sair à rua. Sobretudo temi sair à rua nos dias críticos da Revolução de 1930. Seria contra essa revolução de lenço vermelho que eu havia perpetrado o trabalho talvez demasiado afoito para a minha idade?

Sendo redator do *Diário de Natal*, escrevia n’*A República* com um certo cuidado nas idéias. Cuidado em mim mesmo. Não queria que Ulysses de Goes — que tanto confiava em mim — me considerasse “sagrado” num jornal e “profano” no outro...

Tudo isso, hoje, faz parte da nossa vida. Uma vida que o tempo vai fazendo cada vez mais breve. A figura do Presidente Juvenal Lamartine se fixou para sempre diante de todos — os mais velhos e os mais moços — como um homem público que nos dava a mão. Que amava as coisas da inteligência. Que estimava ver o jornal oficial mais um jornal de homens consagrados ou de estreantes do que simples instrumento da publicidade dos atos de governo. E, na verdade, um dos melhores atos do seu Governo era esse: estimular a cultura, O contraditório ano de 1930 marcou para mim esse encontro entre a vida pública e a vida intelectual. Não era em vão que um mecenas nos ia deixar essa lição e abria esse horizonte. Um dos raros Governos a dar apoio aos intelectuais.

INESQUECÍVEL MOMENTO

Ao receber Veríssimo de Melo nesta Academia, recordei o que representou para mim, ao tomar posse nesta ilustre Casa de Henrique Castriciano, a presença do eminente estadista, o Dr. Juvenal Lamartine de Faria, na cerimônia que, por gentileza do governador Sylvio Pedroza, se realizou no Palácio do Governo. Acompanhava-o o Dr. Varella Santiago, que tantos serviços prestou ao Estado, inclusive na administração do nosso homenageado desta noite.

Cuido ver o eminente Presidente na assistência, com seus óculos escuros. Não tive coragem de citar o seu nome: a emoção da hora me dominava. Ali estava o governante a quem, como estudante pobre em Natal, tanto devia, inclusive o acesso à vida intelectual mais intensa e de maior repercussão, n’*A República*. Só lhe pude agradecer em carta essa homenagem, da qual posso dizer que não sei de maior que tenha recebido em minha vida

Assim o revejo — o homem forte, afirmativo, sereno, amável, incentivador dos mais jovens. A sua figura humana ultrapassava naquele momento as reservas do meu coração. Como ultrapassa, hoje, o poder de evocá-lo. Direi apenas que ele escreveu capítulos da História do Rio Grande do Norte e do Brasil. E que a sua herança política e cultural é o testemunho duma geração que o conheceu e que, agora, reconhece melhor — com a perspectiva que a História cria — a sua grandeza de homem público três vezes pioneiro. Dele se orgulha o Brasil, neste centenário, que o traz de volta como a doação do espírito público às causas do futuro, que foram o seu passado e são o nosso presente.

Juvenal Lamartine

Veríssimo de Melo

A Juvenal Lamartine de Faria, a quem tenho a honra de substituir nesta cadeira nº 14 da Academia Norte-rio-grandense de Letras, como evocá-lo neste momento de tão pura e rara emoção? Como fixá-lo, neste instante de saudade, aos olhos e à lembrança de tantos dos seus companheiros e admiradores, que muito melhor do que eu o conheceram? Que com ele conviveram de perto, ouvindo os seus ensinamentos e colhendo os frutos da experiência de uma vida altamente útil à nossa terra?

Recordo-me no primeiro dia em que ouvi, insistentemente, pronunciar o nome de Juvenal Lamartine de Faria. Foi em Natal da minha infância. Eu era um menino de nove anos de idade, quando rebentou a revolução de 30. O espetáculo da multidão em passeata pelas ruas, gritando e dirigindo insultos ao seu nome, naquela manhã de sol em que muitos agitavam lenços vermelhos e vivavam a João Pessoa, Juarez Távora e Getúlio Vargas — tudo aquilo me deixou funda marca no espírito. Lembro-me até do ridículo enterro simbólico que lhe fizeram e que passou aos tramboIhões pela rua, perante a minha estupefação infantil.

Certo que eu nada compreendi naquele dia e em muitos outros que se seguiram. Ouvia falar que o Governador deposto fugira num navio e que esse homem vilipendiado, injuriado, acusado de crimes inumeráveis se chamava Juvenal Lamartine de Faria.

Vitoriara, afinal, em todo o país a Revolução de 30. Passara a nação por um período de transição e de agitação que sacudira todos as alicerces da Velha República. Pouco a pouco, porém, os espíritos serenaram e as instituições voltaram ao trabalho normal de engrandecimento da nacionalidade. Correram os anos. Um dia, regressa Juvenal Lamartine de Faria do seu exílo, em Paris. Eu o vejo, então, pela primeira vez, na Avenida Tavares de Lira, cercado de amigos e admiradores. Alto, elegante, extremamente cordial para com todos que dele se aproximavam, falando baixo e tranqüilamente, confesso que tive tremenda surpresa quando o comparava mentalmente com aquele outro que a minha imaginação pintara, através as informações falsas que os seus inimigos espalharam por todo o Estado e até pelo País inteiro.

O seu governo de dois anos e nove meses — fui logo me convencendo — estava pontilhado de realizações progressistas para a época. Algumas de suas conquistas no campo jurídico seriam glórias para o nosso Estado e até para o Brasil, como o direito ao voto feminino, que ele introduziu no Rio Grande do Norte em primeiro lugar no continente sul-americano. A aplicação no Código Civil Brasileiro da doutrina alemã dos direitos subjetivos da posse foi outra iniciativa sua que mereceu justos e consagradores elogios do grande jurista Clovis Bevilaqua. A substituição da cadeira de Filosofia do Direito pela de Introdução à Ciência do Direito nos cursos jurídicos também foi idéia sua. E só esses trabalhos já garantiriam a imortalidade do seu nome na história do nosso Estado.

Entretanto, múltiplas e brilhantes eram as facetas do seu espírito. Ele era também o estudioso arguto dos problemas econômicos e sociais do Estado. O jornalista esclarecido e de estilo objetivo e agradável. O político de atividade fecunda no parlamento da República. O administrador de idéias largas e avançadas, que iria abrir novos horizontes ao desenvolvimento da nossa terra. O pioneiro da aviação comercial no Rio Grande do Norte e fundador do nosso Aéro Clube. O semeador do progresso, o *gentleman*, o conversador amável e sóbrio, o homem de espírito lúcido e jovial. Enfim, Juvenal Lamartine de Faria era o conterrâneo eminente e de singular personalidade, ao qual eu jamais imaginei que pudesse um dia substituí-lo nesta cadeira da Academia Norte-rio-grandense de Letras!

Mas o acaso — repito — apontou-me para essa missão que estava acima das minhas possibilidades. Homem de formação literária e cultural diversa da de Juvenal Lamartine de Faria, embora acreditando que temos pontos de contactos na formação moral e cristã que recebemos de velhos e honrados troncos ancestrais, tento, nesta hora, interpretá-lo como à minha própria admiração ele surge e se agiganta, com as suas virtudes inumeráveis, sua vida em certos períodos tão agitada, mas sempre útil, sua obra valiosa de sociólogo e conhecedor seguro dos problemas básicos da economia do Rio Grande do Norte.

No artigo “Tendências do Pensamento Norte-rio-grandense”, publicado em *Bando*, nº 1, vol. II, em 1951, Manoel Rodrigues chamava a atenção para um fenômeno curioso do Seridó em relação aos seus filhos mais ilustres. Ele demonstrava, através de nossa história, que os poetas e ficcionistas mais importantes do Rio Grande do Norte são todos nascidos na região litorânea, ao passo que os homens do Seridó se destacaram mais como juristas, economistas, políticos. E acrescentava: “A aridez do solo, exigindo do homem esforços inauditos para vencê-la e dominá-la na batalha pela vida, tornou o seridoense um homem cético em relação aos temas poéticos, olhando a vida pelo lado prático e realista e não pelos vidros multicores da poesia e do sonho”.

Realmente aos olhos de um visitante, não há região mais agressiva no Estado do que a do Seridó. Ali a vegetação é quase sempre rala e pobre, a não ser à margem dos seus açudes e fazendas. O sol naquela zona queima com o calor dos desertos. E, por toda a parte, por onde o nosso olhar se estende, vemos apenas pedreiras sem fim, numa desolação que impressiona e amargura aos homens nascidos e criados à beira do Atlântico ou à margem dos vales litorâneos. Por isso, concordamos com a tese esposada inicialmente por Manoel Rodrigues de Meio e que foi confirmada e secundada por José Augusto Bezerra de Medeiros no seu livro *Seridó* e por Juvenal Lamartine de Faria em artigos divulgados pela *Tribuna do Norte*.

Lembro ainda, sobre a região que seria o berço do nosso ilustre antecessor, um episódio quase anedótico e do qual foi protagonista o Dr. José Augusto Bezerra de Madeiros. Fazendo, uma vez, discurso político numa cidade seridoense, teve ele, ao perorar, metáfora que ficou famosa. Referindo-se àquela região adusta, com a sua costumeira eloqüência, exclamava:

— Um dia — quem sabe? — estas pedras do Seridó poderão se transformar em pedras preciosas!

Não sabia ele que ali, realmente, vinte anos depois, se descobriria o maior celeiro de minérios do Estado e um dos maiores do Brasil!

Pois bem. Nessa região nascia a 9 de agosto de 1874 Juvenal Lamartine de Faria, na fazenda Rolinha, município de Serra Negra. Foi o primogênito do casal Clementino Monteiro de Faria e de Paulina Umbelina Monteiro de Faria, tradicional família sertaneja. Os seus oito irmãos foram Clementino, Lafayette, Nelson, Epitácio, Maria, Jovelina, Paulina e Ambrosina.

Seu progenitor era agricultor e criador em Serra Negra, mas teve também atuação saliente na política daquele recanto do Seridó. Foi presidente da Intendência, deputado estadual e chefe político do seu burgo, durante quarenta anos.

Da austeridade de sua educação, nos fala Juvenal em suas *Memórias*, ainda inéditas. Muito garoto ainda, era forçado a ouvir, de joelhos, parte de uma novena muito longa na casa de seu avô paterno, logo depois da ceia.

Aprendeu as primeiras letras com o seu progenitor, mas o seu primeiro professor foi Antônio Carlos de Medeiros, que residia na antiga vila de Serra Negra. Em 1890, seu pai mandou-o estudar francês e latim em Caicó, com o professor Manoel Augusto Bezerra de Araújo. Hospedava-se na casa do velho mestre, que era amigo pessoal de seu progenitor. Dessa época, ele próprio nos diz: "Fui um mau estudante, não só faltando às aulas como dando péssimas lições, pois não estudava.".

Em 1891, veio Juvenal estudar os preparatórios no Ateneu. Natal era a esse tempo, uma pequena cidade de menos de vinte mil habitantes. Em conseqüência, porém, de atrito dos estudantes com o fiscal do Governo junto ao Ateneu, o antigo estabelecimento fechou as portas. Não podendo concluir os preparatórios em Natal, rumou à cidade de João Pessoa, juntamente com o seu colega e amigo José Bernardo de Medeiros Júnior, ali completando o curso.

Na sua infância, dois relevantes acontecimentos políticos teriam funda e benéfica influência na sua formação: a abolição da escravatura e a proclamação da República.

Adolescente ainda, antes de ingressar na Faculdade de Direito do Recife, Juvenal já se aproximava dos políticos natalenses. Era uma destinação irrefreável. Um episódio interessante ele relata, em suas *Memórias*, desse período: foi a deposição do Dr. Miguel Joaquim de Almeida Castro, Governador do Estado. Almeida Casto aderira ao golpe de estado do General Deodoro da Fonseca, rompendo com Pedro Velho e o Cel. José Bernardo. Deposto Deodoro, Floriano Peixoto mandou depor todos os governadores que permaneceram fiéis ao seu antecessor. Na redação de *A República* encontraram-se Pedro Velho, o Senador José Bernardo, Augusto Severo e numeroso grupo de políticos. Juvenal assistiu à reunião e nos diz que de lá saíram todos em direção ao Palácio do Governo, que ficava na Rua do Comércio, a fim de depor Almeida Castro. Ao penetrar a multidão naquela artéria, estava o Governador na janela, com pessoas de sua família. Embaixo, na rua, formada, estava a Polícia, sob o comando do capitão Machado. Almeida Castro ergueu a mão e mandou que o povo parasse. Mas ninguém o atendeu. Puxou o Governador o seu revólver, mas o seu filho, ao lado, o arrebata das mãos. Desesperado, debruça-se na varanda e manda o capitão Machado atirar contra o povo. O capitão não o atende e ele grita: "Fogo, capitão de ..." e usou a expressão famosa de Cambronne. O capitão Miguel Seabra, que acompanhava Pedro Velho, desarma o comandante da Polícia e assume o comando. Enquanto isso, Almeida Castro desce a escada até o meio e aguarda o pessoal. Pedro Velho o intima, em nome do povo, a deixar o Governo, mas ele retruca: "Esse povinho não representa o Rio Grande do Norte e daqui não saio", O capitão dos Portos, um velho de barba branca e respeitável, intima-o também em nome da Marinha, mas Almeida Castro debocha do velho e manda que ele vá para casa, se tratar. Mais tarde, foi o Palácio cercado por uma companhia do Exército e o Governador, afinal, deposto e preso.

Voltemos, contudo, ao itinerário da vida de Juvenal Lamartine de Faria. Numa época de grandes agitações de idéias, matricula-se na Faculdade de Direito do Recife, que naquele tempo se chamava Academia de Direito do Recife. Era professor ali, entre outros vultos notáveis da época. o Dr. Clovis Bevilaqua, discípulo de Tobias Barreto. Juvenal acompanhou de perto a virulenta política pernambucana e fez um jornalzinho na escola, colaborando noutros. Em 1897 concluía o seu curso jurídico, com as melhores notas de sua turma e obtendo, por isso, um prêmio de viagem à Europa, do qual não se utilizou. Por unanimidade, foi eleito orador de sua turma.

Regressando a Natal, exerce as funções de vice-diretor do Ateneu e redator de *A República*, juntamente com Manoel Dantas e Alberto Maranhão.

Criada a comarca de Acari, foi ele nomeado seu primeiro Juiz de Direito pelo então Governador Joaquim Ferreira Chaves. Instalada a comarca no dia 1º de setembro, no mesmo mês, no dia 14, ele se casava com Silvina Bezerra de Araújo Galvão, filha mais moça do Cel. Silvino Bezerra. De seu casamento, teve o casal onze filhos: Olavo, o mais velho, considerado hoje merecidamente como o chefe da família, Lamartine de Faria; Clovis, (o primeiro Clovis morreu com poucos meses de idade), o segundo, é vivo; Octavio, que foi assassinado barbaramente a 13 de fevereiro de 1935, Silvino, Oswaldo, Olga, Maria de Lurdes, Juraci, Paulina e Elza, esta última falecida a 12 de setembro de 1935. Em suas *Memórias*, ele declara, a propósito, que o ano de 1935 foi o mais desgraçado de sua vida. Em sete meses, perdeu dois filhos queridos: uma filha, Elza, em conseqüência de uma moléstia, e Octavio assassinado traiçoeiramente, no Governo de Mário Câmara, por um grupo da Polícia, em sua própria fazenda. Sobre a morte de Octavio, ele escreveu:

> *"Nunca pensei poder resistir a tão profundo e cruel golpe, pois o meu filho era mi dos valores novos do Rio Grande do Norte e o único crime que tinha era o de acompanhar, na política, o seu primo o Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros. Gozava de largo e legítimo prestígio no município do Acari, onde o povo o estimava e seguia a sua orientação. Era um técnico de real valor, tendo feito um curso de aperfeiçoamento na América do Norte e com uma orientação seguia dos nossos problemas agropecuários".*

Nomeado Juiz de Acari, desenvolveu Juvenal Lamartine de Faria estafante atividade. Substituía sempre outros juízes e as viagens eram feitas a cavalo. Assim mesmo, cumpriu rigorosamente as suas obrigações e estudou bastante para resolver as questões que teria de julgar.

Por indicação do dr. Pedro Velho, foi eleito vice-governador do Estado, em 1903, sendo governador o Dr. Augusto Tavares de Lira.

Um ano depois, percorre quase todo o Estado, em companhia do engenheiro Sampaio Correia, a fim de estudar as obras de maior urgência para combater a seca. De volta dessa excursão, Pedro Velho manda-o chamar e pede-lhe que faça uma petição requerendo demissão do cargo de Juiz de Direito e renunciando à vice-governadoria. Juvenal, sem saber o motivo, obedeceu incontinente ao dr. Pedro Velho. A demissão e renúncia tinham a finalidade de desencompatibilizá-lo para pleitear uma das cadeiras de deputado federal. Foi o começo de sua fecunda atividade política na representação federal do Estado.

De sua formação intelectual até esse período, além de sua vida na Faculdade, no Recife, ele nos fala com carinho dos livros que lia quando Juiz no Acari, no sossego de sua fazenda Ingá. Aí familiarizou-se com D'Anunzio, Castelar, Renan, Herculano, Eça de Queiroz e muitos outros.

Em 1906, Juvenal Lamartine de Faria foi eleito deputado federal, sob a legenda do Partido Republicano, início de uma atividade parlamentar que se estenderia da 6ª à 13ª legislaturas, isto é, daquele ano até 1926, sucessivamente. No ano seguinte. 1927, foi eleito para o Senado Federal, renunciando ao mandato em 1929, por ter sido eleito Presidente do Estado.

Em suas *Memórias*, por modéstia, diz que foi sempre um membro medíocre do parlamento, ocupando poucas vezes a tribuna, pois acrescenta que não tinha inclinação para falar em público.

Fez parte, porém, de importantes comissões na Câmara de Deputados. Entre os muitos projetos que relatou, destacamos o do voto feminino e o da questão do Amazonas e Acre. Este último parecer, antes de ser lido na comissão, fora aprovado pelo Conselheiro Rui Barbosa.

Da tribuna da Câmara, Juvenal defendeu também a questão do sal no Rio Grande do Norte, quando os comerciantes do sul pleiteavam a entrada livre do sal estrangeiro no País, sob a alegação que o nosso produto não dava para atender às necessidades do consumo nacional. Seu ponto de vista foi o vitorioso.

Em conferências públicas e da tribuna da Câmara fez igualmente a defesa do nosso algodão de fibra longa.

Teve relevante atuação nas discussões das verbas votadas para atender aos trabalhos de combate à seca, em 1915.

O projeto de lei que pleiteava a criação de estações experimentais do algodão e do Instituto Agrícola foi apresentado e defendido por ele.

Revelou-se jurista do melhor quilate, tão grande quanto um Amaro Cavalcanti, no parecer que emitiu sobre a pretendida intervenção federal no Estado do Rio, providência que só iria beneficiar a situação política do Dr. Artur Bernardes. Opinou contrariamente à medida, com fundamento na doutrina e na lei, num estudo hoje julgado definitivo sobre a espécie.

No Senado, apresentou projeto criando uma base internacional aérea em Natal, com uma secundária em Fernando de Noronha e um farol no Rochedo São Pedro e São Paulo. Já naquela época ele vislumbrava a importância estratégica da nossa posição geográfica.

O interesse pela solução dos nossos problemas levava-o sempre a proferir conferências em congressos e exposições agrícolas, como a do algodão, no Rio de Janeiro, e o do milho, em Curitiba, abordando em todos eles aspectos palpitantes da vida agropecuária do Nordeste e as possibilidades do nosso Estado.

Creio que daria estudo à parte o relato das figuras pinaculares da vida política e cultural do Brasil, com as quais Juvenal Lamartine de Faria convivera. Suas impressões sobre vultos como Rui Barbosa, Pinheiro Machado, Quintino Bocayuva, o Visconde do Rio Branco, Epitácio Pessoa, Joaquim Murtinho, Campos Sales, Nabuco, Silvio Romero, Clovis Bevilaqua, Euclides da Cunha e tantos outros estão anotadas em suas *Memórias*. Manteve relações pessoais com todos os Presidentes da República Velha, com excessão do Marechal Deodoro, Floriano Peixoto e Prudente de Morais. Da mesma forma, com a maioria dos Ministros de Estado, junto aos quais solicitava benefícios para o Rio Grande do Norte.

De Rui Barbosa, por exemplo, oferece-nos Juvenal Lamartine de Faria esta expressão para mim surpreendente: “Rui Barbosa — escreveu ele — não era um conversador atraente, tais como Gastão da Cunha ou David Campista. Sua palestra não era entremeada, como a desses inteligentes mineiros, de frases relampejantes ou irônicas dos grandes conversadores. Mesmo na tribuna, sua eloqüência só alcançava os mais altos remígios quando um aparte mais forte feria a sua sensibilidade exagerada.”

Estava Juvenal já no Senado, quando o seu nome foi lembrado para candidato ao governo do Rio Grande do Norte, sucedendo ao Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros. E é ele próprio quem nos confessa: *“Sabia que ia trocar a melhor posição da política nacional pelo pior lugar — o mais incômodo, o mais cheio de responsabilidade e o mais ingrato — o de governador de um Estado pobre e pequeno”.*

Tendo em vista, porém, que o seu mandato vinha sendo renovado em várias legislaturas, não podia Juvenal recusar o convite. Mas condicionou a aceitação do cargo a um programa de governo que iria apresentar ao eleitorado. É a sua plataforma de governo, documento importante e que ainda hoje não perdeu sua atualidade, tal a objetividade com que ali são expostos os nossos problemas e as suas soluções mais lógicas e urgentes. As questões mais sérias; para o desenvolvimento da nossa economia, estão ali esboçadas.

O seu programa de governo foi aprovado e ele eleito governador, assumindo o exercício no dia 1º de janeiro de 1928. Nessa época, o orçamento do Estado atingia a uns dez mil contos. havendo *deficits* a pagar das administrações passadas.

Entendia Juvenal que era necessário fazer uma administração de poupança, economizando as rendas públicas, aplicando-as honestamente e sem agravar a população com novos impostos. Era preciso também fazer um reaparelhamento administrativo do Estado e escolher auxiliares competentes e honestos.

A revolução de 30 interrompeu, entretanto, a sua administração, que se auspiciava das melhores, pelas realizações que conseguiu ainda concretizar, graças também ao seu secretariado, onde se encontrava homens como um Varela Santiago, um Adauto da Câmara, um Ornar O’Grady, Prefeito da Capital, e um Cristovam Dantas.

Na sua plataforma de governo — para que se tenha idéia desse documento — Juvenal já se batia pela revalorização e exploração de nossos vales úmidos; aceitava a teoria de que os impostos que agravam a produção devem ser antes substituídos por outros, como o territorial, mais equitativo e que força a divisão e aproveitamento dos grandes latifúndios, quase sempre abandonados pelos seus proprietários. Preconizava o aumento da receita do Estado pelo desenvolvimento da nossa produção agrícola e industrial. Aconselhava aos criadores a introdução de bons reprodutores, seleção inteligente e cuidadosa pastagem. Sabia que o algodão era a grande fonte de lucro do nosso Estado e por isso pedia o aumento e melhoramento da produção.

No seu governo, logo nos cinco dias iniciais, sua primeira medida foi a reforma do Tesouro do Estado, seguindo o modelo do Rio e de grandes Estados como São Paulo e Minas Gerais. Tinha por objetivo simplificar a complicada burocracia de então. Examinou desde logo outros setores essenciais da administração, como o Banco do Rio Grande do Norte, aumentando o seu capital e salvando-o da quase falência em que se encontrava.

A repartição de água, transporte e luz elétrica também passou por uma urgente reforma. Importou novas máquinas para esse serviço público. Ouviu a opinião de juristas e técnicos e fez contrato com a Cia. Força e Luz. Reformou a Imprensa Oficial, dotando-a de máquinas modernas. O problema educacional também não foi descurado. Criou novas escolas e intensificou o ensino público. Possibilitou a criação das dioceses de Caicó e Mossoró — dois centros de educação de larga irradiação no interior do Estado, graças à doação de cem contos de réis em apólices da dívida do Estado, a juros de oito por cento, para a constituição dos seus patrimônios. Não fez empréstimos e nem aumentou impostos, tendo antes reduzido o imposto de exportação do açúcar e isentado a exportação de cereais, legumes e frutas, auxiliando ainda a fundação de duas usinas de açúcar no Estado: a de "São Francisco", em Ceará Mirim, e, através de empréstimos de cem contos de réis em apólices do Estado, a instalação da usina "Estivas".

Construiu, na capital, a Recebedoria de Rendas, o edifício da Saúde Pública, demoliu o quartel velho da Polícia e edificou um outro prédio. Deixou quase concluído o edifício da Chefatura de Polícia e construiu as obras do Leprosário "São Francisco de Assis", deixando isolados mais de 90% dos doentes do mal de Hansen, recenseados no Rio Grande do Norte. Adquiriu o prédio onde até bem pouco tempo funcionou o Departamento de Educação e os terrenos onde hoje estão o Banco do Rio Grande do Norte e a Associação. Comercial. Construiu o estádio denominado "Juvenal Lamartine". Concluiu o antigo hospital de crianças, hoje Instituto de Proteção e Assistência à Infância, único no gênero no Nordeste do País, naquela época. Calçou várias ruas e praças de Natal, em colaboração com a Prefeitura, e valorizou e possibilitou o notável plano de urbanização da cidade, conhecido pela denominação de Plano Palumbo, iniciativa do seu prefeito Omar O´Grady. Construiu, de concreto, todas as pontes de estradas de rodagem de Natal ao Seridó. Criou mesas de rendas e grupos escolares. O Aéro Clube de Natal foi uma das suas grandes realizações, inclusive a Escola de Pilotagem. Foram abertos vinte campos de aterrissagem no interior, inaugurando pessoalmente todos eles e algumas vezes descendo até em campos de futebol. Mas não só diretamente Juvenal, no seu governo, contribuiu para o progresso do Estado. Junto ao Governo Federal, pleiteou e obteve diversos melhoramentos, entre os quais os seguintes concluídos durante a sua administração: novo edifício para a Alfândega de Natal; remodelação da Escola de Aprendizes Marinheiros; terminação das obras da Escola de Artífices, hoje Escola Industrial de Natal; obras no Porto de Natal e estudo do Porto de Areia Branca; continuação da estrada de Mossoró até a cidade de Caraúbas; terminação do açude Cruzeta; revisão dos açudes Itans, em Caicó, e Morcego, em Augusto Severo, além de outras obras de menor vulto.

Recusou todas as propostas de empréstimos externos, que recebeu quando governava o Rio Grande do Norte, mas assim mesmo aumentou os vencimentos da magistratura, do professorado e reorganizou a polícia do Estado.

Duas iniciativas de Juvenal Lamartine de Faria, no seu governo, tiveram, entretanto, repercussão nacional pelo seu ineditismo. Uma foi a da viação aérea. Foi no Rio Grande do Norte onde se fundou a primeira escola de aviação civil em todo o País. E antes de assumir o Governo, Juvenal já se interessava para que a Cia. Latecoère viesse se estabelecer nesta capital, o primeiro ponto do Brasil que já recebia os serviços dos pequenos e rápidos navios que ligavam Natal a Dacar.

Ninguém desconhece que esses fatos influíram decisivamente para que se instalasse, no futuro, a importante base aérea de Parnamirim, que tantos serviços prestou aos Aliados. na última grande guerra.

O interesse de Juvenal pela aviação vinha de longe, como ele próprio salienta. Foi um dos primeiros civis que, no Rio, subiram num avião para um vôo de experiência. A propósito, Rômulo Wanderley, no discurso que pronunciou nesta Academia, no 30º dia de sua morte, afirmava: "A sua ambição era a dos espaços ilimitados, onde voam as águias e os condores. Daí o seu encantamento pela aviação, sonho de tantos idealistas..."

Outra iniciativa culminante do seu governo foi a do voto feminino. Tendo sido relator do projeto que reconhecia os direitos políticos da mulher, ele possibilitou que o Rio Grande do Norte, entre todos os Estados de raça latina, fosse o primeiro a reconhecer esses direitos e a conceder à mulher o direito do voto. Foi o nosso Estado que alistou a primeira mulher eleitora no Brasil: D. Júlia Barbosa. D. Alzira Soriano foi a primeira a candidatar-se e ser eleita prefeita do município de Lajes. Em conseqüência, anos depois, a Sra. Maria do Céu Pereira Fernandes elegia-se a primeira deputada à Assembléia Legislativa Estadual.

Pela sua avançada iniciativa, foi Juvenal tremendamente criticado no País. Tempos depois, outros Estados e outros povos seguiram o seu exemplo. Em Paris, quando esteve no exílio, foi ele homenageado por um grupo de senhoras da melhor sociedade francesa, pelo fato de ter sido o nosso Estado, por seu intermédio, pioneiro do voto feminino e da concessão dos direitos políticos à mulher.

Juvenal deixou, ademais, preciosa e vasta colaboração em jornais e revistas deste e de outros Estados, O seu livro *O Meu Governo* não é obra literária, porém relatório consciencioso dos dois anos e nove meses de sua administração. As suas *Memórias*, iniciadas a nove de janeiro de 1955, ditadas para um dos seus familiares, pois já estava cego a essa altura, estão infelizmente incompletas. Todavia, assim mesmo, são elas repositórios preciosos para o conhecimento do político e do cidadão que foi Juvenal Lamartine de Faria. Segundo estou informado, elas serão editadas em breve, com anotações do seu velho amigo Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros.

Creio que, além dos estudos sobre problemas básicos da nossa economia, a atividade intelectual de Juvenal Lamartine de Faria mais avulta nas reminiscências que espalhou em centenas de artigos de jornais e revistas, impressões de homens com os quais conviveu e manteve amizade durante toda a sua vida. Deve ele ser considerado, sem favor, um dos nossos mais vivos e penetrantes precursores dos estudos sociológicos de Antropologia Cultural no Rio Grande do Norte, ao lado de um Felipe Guerra, um Eloy de Souza, um Luís da Câmara Cascudo ou um Manoel Rodrigues de Meio. Costumes e práticas tradicionais sertanejas estão fixadas por Juvenal em páginas imorredouras, como o ensaio que escreveu intitulado "*O Sertão do meu Tempo*" e publicado no volume 3ª da Revista da Academia Norte-rio-grandense de Letras. Perfis de patriarcas genuínos de nosso Estado, como os coronéis Silvino Bezerra e José Bezerra, estão traçados pela mão de mestre desse observador dos tipos e figuras do sertão. Todavia, o seu talento era daqueles que se não acomodam a especializações. E se fez antropologia cultural, espraiou-se também em estudos de economia e ecologia,

destacando-se igualmente como jurista, político de escol e à maneira antiga, daqueles que nunca pularam na corda bamba dos partidos, mas que sempre souberam cumprir até os últimos dias de sua vida, a palavra empenhada sem medir sacrifícios.

Só ultimamente, nas sua *Memórias*, tomei conhecimento de um decálogo que escreveu para os seus filhos e netos, que considero excepcional, Só um homem de experiência, culto e bom poderia imaginá-lo e lançá-lo no papel com tanta seiva de sabedoria.

Neste instante em que reverenciamos a sua memória, não será demais ouvirmos os conselhos que ele deixou para a sua ilustre família e que bem poderiam servir para todas as famílias de nossa terra, pelo que contém de verdade e compreensão humana. Ei-lo:

1 - Que façam uma seleção rigorosa das pessoas com quem convivem ou sejam forçadas a conviver, a fim de que possam escolher, com segurança, os seus amigos mais íntimos e merecedores de sua confiança. Uma vez fixada a escolha dos amigos, procurar cultivar com o máximo cuidado essa amizade, porque não há, nesta vida, bem mais precioso do que o de um bom e verdadeiro amigo.

2 - Nunca procurar intimidades com pessoas de conduta duvidosa nem permitir liberdade com quem ainda não se tem conhecimento seguro do seu caráter.

3 - Não se meter em negócios escusos, atraídos por promessas de grandes vantagens, nem entabolar negociações de caráter econômico com indivíduos aventureiros.

4 - Não se deixar dominar por nenhum vício, sobretudo os que degradam as pessoas que a eles se escravizam, como o alcoolismo, o jogo, etc.

5 - Devem ser intransigentes com suas convicções, mas tolerantes com as crenças alheias, quer sejam políticas, quer sejam religiosas.

6 - Não façam apreciações apressadas sobre a conduta e procedimento de pessoa alguma, antes de ter conhecimento seguro da verdade dos fatos, nem usem, em hipótese alguma, palavras desrespeitosas quanto ao procedimento ou conduta da família de qualquer pessoa, mesmo que essa pessoa seja uma inimiga declarada.

7 - Procurem educar seus filhos e pessoas que estiverem sob sua guarda nos mais severos princípios da moral cristã, ensinando-lhes, ao mesmo tempo, a conquistar o seu pão com o suor do seu rosto, pois o trabalho, mesmo o mais humilde, dignifica e enobrece a criatura humana.

8 - Nunca faça promessas levianas ou difíceis de serem cumpridas, mas, uma vez empenhada a palavra, devem fazer todo o esforço para cumpri-la.

9 - Sejam fiéis a qualquer compromisso tomado em política, mas procurem sempre se escusar de qualquer direção política, enquanto no Brasil a política não tomar um rumo elevado e honesto da verdadeira arte de promover o bem do povo.

10 - Manter e estreitar as relações de amizade e confiança entre os membros da família, sobretudo entre os irmãos, esforçando-se para resolver qualquer divergência num ambiente de compreensão e de estima recíprocas.

Com a redemocratização do País, Juvenal Lamartine de Faria permaneceu ao lado de José Augusto Bezerra de Medeiros, integrando os quadros da União Democrática Nacional no Estado. Candidatando-se a senador, sofreu uma decepção política por não ter obtido, pela primeira vez, votação necessária à sua eleição.

Em 1955, ao atingir a idade de oitenta anos, irremediavelmente cego, ele deu à publicação um manifesto, no qual comunicava ao povo e aos seus amigos em particular a sua decisão de abandonar definitivamente a atividade política. Nesse documento, onde verbera com energia o governo do Sr. Getúlio Vargas, considerando-o "a mais imoral ditadura que já existiu no continente sul-americano", despede-se do povo e dos companheiros de luta com estas palavras serenas: "Deixo, portanto, as atividades políticas, por ter procurado cumprir o meu dever com honestidade e servir à minha terra com algum proveito. O meu estado de completa cegueira e de surdez progressiva isola-me do convívio social e se torna um empecilho quase irremovível para a prática e as funções políticas, que deixo sem ódios e prevenções".

Era o adeus do grande líder, que sentia a aproximação da morte e não queria partir sem deixar as despedidas feitas ou dizer como Manuel Bandeira, no poema "Consoada":

"Aló, Ineludível!
O meu dia foi bom.
Pode a noite descer.
A noite com os seus sortilégios.
Encontrará lavrado o campo,
A casa limpa, a mesa posta,
Com cada coisa em seu lugar."

Efetivamente, no dia 18 de abril de 1956, falecia Juvenal Lamartine de Faria nesta cidade do Natal, cercado pelo conforto de sua esposa, filhos, netos e amigos. Tendo sido maçom e atingido todos os graus da Maçonaria — conforme salientou Rômulo Wanderley no discurso citado — Juvenal soube morrer sem abjurar as suas idéias, num exemplo impressionante de convicção e firmeza de caráter. Olavo Lamartine, seu filho mais velho, que assistiu os seus últimos instantes, contou-me que seu pai soube morrer como vivera: corajosamente. A uma das suas filhas que lhe pedia para que se confessasse, Juvenal exclamou:

— Não tenho do que me penitenciar. Nunca ofendi a ninguém. Só persegui indivíduos que estiveram fora da lei!

Srs. Acadêmicos: Se alguns dos meus ilustres confrades encontraram dificuldades em fazer o elogio dos seus antecessores, por falta de elementos ou porque muitos deles não tiveram uma vida tão intensa quanto a de Juvenal, eu posso afirmar que comigo sucedeu exatamente o contrário. A abundância de informações e a extensão da obra e da vida desse bravo conterrâneo embaraçaram o meu trabalho, deixando-me algumas vezes aturdido e desanimado com a tarefa a enfrentar. É que a vida de Juvenal é muito grande para caber nos limites de um discurso protocolar. Ela é antes o tema fecundo para um livro. E esperemos que algum dia há de aparecer o seu biógrafo, não apenas com igual admiração que devoto a esse varão eminente, mas com as

luzes e qualidades da inteligência que eu não as possuo. Porque, só dessa forma, as gerações vindouras poderão meditar no exemplo de uma vida extraordinária e privilegiada, que honra sobremodo a história política e a cultura do Rio Grande do Norte.

(*) Parte do discurso com que Veríssimo de Meio tomou posse na cadeira nº 14. da Academia Norte-rio-grandense de Letras, de que é patrono Amaro Cavalcanti de Souza e primeiro ocupante Juvenal Lamartine de Faria.

Apontamentos para a história da lepra no Rio Grande do Norte

Bertha Lutz

A Lepra figurava como um dos principais problemas de Saúde Pública que o Presidente Juvenal Lamartine propunha resolver durante o seu governo. Tinha toda razão, pois até hoje ela constitui um flagelo entre nós. Desejava ele, contudo, movimentar-se com segurança, lançando mão dos métodos mais apropriados de combate a esse terrível mal.

Ora, Juvenal Lamartine contava entre os seus amigos com o Dr. Adolpho Lutz, autoridade máxima sobre o assunto e que o vinha estudando desde as últimas duas décadas do século passado. Resolveu, pois, o Presidente fazer-lhe um apelo, solicitando que fosse ao Rio Grande do Norte a fim de se pronunciar sobre a escolha de um local apropriado para a instalação de um leprosário e a fim de estabelecer as linhas mestras da profilaxia O velho Lutz aceitou, com uma única condição: a de lhe ser proporcionada a viagem, de ida e volta, em avião, O Presidente Lamartine pôde atender ao seu apelo, graças as relações que mantinha com a aviação aero-postal. Assim sendo, o professor Lutz e sua filha Bertha Lutz viajaram para Natal em avião postal da Latecoère, seguindo de navio o auxiliar de laboratório, Joaquim Venâncio, a quem a aviação não inspirava confiança. O Dr. Lutz propunha-se aproveitar o ensejo para empreender alguns estudos sobre outros problemas médicos e sobre a fauna e flora da região.

Chegado a Natal, desincumbiu-se desde logo de sua missão. Quanto à profilaxia, as medidas principais por ele preconizadas eram a proteção dos leprosos contra os mosquitos sugadores de sangue e o isolamento por mosquiteiros dos doentes nos períodos febris.

As longas e pacientes observações de Lutz sabre a lepra no Hawai e no interior de São Paulo tinham-lhe mostrado que as primeiras lesões ocorrem geralmente nas partes da pele sempre expostas. Verificara ele que a incidência da lepra se multiplicara espantosamente após a intrudução no arquipélago dos mosquitos que encontraram nicho apropriado nas culturas de inhame (taro) e que picavam os indígenas dezenas de vezes por noite, conduzindo a um estado de verdadeiro endemismo da entidade mórbida ali conhecida por “doença chinesa”. Lutz tinha observado ainda que na ausência dos mosquitos os doentes leprosos não conduziam ao aparecimento de casos novos. Por outro lado, os seus estudos sobre o microorganismo da lepra tinham-no levado a descobrir as granulações do mesmo, que provavelmente se revestiam de importância capital.

Insistiu, pois, o Dr. Lutz junto ao governo Lamartine no sentido de que toda a profilaxia contra a lepra cuidasse precipuamente no impedimento dos mosquitos de se acercarem dos doentes. Lutz preconizava ainda que, durante os períodos febris em que os germes causadores da doença deveriam estar circulando no sangue, era necessário reforçar a profilaxia, colocando os enfermos debaixo de mosquiteiros.

O presidente Lamartine acatou as opiniões do sábio e, a 27 de fevereiro de 1929, baixou um decreto estabelecendo as normas de combate à lepra. Este decreto é bastante compreensivo, embora contivesse alguns traços de idéias antiquadas, provavelmente contribuídas por membros conservadores e não especializados da classe médica. Estabelecia, contudo, a profilaxia contra os sugadores de sangue. Admitia, em determinadas circunstâncias, o isolamento a domicílio, desde que fossem observadas as normas de profilaxia.

O Presidente Lamartine não se deteve, porém, apenas na regulamentação da matéria. Deu início desde logo à construção de um estabelecimento para os leprosos. O local escolhido foi aprovado pelo Dr. Lutz, desde que fosse observada a profilaxia que propusera.

A Vila São Francisco de Assis foi erigida com bastante sacrifício por parte do governo de um Estado cujas rendas eram módicas em si e que não tinha o erário público em condições de permitir gastos amplos, mas, embora modesta, a Vila atendia aos propósitos que conduziram a sua instalação. Os trabalhos eram dirigidos pelo então Diretor da Saúde Pública, Dr. Manoel Varela Santiago, com dedicação, competência e zelo, posto em que se manteve até os acontecimentos da revolução de 1930.

A maioria dos doentes, ali abrigados, aceitaram voluntariamente o internamento e dentro em breve ascendiam a mais de 90% dos leprosos existentes no território estadual. Alguns preferiam retirar-se do Rio Grande do Norte, onde forçosamente estariam sujeitos ao cumprimento da lei, em benefício dos sãos e de si próprios.

Apesar de ser o estabelecimento modesto, nele a vida decorria tão agradável quanto possível dentro do infortúnio dos pacientes. Paralelamente, as senhoras da sociedade natalense mantinham uma agremiação de assistência social, visando amenizar a vida dos internados.

Em 1931, estando o Presidente Juvenal Lamartine ainda no exílio, recebeu da Assembléia Geral das Associações de Assistência aos Lázaros uma mensagem confortadora de reconhecimento pela sua obra humanitária. Termino este curto capítulo, reproduzindo essa mensagem e a resposta de Sua Excelência:

São Paulo, 8 de Junho de 1931

Exmo. Sr. Dr. Juvenal Lamartine:

Respeitosas Saudações

A Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra de São Paulo, a cujo apelo V. Excia. atendeu, quando no governo do Rio Grande do Norte, organizando em Natal uma agremiação de igual programa e garantindo aos hansenianos uma humana, uma carinhosíssima hospitalização na leprosaria “São Francisco de Assis”, na assembléia para eleição da nova diretoria, a cuja presidência fui reconduzida, não se esqueceu de seu nome. Exalçou seu notável trabalho que conseguiu ficar, pela sua beleza e eficácia, no quadro de nossas organizações de defesa social, como uma das melhores conquistas.

V. Excia. deu, ao mais irretardável de nossos problemas, o melhor de sua administração.

É o que nunca esqueceremos. É o que jamais olvidarei. É o que, a menos que se divorciem os espíritos de justiça, os norte-rio-grandenses sempre proclamarão. Não só eles: todos os brasileiros aos quais a política não metalizou, em quem o novo regime não estrangulou um resto de gratidão.

Vai um pouco de seu Brasil na simpatia, na admiração que não empalidece, de

Alice de Toledo Tibiriçá

Presidente da Sociedade de Assistência aos Lázaros

"Paris, 12 de Julho de 1931

Exma. Sra. Dra. Alice de Toledo Tibiriçá

Respeitosas Saudações.

Emocionou-me profundamente o gesto generoso da Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra de São Paulo, exalçando o meu obscuro nome, por ocasião da assembléia para a eleição de sua nova diretoria, pelo que consegui fazer, dentro dos limites de um pequeno orçamento, como é o do Rio Grande do Norte, isolando mais de 90% dos doentes do mal de Hansen, em um estabelecimento modesto, mas confortável e higiênico, onde eram tratados com humaninade e viviam felizes.

Ainda mais confortadora é para mim a manifestação da Sociedade de Assistência aos Lázaros e D.C.L. de São Paulo, por ter recebido a comunicação transmitida por V. Excia. no mesmo dia em que me chegava às mãos a sindicância que, de má-fé, procederam, no meu Estado, contra a minha administração, atribuindo-me a responsabilidade de despesas feitas no interesse público.

Agradecendo à Sociedade de Assistência aos Lázaros e D.C.L., quem felicitar essa benemérita associação por ter reconduzido, no cargo de presidente, a V. Excia. - esforçada e inteligente líder da nobre cruzada feita pelo bem de nosso povo e pela grandeza da nossa Pátria.

Sinto-me grandemente honrado em poder me alistar entre os mais modestos colaboradores de V. Excia., na campanha que empreendeu pela proteção dos lázaros e defesa contra a lepra no Brasil.

Por maiores que sejam as dificuldades a transpor, estou certo de que V. Excia. cuja ação se exerce num Estado culto, há de vencer.

Embora não deseje ocupar mais cargos políticos no meu Estado, continuarei sempre e cada vez mais intensamente a trabalhar, logo que me for possível, pela grandeza e prosperidade do Brasil, porque penso como Renan que "l'existence est la chose du monde la plus frivole si l'on ne la conçoit como un grand et continuel devoir".

Com a mais profunda gratidão, subscrevo-me de V. Excia. patrício e admirador sincero

— Juvenal Lamartine de Faria".

Bertha Lutz - Professora Emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Evocação de Juvenal Lamartine

Aluízio Alves

Ainda na adolescência, despertado para atividade profissional do jornalismo que, na província, quase sempre leva à atividade política, tive o privilégio de conviver na intimidade com três homens da mesma geração que, durante meio século, exerceram profunda influência na política do Rio Grande do Noite e, eventualmente, na política nacional: Eloy de Souza, Juvenal Lamartine e José Augusto.

Em 1945, deflagrada no País a luta pela redemocratização das instituições, vi-os de novo juntos, por um certo período, malgrado divergências ocasionais no passado, queixas superficiais que ficaram e, sobretudo, notórias diferenças de temperamento e de formação.

No Governo, procurei juntá-los de novo, numa homenagem e num objetivo: criei a Fundação José Augusto, para desenvolver e estimular atividades culturais, e, na sua estrutura, O Instituto de Pesquisas Juvenal Lamartine, voltado para investigações de natureza econômica, social e política, e a Faculdade de Jornalismo Eloy de Souza, visando a formar profissionais de comunicação para as tarefas de influência na imprensa, rádio e televisão, na criação de opinião pública livre e autenticamente nordestina e nacional.

Poucos homens de minha geração tiveram, certamente, a oportunidade de conviver simultaneamente, e com a mesma intimidade, com essas três figuras representativas de uma mentalidade política. De Eloy de Souza, fui uma espécie de secretário, durante alguns anos, no jornalismo de oposição na A Razão e, durante o governo de Rafael Fernandes, na A República. De José Augusto, fui assessor em atividade empresarial em Fortaleza, em 1938, companheiro de direção da "Biblioteca Norte-rio-grandense de História", colega durante duas legislaturas na Câmara Federal, correligionário em muitas campanhas. De Juvenal Lamartine, fui companheiro no esforço de fundar a Tribuna do Norte em 1949-1950, correligionário em algumas campanhas políticas.

Decorridos os anos, evocando, com saudade, as pessoas e, sobretudo, o espírito político dos três homens públicos, nesta fase em que, ressalvadas raras exceções, a atividade política é um investimento comercial, confesso que muito me agradaria — e creio seria de utilidade para as novas gerações de nossa terra — dispor de tempo para dar um depoimento sincero do que vi, do que discuti, do que aprendi com esses três homens: de Eloy de Souza, o gosto pelo jornalismo polivalente, combativo, malicioso, vitorioso na luta por alguns ideais, como o do combate aos efeitos das secas; de Juvenal Lamartine, o gosto pelo executivo, atividade intelectual pragmática visando a difundir e conquistar apoio para objetivos imediatos, sobretudo os de natureza econômica; com José Augusto, o gosto pelos ideais políticos, a crença na liberdade como única forma de preservar a dignidade dos povos, a consciência de que a democracia é, com todas as suas falhas, próprias da natureza humana, a suprema garantia dos direitos dos homens, a única escola fecunda de vida pública.

Um dia poderei satisfazer esse desejo. Um dia, poderei fazer, através deles, o inventário de uma fase política do Rio Grande do Noite, sem ambições de historiador, simples testemunha e observador de homens, estilos e ideais.

VIRTUDES E DEFEITOS

No centenário de nascimento de Juvenal Lamartine, quero restringir a ele a minha homenagem. Pelo que fez, pelo que lutou, pelo que sofreu. Pela responsabilidade que soube assumir na ascensão e no exercício da autoridade. Pela resistência e nobreza que soube ter nas longas e penosas horas de exílio e ostracismo. Pela capacidade de esquecer a mesquinhez dos homens, conviver com ela e com eles, mesmo talvez sem perdoá-los. Pela fé que tinha nas idéias e na disposição de por elas lutar, com a obstinação de torná-las triunfantes no amanhã. Pela compreensão das realidades políticas, sofrendo ambições legítimas e, em certos casos, até dores morais indrescritíveis. Pelo gosto de estimular novas vocações, políticas e intelectuais, sem medo de sombras que fazem tantos outros destruir para sobreviver.

Defeitos certamente os tinha, e de alguns deles eu poderia falar, embora já os tivesse pressentido atenuados pelas asperezas de vida pública e pela idade. Costuma-se dizer que todos os mortos são bons, numa forma pejorativa de salientar-se que a morte apaga os defeitos dos vivos. E está certo. Não é bastante a luta que temos, em vida, com os nossos defeitos, para corrigi-los, para eliminá-los, para esquecê-los, resistindo a todos os estímulos e vantagens que eles, cultivados, poderiam nos oferecer? Por que carregá-los depois da morte se, além do julgamento de Deus, o que poderemos esperar da vida é que, ao longo do tempo e das gerações, possa ser útil, como exemplo digno, à formação dos que virão depois de nós?

DE 1930 A 1945

Minha infância foi despertada pelo alvoroço da revolução de 30. Os vitoriosos, como sempre, não se satisfizeram com a tomada do poder. Organizaram e estimularam uma campanha de desmoralização dos vencidos, e o alvo principal, no Rio Grande do Norte, foi Juvenal Lamartine, governador deposto. Derramaram-se sobre a sua vida, como óleo indelével, ondas sucessivas de histórias, versos, músicas, anedotas, investigações, visando a destruí-lo politicamente. Ele, exilado em Paris, viu amargurado a sua família insultada, bens destruídos e, nesse mister, atropelando-se pessoas de duas procedências: as que haviam combatido o seu Governo e, em alguns casos, sofrido violências do seu temperamento, ou dos que, em seu nome, agiam arbitrariamente, e os que, até a véspera de sua queda, haviam sido beneficiados da situação, seus áulicos, seus aplausos.

Os anos passaram e, como todas as revoluções, a de 30 foi comendo seus próprios filhos. Veio a Revolução Constitucionalista de São Paulo, veio a luta pela Constituinte de 34, veio a campanha pelo governo do Estado, e nesta tombou, sob as balas de um pelotão policial, o filho de Juvenal Lamartine, que mantinha, em Acari, a tradição política do pai. Li, na época, o telegrama que dirigiu ao Ministro da Justiça, e creio que foi aquele documento sofrido, desolado, mas veemente e corajoso, que apagou as influências negativas que a campanha organizada e intensiva deixara sobre sua figura no espírito da criança de 9 anos.

Voltou ao Brasil, dedicou-se à atividade particular, ao culto das amizades que restaram. Em 1937, esboçada a campanha para a presidência da República, José Augusto, fraternal amigo de Lamartine, definiu-se pela candidatura de José Américo. A candidatura de Armando Sales teve o apoio de Café Filho. Lamartine apoiou Armando Sales. Duas surpresas de uma vez: a separação de José Augusto e Lamartine e a coincidência das posições de Café e Lamartine, inimigos figadais. Anos depois, interpelei Lamartine sobre as razões de sua atitude: a admiração por Armando Sales, compromissos de exílio na correspondência mantida com Júlio Prestes e Otávio Mangabeira e, de outro lado, total intolerância pelo Governo Getúlio, de quem supunha candidato seu ex-Ministro da Viação. Além de rancores residuais da luta de 30: José Américo, líder liberal na Paraíba, Lamartine, alvo de todos os ataques no Rio Grande do Norte.

E como os políticos são sempre vítimas de maliciosos julgamentos, ouvi, certa vez, na Câmara, o velho César Vergueiro, da bancada paulista, atribuir às atitudes díspares de José Augusto e Lamartine, no episódio, um jogo combinado para ganhar de qualquer modo. Contestei formalmente, expliquei as razões de cada um, mas fiquei sempre com a impressão de que o matreiro político paulista não aceitou a explicação do colega jovem, suspeitado pela amizade aos dois correligionários.

Implantada a Ditadura do Estado Novo, voltou aos cuidados de sua propriedade agrícola, longe de quaisquer atividades públicas, até que, com a renúncia do Interventor Rafael Fernandes, por motivos de saúde, foi nomeado para substituí-lo o General Fernandes Dantas, auxiliar de Lamartine, em 30, no comando da Polícia Militar.

Logo se movimentaram os grupos políticos que pretendiam influir na nova situação e, entre eles, os amigos de Lamartine. Seu nome foi escolhido para saudar o novo Interventor. Manobras tentaram evitar a sua presença atuante, mas ele confiou na velha amizade. Influiu nas opções do secretariado. O afastamento do nome de Eloy de Souza para Secretário-Geral do Estado e a escolha do Desembargador Dionísio Filgueira tiveram muito de sua participação. Na fixação do nome de José Varela para prefeito da capital teve também papel decisivo.

Um pequeno episódio, de âmbito municipal, começou a afastá-lo do novo Interventor e a reduzir a sua influência no governo: indicara nome para prefeito de São Tomé, recebera o compromisso da nomeação, comunicam por telegrama ao nomeado, chamando-o para a posse e, na madrugada, à sua revelia, o ato fora retirado da Imprensa Oficial, com a nomeação, em seguida, de pessoa ligada à corrente oposta à dos seus amigos.

Lembro-me da sua surpresa, do telefonema indignado, na manhã seguinte, e pressenti, apesar de todas as explicações e tentativas posteriores, que ali se rompera a solidariedade cincunstancialmente restabelecida quase 25 anos após a separação.

VOLTA A AÇÃO DEMOCRÁTICA

Decidida a reconstitucionalização do País, organizados os três primeiros partidos — PSD, UDN e PTB - houve uma divisão das antigas forças comandadas por José Augusto e Lamartine. Os dois líderes integraram-se na UDN, mas ficaram no PSD alguns dos seus lugares-tenentes: Lamartine perdeu José Varela que permaneceu na Prefeitura, após fazer esforço para levá-lo também ao PSD. José Augusto perdeu João Câmara, a quem fui entregar, numa barbearia vizinha ao antigo Café “Cova da Onça”, carta de convocação do chefe confiante ao soldado, de quem se dizia tentado em manter-se na situação.

"Diga ao Dr. José Augusto que cansei de ser chefiado. Agora, vou ser chefe. E um dia ele compreenderá e agradecerá essa atitude".

Estava escolhido presidente do PSD.

Vi, então, Lamartine e José Augusto voltarem, juntos, à praça pública.

A UDN enfrentou as máquinas políticas federal e estadual. Seus correligionários renunciaram a 4 departamentos governamentais e a 34 das 48 prefeituras.

TRÊS ANOS DE RENÚNCIA

Lamartine aspirava voltar à esfera federal. Na Convenção realizada no Teatro, hoje Alberto Maranhão, seu nome foi excluído pela atuação subterrânea de políticos separados através de rivalidades antigas. Soube compreender e soube renunciar, sem perder o interesse pela campanha, que fez de cidade em cidade, lutando por alguns candidatos que, dias antes, haviam conspirado contra a inclusão do seu nome.

Perdida a campanha, alguns quiseram compor-se com a situação. Ele, não. Permaneceu no ostracismo.

Na sucessão estadual de 47, exigiu-se ainda mais de seu espírito político. Candidato da situação: José Varela, seu ex-auxiliar, correligionário dedicado durante anos, amigo fraternal. O candidato da UDN era Floriano Cavalcanti, em aliança com seus piores inimigos, agremiados sob a liderança de Café Filho. Enormes pressões sofreu para decidir entre o amigo e o — quase — adversário. Ficou com este, por fidelidade ao Partido e a José Augusto. Ajudou na campanha e, um dia, chamou-me à sua casa. Estava convencido da vitória de Floriano, mas temeroso de sua inexperiência política e administrativa, jurista que sempre fora, e temeroso, sobretudo, da influência do grupo Café Filho no futuro Governo. Fizera uma carta ao candidato indicando meu nome para Secretário-Geral do Estado. Embora emocionado pela lembrança confiante, não mostrei maior entusiasmo pela idéia, e isto o surpreendeu. E maior foi sua surpresa quando acrescentei: "Acho que nosso candidato não se elegerá". O que as urnas confirmaram dias depois.

Vieram depois as eleições parlamentares e o interesse era manter a união UDN - Café como única possibilidade de derrotar o PSD na outra sucessão. Mas não havia como recusar a Lamartine o direito de voltar à representação federal do Estado. Seu ingresso na chapa de deputados federais punha em risco a eleição de José Augusto. A escolha para senador Implicava no apoio de toda a coligação, dificultado pela inimizade pessoal Lamartine-Café e lutas radicais do passado.

Se era difícil a Café Filho apoiá-lo e levar os seus amigos a essa posição, também era difícil a Lamartine aceitar, sob poderosas pressões contrárias. Ambos tiveram coragem e grandeza e Lamartine foi candidato, sem êxito. Primeiro, porque o PSD, alicerçado no governo, dispunha da máquina; segundo porque parte do eleitorado, rebelde a combinações desse gênero, não aceitava a reconciliação. E esses dois fatores consolidavam a maioria do PSD.

Lamartine perdeu e não foram poucos os que procuravam conduzi-lo para as acusações de traição dos aliados. Mas ele aceitou o resultado como uma contingência da situação, sem recrudescer rancores, sem amarguras inúteis.

O SONHO DE UM JORNAL

Muito cedo compreendi que uma força política não se manteria e, muito menos, cresceria se não contasse, como veículo permanente de suas idéias de suas posições, com um jornal. Em todas as campanhas, recorríamos a soluções de emergência, sem qualquer repercussão na formação da opinião pública. Ou era um jornal para a campanha, que morria com ela, sem sensibilizá-la, ou era uma página alugada de jornal existente, que perdia força até pela contradição com as matérias publicadas na mesma edição.

Decidi lançar-me à iniciativa de criar um jornal que, nos dando suporte político antes e durante as campanhas, pudesse, nos intervalos eleitorais, criar um estado de espírito, uma força de opinião.

Sem dinheiro para a empreitada, imaginei percorrer o Estado, levantando recursos em todas as cidades. Pedi a Juvenal Lamartine cartas para seus velhos amigos no interior. Mas, ao saber que eu iria pessoalmente levantar os recursos, através da venda de ações de uma sociedade anônima — Editora Tribuna do Norte S. A. — fez questão de presidir a comitiva, município a município. numa viagem estafante, que bateu Agreste, Seridó, Centro e Oeste. Lembro-me que, ao chegarmos a Pau dos Ferros, tivemos conhecimento de que as estradas não permitiam o trânsito na caminhonete em que estávamos na viagem a São Miguel e Luiz Comes. As serras íngremes, com as chuvas intensivas, só permitiam a passagem de caminhão. E na boléia do caminhão não cabiam todos. A deixar alguém, nosso dever era poupar do sacrifício o mais velho, que mesmo o sendo, era o que mais cedo se levantava todos os dias. Não aceitou a exclusão para ficar nos esperando em Pau dos Ferros. Enfrentou o inverno, a viagem, o aperto na boléia pequena e, ao voltarmos a Natal, tínhamos assegurado os recursos para a fundação do jornal que, em 1975, celebrará suas Bodas de Prata — 25 anos. Acompanhou a instalação das máquinas compradas e tornou-se, durante anos, colaborador de dois artigos semanais, um sobre antigas figuras políticas do interior, outro sobre problemas econômicos do Estado e do Nordeste. Pouco a pouco, a doença foi-lhe apagando a luz dos olhos, entre dores intermitentes. Nem assim aceitou a dispensa, que lhe quis forçar, dessa colaboração. Passou a ditar os artigos para pessoas da família, com a mesma regularidade, a extraordinária memória, o minucioso conhecimento de nossas necessidades econômicas.

DUAS CARTAS QUE GUARDO

Numa das costumeiras visitas dominicais que fazia à sua casa, no Rio, José Augusto transferiu-me documentos relativos à sua ação política. Alguns divulgados na época dos acontecimentos. Outros arquivados para as reminiscências que pretendia publicar e que não escreveu, segundo explicava, para fugir a julgamentos inevitavelmente desfavoráveis se quisesse ser fiel à verdade e à História. Entre esses documentos, vinha um, do qual ele nem se lembrava, nem eu tivera conhecimento: escrito à máquina, numa má datilografia, mas pleno de generosidade e de esperança, em 1954, Juvenal Lamartine dizia a José Augusto que, nos quadros do Partido, para evitar soluções inconvenientes, que mencionava, e ter assegurada a possibilidade de vitória para Governador, no ano seguinte, só havia um nome, que era o meu. Juntei essa carta e uma outra, de anos antes, em que Vivaldo Pereira, de próprio punho, não fazia a indicação ao chefe do Partido, mas declarava ao amigo mais jovem que pedia a Deus ficar vivo até o dia de me ver Governador do Rio Grande do Norte.

Vim a exercer o Governo em 1961, após memorável campanha de quase um ano, enfrentando a máquina política do Estado, o suborno institucionalizado, as alianças de oligarquia e chefias ameaçadas pelo sopro de renovação política conduzido pelas massas populares — homens, mulheres, crianças — nas ruas, nos dias, nas noites, nas madrugadas.

Na tarde ensolarada, ao assumir o Governo, em meio ao povo que cantava os hinos de sua esperança, evoquei as duas lembranças que os anos, os acontecimentos, as mudanças dos homens e das coisas não haviam apagado no meu reconhecimento, na minha saudade, na minha responsabilidade. Retribuí-lhes, depois, pondo o nome de Vivaldo Pereira no colégio que, durante anos, ele sonhara aberto à juventude do Seridó e o de Juvenal Lamartine no Instituto de Pesquisas Econômicas, Sociais e Políticas que foram sempre preocupação de seu espírito de estudo e de trabalho.

A FORÇA DE SOBREVIVER

O Rio Grande do Norte celebra o centenário de nascimento de Juvenal Lamartine de Faria. Toda uma longa existência é relembrada, na infância no sertão que amou, na juventude plena de sonhos e ambições, na carreira política que se firmou nos debates das comissões parlamentares, nas reaiizações do Governo, marcado pelo espírito autoritário e atos violentos pelos quais direta ou indiretamente se tomava responsável, ao lado de um programa de progresso econômico que o movimento revolucionário interrompeu. Até aí foram as horas fáceis do triunfo, dos aplausos dos áulicos até para os erros, da consagração de uma atuação política herdeira de velha estirpe seridoense.

Então veio a queda. Com ela, os agravos dos inimigos vitoriosos, sempre mais amenos do que a ingratidão dos amigos esquecidos. O exílio distante, na solidão que se tomava maior à medida que chegavam as notícias das injustiças perpetradas em nome da vitória liberal e se tornou extrema, face à dor brutal do filho fuzilado porque defendia a liberdade do voto popular.

Conheci-o de volta, já alquebrado pelos anos e pelos sofrimentos, entrando na velhice mansa e tranqüila, sem rancores escondidos.

Muitos que o conheceram, antes ou depois de mim, hão de louvar-lhe virtudes e serviços, entre estas iniciativas arrojadas: o apoio à aviação civil, a luta pelo voto feminino, o diagnóstico de nossa pobreza e o esforço legislativo e governamental para transformá-la em prosperidade econômica.

Prefiro lembrá-lo como político, a capacidade de lutar e transigir, de esquecer agravos e de apertar as mãos que o haviam apedrejado, algumas delas depois de aplaudi-lo nos momentos de triunfo. Prefiro evocá-lo na afirmação de uma personalidade que não cultivava a neutralidade como fórmula hábil e descaracterizada de agradar a todos, violando-se a si mesmo. Teve a coragem de fazer inimigos. Teve a alegria de fazer amigos.

E porque foi assim, nas qualidades e nos defeitos, sua vida é uma força telúrica, presente durante quase um século, e sobrevive ao silêncio do túmulo para honra e glória do Rio Grande do Norte.

Juvenal Lamartine - o predestinado da aviação

Paulo de Viveiros

Conheci Juvenal Lamartine, no Governo e no ostracismo.

A ele, à distância, opus resistência intelectual, como estudante e jornalista, no Recife, à época dos arroubos de minha juventude.

Com ele convivi quando fora do poder, já envelhecido; e eu, amadurecido. Sempre, porém, nos respeitando, apesar da diferença acentuada de Idade.

Somente o compreendi, quando a convivência acadêmica nos aproximou.

Se foi forte como Governo, muito mais na doença e na velhice, quando os amigos que fizera não o abandonaram.

De minha aproximação junto a ele, acolhi sua inteligência lúcida e perspicaz, a visão de horizonte que possuía e os atos bons que praticou com audácia e segurança.

Do seu Governo, três circunstâncias que demonstraram seu vigor de dirigir impressionaram-me até hoje. Suas mensagens de Presidente do Estado, onde revela o poder criativo e imaginoso que possuía.

A coragem de adotar, no Rio Grande do Norte, o voto feminino, então incompreendido e até ridicularizado.

A compreensão do futuro, através do seu entusiasmo pela aviação.

Desta, ele se tornou um apaixonado, verdadeiramente enamorado.

Não foi um lírico mas, acolhendo os melhores propósitos, tudo fez por demonstrar sua confiança em voar, dando ao Estado e, particularmente, a Natal, a referência que os fazia ponto de apoio internacional, como bem demonstrado ficou por ocasião do Segundo Conflito Internacional.

Não se fez um teórico, mas adotou, neste setor, uma ação planificada que se abriu em leque com a fundação do Aero Clube e de sua escola de vôo, a criação de campos de pouso no interior do Estado e o prestígio que emprestou às corridas aéreas internacionais da Europa para a América Latina, tendo Natal como epicentro.

O Aero Clube que fundou com o auxílio de Fernando Pedrosa, pai, e de Manuel Vasconcelos, foi centro de atividades que registrou época, aglomerando, em torno de si, a sociedade e os técnicos.

Djalma Petit, o rebelde anistiado, foi o seu executivo; possuía a fibra dos inconformados e a predestinação para voar. Fez técnicos, amaciou naves e não desmereceu ao apelo para transformar os homens do seu tempo em apaixonados dos céus.

Fiel à missão e às origens, foi o piloto que serviu a tudo, sempre voando, até mesmo ao movimento revolucionário que destruiu o arquiteto de sua escola, em Natal.

Juvenal Lamartine para o implante, no Estado, do processo aviatório, necessitava demonstrar aos seus contemporâneos a confiança que possuía na aviação. Por isso mesmo, começou em Natal, com o Aero Clube.

Juntava, reunia, promovia especulações festivas, na obsessão de firmar a idéia para convencer das razões do êxito esperado e de quanto valia o pioneirismo por ele semeado.

O Clube era aquilo que, seis meses depois de fundado, parecia aos olhos de Fernando Pedrosa, pai, em carta a Manuel Vasconcelos: “Levado avante, conversas curtas com Lamartine, Petit, Gordon. Decisões rápidas; ação pronta. Vontade decidida de vencer. Crença absoluta na aviação. Ideal. Passando por cima de mil dificuldades, subimos ao Tirol e lá está o nosso clube. Modesto, com defeitos. Defeitos originários da própria modéstia, mas organizado, prestigiado, andando. Andando, digo, mas não, *voando*. Voando em eficiência e voando com asas de avião. Andando, eu disse, mas aos empurrões, de pé fincado, com um andar de quem sobe ladeiras, moroso, quase cansado”. 22.06.1929.

Depois, deixou de andar e voou mesmo, fazendo mártires e gloriosos instantes de vitórias.

Se uma equipe o organizou, não se pode negar porém que a chefia estava em poder de Lamartine, que o prestigiava como Presidente do Estado e com o seu primoroso idealismo.

Sem ele, talvez, não haveria de ter nascido e resistido até hoje.

Depois de fincar os pés sobre a idéia primitiva, fez a conquista do interior. Cortou os sertões, uniu distâncias, inaugurou campos de pouso pelas cidades, baixou aviões e, deste modo, cobriu o Estado pelas asas dos pássaros metálicos, com a segurança que predestinou cedo o Rio Grande do Norte a encurtar as distâncias, no Nordeste.

Já a essa época, ainda Presidente do Estado, serviu-se da técnica francesa de cujos pilotos extraiu o melhor para alcançar os êxitos obtidos.

Mermoz, Puchidon. Lavidale, o Conde Vaux e tantos outros foram seus íntimos amigos e colaboradores e deles obteve tudo quanto necessitava para a consagração do seu pensamento.

Até Madame Curie foi uma *aviadora* à sua custa, pelas idéias, pensamentos e vôos que devido a ele realizou.

Como soube atrair para Natal, abrindo caminhos para o futuro, a Air France e a Sincato Condor que aqui fixou, seguidas depois pelos ases de Espanha, Itália e Argentina!

Foi o seu poder de comunicação que fez projetar Natal como Porto Aéreo Internacional.

Pela nobreza e profundidade de ação, foi inegavelmente um líder.

Seguia urna destinação histórica do Estado: Severo, Sargento Meneses, Edgar Dantas, Fabrício Pedrosa e tantos outros, antes, durante e depois de sua ação construtiva, em que se incluem os heróicos aviadores militares sacrificados sobre o solo natalense.

Pareceu-me um vaidoso, à distância; era, no entanto, um homem de pulso férreo e, às vezes, magnânimo.

Por isto mesmo, com o auxílio de sua inteligência, a tudo que desejava, conseguia.

Presentemente, aos cem anos da data de seu nascimento, é possível fixá-lo melhor, pela história, O que fez, em particular, pela aviação, é bastante para consagrá-lo na perene recordação dos valores da terra.

O vasto campo de Parnamirim que se contempla como ponto de atração dos que saem e chegam pelos ares, nesta cativante Cidade do Natal, o passado glorioso das Fortalezas Voadoras, as reuniões festivas do hoje redivivo Aero Clube, os céus do Estado, cortados de aviões e helicópteros, o desfile dos que nos visitaram em dias festivos e de guerra, a Base Aérea de Pamamirim, tudo isto representa o somatório de um processo inicial de luta e de ação de um homem que confiou em si próprio e, mais ainda, no futuro do seu Estado, como campo de conquista do ar, em benefício da humanidade.

Discurso alusivo ao centenário de Juvenal Lamartine

(na Câmara Federal, em sessão de 09-08-74)

(O Sr. DJALMA MARINHO pronuncia o seguinte discurso)

Djalma Marinho

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Cherterton observava que o futuro é o nosso refúgio ante a feroz competição dos nossos antepassados. Este pensamento não estabelece confronto entre os homens públicos do Rio Grande do Norte, os do passado e os contemporâneos, entretanto há de gerar preocupações por nunca estabelecermos uma rivalidade entre nós e eles, mas, sim, extrairmos dos seus feitos a motivação para, no presente e no tempo afora, buscarmos intensamente não desmerecer a devoção, o espírito público e o patriotismo com que se houveram na defesa dos interesses públicos do Rio Grande do Norte e do Brasil.

Desse modo, ao enfrentarmos a missão de evocar um antigo político potiguar, o fazemos para mostrar aos brasileiros a contribuição que deu meu Estado na tarefa de construir o destino político brasileiro.

Venho falar de Juvenal Lamartine de Faria. Não há apenas de minha parte um dever parlamentar, vindo do compromisso com a minha terra, mas o sentido de uma veneração que comecei a cultivar desde a minha mocidade. Penso que foi um dos primeiros políticos que conheci. Colegas meus, a ele ligados por parentesco (Silvino Lamartine e os irmãos Dantas — Humberto, Edgard e Osório), fizeram com que me aproximasse desse ilustre rio-grandense-do-norte, a quem hoje a Câmara, no centenário do seu nascimento, presta a homenagem devida.

Ele nasceu em Serra Negra, na região do Seridó.

> *“O Seridó é um vasto trecho do território do Rio Grande do Norte, atravessado e cortado pelo rio do mesmo nome e seus afluentes e caracterizado economicamente por uma determinada natureza de produção: o algodão mocó, de fibra longa, sedosa e resistente, o melhor do Brasil, um dos melhores do mundo, rivalizando em qualidade com o famoso algodão egípcio.*
>
> *Na vida social, política e econômica daquele Estado nordestino, a região seridoense tem ocupado sempre papel de relevo e saliência, fornecendo muitas vezes alguns filhos ilustres para a sua direção e contribuindo continuamente com a sua produção para o fortalecimento da riqueza coletiva”.* (José Augusto, SERIDÓ).

A sua cidade, fundada pelos seus antepassados, teve em Lamartine a sua grande representação telúrica. E ela o acompanhou por toda a sua vida. “O Estadista deve ter os pés plantados na sua própria terra, porém seus olhos devem passar revista no mundo”, dizia Santaiana.

Os hábitos de sua sociedade deram partida para estruturar o jovem sertanejo que se impregnou de amor e de lealdade à sua região, desde as conversas no copiar, para incursionar, homem feito, na política do País, “carregado de presença”, dando altitude à investidura parlamentar que o Rio Grande do Norte lhe confiou, sete vezes na Câmara dos Deputados e uma vez no Senado Federal. Apesar de o Rio Grande do Norte ser um estado politicamente humilde, alguns dos seus representantes, no passado, participaram intensamente da vida política nacional: Amaro Cavalcanti, Pedro Velho, Tavares de Lira, José Augusto, Elói de Souza, Ferreira Chaves, Alberto Maranhão, Antônio José de Meio e Souza, Rafael Fernandes Gurgel e Café Filho foram os que, pelo seu valor, tornaram importante na área política o seu pequeno Estado.

Quero destacar, porém, que há uma diferença profunda entre o político e o estadista.

Sem qualquer demérito às grandes figuras do nosso passado, comprovo que o estadista que o Rio Grande do Norte nos deu, no tempo histórico-político, foi Juvenal Lamartine de Faria. Galgou todos os postos da vida partidária: Vice-Governador, Deputado Federal, Senador da República e Presidente do Estado. Lamartine, em todas essas posições políticas, sem perder as amarras sentimentais com a sua terra, conciliou essa devoção com seus olhos sempre abertos para visionar e preparar, também, o Rio Grande do Norte para seu próprio futuro.

Sua vida parlamentar, rica e séria nas suas atividades precípuas — trabalho nas comissões e presença na tribuna do Plenário — demarcou inconfundivelmente o jurista e sobretudo o homem público. Mas o estadista, revelado no posto de Presidente do Estado, deu à sua imagem a saliência máxima. O estadista vê além dos seus contemporâneos. Eram assim os olhos de Lamartine. Chegando ao Governo do Rio Grande do Norte, encontrou “na nossa pobreza o seu primeiro obstáculo”, conforme confessou. Na condição de Chefe de Estado, empenhou-se em dedicar sua atividade e inteligência para melhorar a situação do povo que fora chamado a governar.

Em documento de grande importância, Lamartine declarava: “Cogitar de boas finanças, sem o apoio de uma forte organização econômica, é uma utopia”.

Não há administrador cauteloso ou estadista avisado que evite o naufrágio financeiro de um Estado, se a sua economia foi descurada e se encontra desorganizada. As boas finanças são efeitos e não causas de riqueza. É por isso que um dos nossos homens públicos de maior autoridade já escreveu que “no Brasil não há um problema financeiro; o que há é um problema econômico enfermando as finanças”. Na mesma peça, levantou a radiografia do Rio Grande do Norte, nestes dizeres:

> *“Num Estado pobre como o Rio Grande do Norte, sem indústrias, e que tira todos os seus recursos financeiros de uma lavoura ainda mal organizada, precária e desprotegida do crédito agrícola, é um erro grave elevar os impostos de importação, já em si condenados, e o imposto territorial além do limite que estabeleci quando o instituí, O contrário disso é empobrecer o povo em benefício do fisco, criando uma prosperidade ilusória e passageira para o tesouro. Foi por sempre pensar desse modo que nunca pedi à Assembléia Legislativa para elevar de 50% o imposto de importação e de mais de 100% os de incorporação, como se fez em outros Estados. Preferi arcar com as dificuldades decorrentes de uma arrecadação deficiente a levantar o justo clamor do povo, acabrunhado sob o peso de impostos excessivos e injustos, que o desencorajam para o trabalho. A prosperidade do Rio Grande do Norte não se deve procurar na gravação dos impostos, mas no desenvolvimento de suas fontes de produção e na proteção da agricultura. O problema é complexo; mas não insolúvel. Para o sertão, a solução está na multiplicação da açudagem e desenvolvimento dos transportes; para o litoral, no aproveitamento de seus vales úmidos, porque só é possível conseguir de modo completo pela proibição de criar em campos abertos; drenagem das terras baixas e transformação da forragem nativa e pobre das terras altas. Para a extensa faixa dos chapadões calcários que se prolonga dos municípios de Touros e Baixa Verde, ao de Macau, Areia Branca, Mossoró, Apodi, até Luís Gomes, a perfuração de uma série de poços, e para todo o Estado, o crédito agrícola. O problema não é de solução impossível, demanda apenas tempo e continuidade em suas ações. Será a obra serena de estadistas, que se não impacientem, porque não se fazem milagres nas administrações de Estados pobres como o nosso, não procurem iludir o povo com promessas impossíveis, nem deblaterem outros que deram o melhor de suas energias e de seus esforços à causa pública, como fazem certos demagogos incapazes de uma realização séria.”*

Este governante se preocupou com problemas de magna valia para os interesses econômicos do Rio Grande do Norte. E. quando dividiu a área territorial do Estado, para se plantar e para se criar em campos abertos ou cercados, deu a partida para organizar economicamente o Estado, definindo, ainda, a área onde se devia plantar as duas espécies de algodão cultivados naquela área: o mocó e o herbáceo. Essas duas providências configuravam um excelente descortínio administrativo para o seu tempo (1927), mas o estadista comprovou o seu *status*, quando fundou o aeroclube, para desenvolvimento da aviação civil, onde o Rio Grande do Norte ocupou posição de liderança no movimento (pilotos brevetados e 28 campos de pouso no interior do Rio Grande do Norte), Por isso ele dizia, no seu livro “O Meu Governo”, pág. 81/82:

> *“Mais cedo do que julgara, o nosso céu começou a ser devassado pelas asas dos grandes pássaros metálicos vindos da Europa e da América, trazendo em seu bojo o prenúncio de uma nova era, em que o Brasil está destinado a desempenhar a função precípua, no cenáculo das nações cultas.*
>
> *Plantada à orla do Atlântico, no extremo oriental do continente, Natal estava fadada a ser o núcleo vital da aviação americana, levando de um a outro oceano, de uma a outra América, a palavra de solidariedade humana, mensagem da cordialidade internacional.*
>
> *Aparelhei-a para que pudesse aproveitar-se desse incomparável elemento da civilização, emergindo do coração de nossa terra como a primeira expressão de progresso da América brasileira aos países de além-mar e o primeiro ponto de contacto entre civilizações que se fundem, sob a proteção da luminosidade tropical, sabe Deus para que destinos incomparáveis!”*

O outro aspecto com que assinalo a sua condição de estadista foi o fato de ter sido o Rio Grande do Norte, por iniciativa de Lamartine, o primeiro Estado de raça latina onde as mulheres tiveram os seus direitos políticos reconhecidos e exercitados livremente. A medida suscitou grandes debates, e Lamartine defendeu-se assim:

"Fui, bem sei, muito criticado (pela concessão do voto feminino), mas não me intimidei com as críticas, porque estava convencido de que apenas me antecipara aos homens de governo do meu País, em praticar um ato de justiça para com a mulher brasileira. Não tardará, estou certo, que apareça alguém a reclamar para si a iniciativa da concessão dos direitos políticos à mulher brasileira. Não sairei a campo para reclamar essa primazia. Quando se escrever a história de nossa revolução política, justiça me será feita".

Com a aviação civil e o voto feminino, em 1927, na administração de Juvenal Lamartine de Faria, o pequeno Estado do Rio Grande do Norte mostrou ao Brasil a existência de um estadista. Justificando as medidas, escreveu Lamartine:

"Berço de Nysia Floresta e berço de Augusto Severo (Rio Grande do Norte) — em nome de nosso passado, pela força de nossa tradição, tínhamos de vanguardear qualquer movimento nacional que tivesse, como objetivos supremos, a ascensão social e política da mulher e a intensificação de uma política aviatória que, no Brasil, assume aspectos mais importantes do que em qualquer outra nação americana, seja como instrumento de unidade orgânica da nacionalidade e intercâmbio cultural, seja como fator da vitalidade econômica, cada vez mais acentuado.

Conquistando, para o Rio Grande do Norte, um posto de legítimo destaque no tocante a dois problemas fundamentais do Brasil, não alimentei outro intuito que não o de servir à causa da Pátria comum, cujo anseio de progresso é tão acelerado como a vibração das aeronaves modernas, varejando o céu americano, à procura de novos campos de pouso, onde o espírito moderno, na inquietação que o caracteriza, encontre, finalmente, o meio ideal à harmonia entre as raças e a solidariedade entre os povos".

Jornalista, escritor, magistrado e político, Lamartine sempre se conduziu com integridade, além de patriotismo. Quando escolhido Presidente do Estado, a plataforma com que se apresentou ao sufrágio dos seus conterrâneos, como candidato do partido Republicano Federal do Rio Grande do Norte, no quadriênio 1928/1931, e lida no banquete que a sua agremiação política ofereceu-lhe, na noite de 9 de abril de 1927, constitui para mim, no seu gênero, o maior documento político na história do Rio Grande do Norte.

Os nossos coestaduanos, que se interessam pela vida pública do Estado, deveriam relê-la, porque todos os problemas do Rio Grande do Norte estão nessa plataforma, enfocados e apontadas suas respectivas soluções.

A Revolução de 30 apeou do governo o Dr. Juvenal Lamartine, que se expatriou. Foi um longo sofrimento seu exílio, mas, mesmo assim, nunca deixou de demonstrar, diante dos acontecimentos adversos, a sua coragem de sertanejo seridoense, impávido e predestinado na consolação de que a sua figura de homem público sobreviveria aos golpes traiçoeiros que a paixão partidária desembestada na sua terra procurava afligi-lo intensa e injustamente.

Quando voltou ao Brasil, em 1933, publicou a sua defesa e a do seu governo. E deixo que ele, com as suas próprias palavras, diga de seu sentimento:

"A ausência da Pátria e da família, os sacrifícios materiais, os golpes da calúnia e da mentira nunca me fizeram descrer no sentimento de justiça dos meus conterrâneos. Conheço o povo bom e forte do Rio Grande do norte, em cujo contacto sempre vivi, não só nos dias prósperos, como nos difíceis. Confio cegamente no seu espírito de justiça e a ele entrego o julgamento do meu governo e da minha conduta de homem público. A tranqüilidade há de voltar ao seio da família brasileira, a justiça há de ser reposta na sua intangibilidade, a legalidade há de se instalar novamente no Brasil. Só então serão julgados com serenidade os homens que a revolução afastou das posições políticas, O povo, integrado nas suas garantias constitucionais, é o único juiz a cujo veredictum nos havemos de curvar.

Nunca me deixei dominar pelo pessimismo. O contacto de quase dois anos e meio com os povos civilizados da Europa, o estudo de suas instituições políticas e da ação de seus estadistas, se me fizeram ver quanto estamos ainda distanciados da superioridade e elevação com que são enfrentados, estudados e resolvidos os problemas de governo confiados exclusivamente aos técnicos políticos ou econômicos, acendraram também o meu patriotismo e me deram, mas do que a esperança, a certeza do prestígio futuro do Brasil — unido, feliz e forte pela exploração inteligente de suas fontes de riqueza, grandeza de suas instituições e prática de uma política eminentemente pacifista e orientada no sentido do bem-estar cada vez maior do povo brasileiro. Estive no governo do Rio Grande do Norte dois anos e nove meses. Administrei o meu Estado num período delicado e cheio de grandes dificuldades. A agitação política que perturbou o país até deflagrar no movimento vitorioso de outubro de 1930, e a crise econômica, cada dia mais intensa, não me desviaram do programa de realizações que me tracei e a cujo cumprimento dei a melhor de minhas energias.

Coloquei as questões meramente políticas em plano secundário, absorvido, como estive, com os problemas do trabalho e do desenvolvimento dos serviços que mais de perto interessavam o progresso do Estado, tais como obras de utilidade geral e finalidade econômica, instrução, saúde pública, etc.".

Rematando a sua defesa pessoal e a de seu governo, Lamartine assim se dirigiu ao povo do Rio Grande do Norte:

"O Rio Grande do Norte sempre me honrou com os mandatos mais importantes e me elevou à sua mais alta magistratura. A consciência não me acusa de ter, uma só vez, faltado ao meu dever de homem público, nem de haver traído a confiança do meu partido. Não desertarei da política, porque entendo que é um dever de todo brasileiro trabalhar pelo desenvolvimento de nossa nacionalidade, na medida de suas forças e na esfera de sua ação; mas nada pleiteio, nada quero nem desejo para mim; não tenho ambições outras que a de ver o Brasil grande, próspero e unido dentro da ordem legal.

Volvendo agora à vida simples de agricultor, na qual continuarei a ser uma parcela, mínima embora, das forças que trabalham pela grandeza do Brasil, recordo, dada embora a enorme diferença de meio e de individualidade, as palavras célebres de George Washington, em carta ao seu grande amigo general La Fayette, seu companheiro de armas na luta pela independência dos Estados Unidos:

"Reintegrei-me enfim na minha vida de simples proprietário, à margem do Potomac: e à sombra de minhas árvores, livre do tumulto dos campos de batalha e das cenas da vida pública, eu gozo as delícias desses prazeres que não encantam ao soldado sedento de fama, nem ao homem de Estado, cujos dias afanosos são consumidos em meditar planos para a felicidade de sua pátria ou, talvez, para a ruína dos outros povos, como se a terra não fosse suficientemente grande para todos". Enfim, ele aplicou aos seus inimigos a sentença de Marco Aurélio: a minha vingança é não pensar como eles".

Esta a linguagem de Lamartine, que translado para este discurso, dando-lhe o cunho e o sinete de minha adesão às verdades proclamadas.

Juvenal Lamartine foi Presidente de Honra da União Democrática Nacional no Rio Grande do Norte. Deus me deu a graça de saudá-lo no ato dessa investidura e me fez portador dos meus conterrâneos para fazer-lhe o panegírico na Câmara dos Deputados, no meu País, no transcurso do centenário do seu nascimento,

Lamartine gostava de conversar com os moços. Também nele a juventude era a sua própria vida, pois nunca envelheceu. Para todos tinha uma palavra de estímulo, de ensinamento e de tolerância. Seguiu o exemplo de José Augusto e protegeu os estudantes, nomeando promotores públicos interinos os acadêmicos que cursavam a Faculdade de Direito do Recife. Os vencimentos custeavam os estudos e a prática forense daria, melhor do que as aulas, o lastro para o exercício profissional da carreira, no futuro.

Fui um dos contemplados, e daí ter concluído o meu curso de Direito.

Este homem singular, competente, honrado e bravo, perdeu completamente a visão nos seus últimos anos de vida. E diz o seu filho Oswaldo Lamartine, na apresentação do livro de seu pai, Velhos Costumes do Meu Sertão, que, a despeito das trevas e dos 81 janeiros vividos, "mesmo cego, continuou à frente da administração da Fazenda Lagoa Nova (São Paulo do Potengi, RN), que visitava quinzenalmente, fazendo algumas vezes a viagem de "teco-teco". Ali reunia auxiliares e moradores e os interrogava sobre o andamento dos serviços, o algodão, o nível d'água dos açudes, os recursos forrageiros, o estado dos rebanhos, etc. Sabia, de memória, onde começava e terminava cada roçado e insistia em "revê-los", o que fazia a cavalo, em sua velha burra-de-sela que seguia de perto um cavaleiro-guia".

Sr. Presidente, a história e o tempo conseguiram, como é do seu desígnio, repor Lamartine no conceito de seus conterrâneos e de seus patrícios, que sempre viram nele o homem público admirável, sério e talentoso, que honrou o Rio Grande do Norte e o Brasil.

Nesta homenagem que a Câmara dos Deputados do meu País presta à memória de Juvenal Lamartine de Faria, no centenário do seu nascimento, como rio-grandense-do-norte e brasileiro, comovo-me ao prestar este singelo testemunho sobre sua vida.

Ele pertencia àquela categoria humana cujo papel, como disse Mounier, se reveste de função profética e de função socrática "que lhe coube entre o espiritual, o político e todos os trabalhos do homem".

Era o que tinha a dizer.

Juvenal Lamartine - Um novo estilo

por **Nilo Pereira**

Em 1923 chegava eu a Natal, vindo do Ceará-Mirim, para iniciar os Preparatórios.

O governador era **Antônio José de Melo e Sousa**. Dava a impressão de ser homem pouco acessível. Solteirão, morava num casarão recuado, próximo à do meu cunhado **Francisco Fernandes Sobral**, juiz municipal de Natal, que residia à rua de S. José, onde fiquei hospedado.

O Dr. Sousa, como era conhecido, parecia ser homem recolhido, ensimesmado, talvez pouco político. Era romancista: uma atividade que, decerto, não seria bem recebida num governante, de quem se exigia que fosse plástico à vida tumultuária da política, ao jogo partidário, que exige concessões a amigos e correligionários, enquanto que para os adversários se reserva o duro império da lei.

A esse governador seco, esquisito, estrábico – que celebrou com tanto brilho o centenário da Independência Nacional e deixou a fama inquestionável de um homem público honesto e austero – sucedeu **José Augusto Bezerra de Medeiros**.

O confronto entre os dois dava bem a impressão dos contrastes impressionantes. José Augusto, era o oposto de Antônio de Sousa. Simpático, envolvente, aliciante, seria por toda a sua vida a imagem quase sensorial da Democracia, traduzi da numa popularidade contagiante, catalítica.

Não estávamos habituados a ver um governador andando a pé, tomando o bonde, pouco usando o carro oficial, cumprimentando toda gente, apertando a mão ao homem do povo, conhecendo cada um pelo nome, numa quase fantástica demonstração de memória prodigiosa.

Com isso ele renovava os estilos políticos. A imagem do governante democratizava-se naturalmente. Nada havia de demagógico nesse comportamento. Era o homem público em sua identidade perfeita, o retrato sem retoque do democrata.

Nenhum outro como ele assim tão próximo do povo. A tradição política, que faz de **Pedro Velho** e de **Alberto Maranhão** homens apolíneos, não os consagrou como figuras do cotidiano ou expressão de uma popularidade derramada, vizinha, às vezes, da caricatura que o falso democrata oferece como pano de fundo do seu disfarce maquiavélico.

Homens assim como Pedro Velho e Alberto Maranhão seriam tidos, hoje, como elitistas. Ou oligárquicos, como pareceu a **José da Penha**, na sua malograda aventura de renovador. O próprio Pedro Velho falava na sua oligarquia «mansa».

E, no entanto, a ninguém deve o Estado mais do que a Pedro Velho de Albuquerque Maranhão. Deve-lhe a propaganda e a implantação do regime republicano, a pureza de um ideal que o imortalizou. Como deve a

Alberto Maranhão o mecenato das letras e das artes. E a **Augusto Severo**, outro irmão, nome maior da "ínclita geração", o pioneirismo que o sagrou herói e mártir da aviação.

O jornal ***A Republica****,* fundado por Pedro Velho, é ainda hoje o testemunho do seu idealismo e da sua combatividade. Os três irmãos – vale a pena dizer – foram grandes pianistas. O que é relevante na biografia de políticos mais do que políticos, isto é, homens de grande sensibilidade, capazes de fazer da Política antes uma arte do que uma técnica. Antes uma aventura do espírito do que uma rotina pragmática em que intervém, via de regra, o interesse pessoal. Antes uma realização do que uma am-bição de mando.

José Augusto vinha dessa escola, como vinham **Ferreira Chaves**, Antônio de Sousa, Eloy e Henrique Castriciano, **Juvenal Lamartine** e outros. Era a velha política da Primeira República, originária em parte do Segundo Reinado, com o seu Senado vitalício, o seu Poder Moderador e os seus Conselheiros, alguns dos quais, como Afonso Pena e Rodrigues Alves, dirigentes do País em boa forma castiçamente imperial.

A conciliação, segundo Paulo Mercadante, – em ensaio hoje clássico, intitulado – *A Consciência Conservadora no Brasil,* 3ª edição, Editora Nova Fronteira, 1980 – era a medida dessa atividade política em que se tentava estratificar a proclamada cordialidade do espírito brasileiro. Parece que o conceito de cordialidade não deve ser tomado rigidamente ao pé da letra, pois nem sempre existiu esse entendimento alto, impessoal, supra-partidário, capaz de evitar maiores atritos ou atenuar os radica-lismos de grupos.

Vindo, embora, dessa escola, como já foi acentuado, José Augusto se distanciava do modelo antigo pelo processo psicológico de sua formação individual e do seu temperamento.

Liberal por natureza criou a sua própria imagem. Ao encontrar na rua um homem qualquer, de quem não soubesse o nome, o que, aliás, era raro, costumava dizer com aquela voz meio rouca que também o singularizava:

– Bom e velho amigo na boa e na má fortuna.

Isso ninguém disse antes dele, porque os métodos políticos eram outros. Depois, ninguém diria; seria mera imitação. Ele ficou único na sua maneira de ser político. Inimitável. Carismático.

É assim que a sua figura volta. O homem simpático que Natal tantas vezes viu pelas ruas, sempre com a mão pronta para tirar o seu chapéu ao primeiro que encontrasse e o gesto largo de quem abraça mesmo de longe, fez escola sem deixar discípulos.

Sendo um dos últimos representantes da Primeira República, quase não pertencia mais à sua primitiva sistemática política ou à sua moldura *ruybarbosiana*.

Já estava em outra dimensão, sem perder, contudo, o que nele foi uma virtude jamais desmentida – a fidelidade aos amigos e ao seu Partido.

Emerge, hoje, do fundo dos tempos como um político moderno. Não como um cortejador de votos. Ou um populista curvado ao peso de promessas demagógicas. Ou um endeusador do povo como mito ou da juventude como força.

Tem por si a sinceridade de atitudes que não se contradisseram na sua essência. E, ao lado disso, a brava e heróica honestidade que fez dele, em todos os tempos, mesmo nos mais prósperos, um homem pobre, sacrificado. Mais de encargos do que de car-gos. Incapaz de se aproveitar do poder para enriquecer e para ostentar o brilho fugi dia daqueles a quem chamou "os moedeiros falsos da Democracia".

Seu governo foi um aprendizado político. As novas gerações, habituadas ao padrão antigo, começaram a ver nele um modelo surpreendente de governante, que se misturava com estudantes e operários, ia quase diariamente ao Café "Cova da Onça", deambulava sozinho pela Ribeira, depois do seu longo expediente em Palácio.

O autor deste ensaio várias vezes o viu no citado Café, entre políticos, conversando, discutindo, debatendo problemas do tempo.

Simples estudante de Preparatórios e da Escola de Comércio de Natal, dirigida por Alberto Roselli e Ulysses de Góes, não me aproximava dos grupos; ia conhecendo de longe políticos, advogados, magistrados, médicos, jornalistas, empresários, comerciantes – o mundo pequeno-burguês que ali se movia.

A história do "Cova da Onça", como a do "Grande Ponto" – para mencionar apenas os extremos sociológicos da cidade, dividida entre Xarias e Canguleiros – ainda não foi escrita com as minúcias que a crônica social reclama.

No seu livro – ***Natal que eu vi*** – Lauro Pinto faz a sua viagem um tanto sentimental pela cidade e registra a atividade cultural e política que se exercia em vários pontos, inclusive nos que aí estão mencionados. Já é um bom começo da crônica social natalense, que Luís da Câmara Cascudo esgotou na sua ***História da Cidade do Natal****,* valendo-se aqui e ali de depoimentos pessoais, cuja significação histórica é indiscutível.

José Augusto deixou a sua imagem de democrata como que impressa na cidade, oferecendo-se, talvez sem o perceber, ao julgamento do seu povo, que verdadeiramente amou e com o qual se identificou pela magia da sua popularidade.

Era o construtor de novos tempos. Abria o Rio Grande do Norte à civilização que vinha chegando com os primeiros aviões e com o voto feminino, até entregar o Estado a outro pioneiro - o Presidente **Juvenal Lamartine** - que, embora diferente, ia completar a obra de democracia e de antecipação progressista, que se consolidava pelo impulso irresistível do tempo novo e das novas coisas.

Participamos – nós, estudantes da época – dessa renovação que fazia de Natal um reduto do progresso, uma cidadela da comunicação aérea, que chegava vertiginosa.

Era alguma coisa de que não podíamos sequer suspeitar. O poeta **Jorge Fernandes** - o maior nome da poesia modernista no Rio Grande do Norte, redescoberto por **Veríssimo de Melo** – anunciava em alguns dos seus poemas as mudanças que começavam, quando se referia aos primeiros automóveis, o Ford de bigodes que ia ser o burro motorizado do sertão, seguido de perto pelo Chevrolet igualmente civilizacional.

O Dr. **José Augusto Bezerra de Medeiros** estava precisamente no ponto de inserção das velhas coisas com as novas. Ia caber-lhe o papel histórico de receber nas suas mãos o mundo que rasgava no céu as estradas das grandes inovações. Augusto Severo, mártir da aviação, marcava a cidade do Natal pelo seu trágico pioneirismo que, só na aparência, tinha sido derrotado pela fatalidade de um desastre.

Ninguém arrebataria ao Rio Grande do Norte o galardão dessa vitória, como de outras. Os primeiros aviões e o primeiro sufrágio feminino eram os sinais da civilização que nós, jornalistas iniciantes, íamos registrando nas nossas tímidas reportagens. Participávamos da História sem que o soubéssemos. Admirável mistério do tempo!

José Augusto e Juvenal Lamartine tiveram um destino comum no alvorecer desses novos tempos.

Inauguraram estilos políticos e administrativos que chegaram, muitas vezes, a chocar o espírito conservador ainda dominante, embora certos pioneirismos, como a fundação, em 1914, da Escola Doméstica de Natal, tenha sido um passo arrojado na estrada das conquistas liberais. Henrique Castriciano sempre foi contrário ao chamado "feminismo", que começava a agitar as elites intelectuais. Ele queria formar a mulher para o lar e não para a política, para uma competição com o homem. A mulher que o grande poeta pretendia criar não era a mulher competitiva, a mulher eleitora, a mulher no governo, e sim a mulher doméstica, preparada para dirigir a sua casa e educar os seus filhos.

Não era, portanto, o feminismo de **Nísia Floresta** que ele defendia e preconizava, embora admirasse tanto a escritora.

De resto, segundo pude perceber das conversas que tive com Henrique Castriciano, o que ele admirava em Nísia era mesmo a escritora, a poetisa, a comensal de filósofos como Augusto Comte – de quem chegou a ser quase que uma segunda Clotilde de Vaux – ou de poetas como Lamartine, ou de historiadores como Alexandre Herculano.

Henrique falava sempre no livro que pretendia escrever sobre Nísia Floresta Brasileira Augusta. Teria sido um livro definitivo esse que ele não deixou. A tarefa, com o êxito esperado, ia caber a **Adauto da Cmara** e, em síntese, a Oliveira Lima, em conferência pronunciada em Natal.

O artigo que Henrique publicou no ***Livro do Nordeste***, comemorativo do centenário do "Diário de Pernambuco", em 1925, não está à altura do grande escritor, ainda que seja, como de fato é, um estudo lúcido da forte personalidade de tão insigne mulher de letras.

Fonte: Extraído do Livro **José Augusto Bezerra de Medeiros, "Um Democrata"**, de autoria de Nilo Pereira. (págs. 47-52)

José Augusto Bezerra de Medeiros
"Um Democrata"

José Augusto Bezerra de Medeiros nasceu em Caicó, Estado do Rio Grande da Norte, em 22 de setembro de 1884, filha da Professor Manoel Augusta Bezerra de Araújo. e de Dana Cândida Olindina de Medeiros. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife, em 1905. Juiz de Direito, Político, Deputado durante mais de 40 anos, Governador do Rio Grande da Norte, Senador da República, Educador e Jurista, isso tudo é um pouco do muito da biografia de José Augusto. Espírita nobre, homem simples e humilde, alma pura e serena como o algodão do Caicó que ele amara. Teve a nobreza de um tribuno ou parlamentar e a simplicidade de um corretor de Seguras da Sul América quando vieram as "tempos de seca" de sua existência. José Augusto é de todos os tipos de algodão que a Seridó forneceu para o Brasil aquele que possuiu "uma fibra longa". Inspirado escrevera o poeta Carlos Drummond de Andrade: "*Foi dito que o algodão é uma das principais riquezas do Seridó, e isso porque a maior talvez seja mesmo o velho parlamentar José Augusto, democrata de melhor fibra. A longa tarimba da oposição não o tornou nem menos fiel aos seus princípios políticos, nem perante a vida e os homens menos humano e cordial*". E aqui está a última palavra de Drummond: "*Ó vós, que como o cronista, sois brasileiros e desconheceis o Brasil, lede de vez em quando livros como este*"'.

Este livro contou com o apoio da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte e da Secretaria de Cultura do Ministério da Educação e Cultura.

FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO

Observação

Solicitamos aos eventuais leitores que, caso disponham de outras informações que possam enriquecer este verbete, favor encaminhá-las à Fundação José Augusto através do seu Centro de Estudos e Pesquisas Juvenal Lamartine-CEPEJUL, situado na Rua Jundiaí, 641, Tirol, CEP 59020-120, ou, pelo E-mail fjacepejul@rn.gov.br

---

Manuel Moreira Dias

Manuel Moreira Dias nasceu no Recife, a 7 de abril de 1862, filho de José Antonio Moreira Dias e d. Joana dos Santos Moreira, Bacharelou-se em Recife na turma de 1886. Promotor publico da Maioridade (Marfins), Rio Grande do Norte, de 1886 a 1891. Secretário do Governo a 9 de abril de 1891. Chefe de Polícia, de 1º a 3 de julho de 1892. Juiz de Direito de Martins em 1892

Deputado Estadual nos biênios de 1892-94 e 1895·97, sendo Presidente do Congresso Legislativo Estadual.

Nomeado Desembargador no Superior Tribunal de Justiça do Estado, a5suilliu a 28 de julho de 1897.

Em 17 de dezembro de 1905 foi efeito vice-governador do Estado na vaga do dr. **Juvenal Lamartine de Faria** que passara para a Câmara Federal.

O desembargador Moreira Dias faleceu em Natal a 29 de dezembro de 1908.

Extraído do livro **Governo do Rio Grande do Norte**, 2ª Volume, de autoria de Luís da Câmara Cascudo. Mossoró-RN, Coleção Mossoroense, série "C", volume DXXXI, 1989.

Dinarte de Medeiros Mariz

(Um Embate de Titãs)

Dos primeiros passos ao impasse jurídico

O fundador do Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte, governador **Dinarte de Medeiros Mariz**, é norte-rio-grandense, de Serra Negra do Norte. Nasceu no dia 23 de agosto de 1903, filho de uma tradicional família do Seridó. Sua mãe foi Maria Cândida de Medeiros Mariz e seu pai Manoel Mariz Filho.

Quando criança ajudou o pai nas tarefas do campo e cursou o primário em Serra Negra do Norte com o professor Artéfio Bezerra, mas nunca deixou de estudar por conta própria. Era um autodidata. Ainda jovem ingressou no comércio, comprando e vendendo algodão, peles e couro. Em 1929, durante o governo de Washington Luís (1923-1930), comercializava algodão em Caicó, no Rio Grande do Norte, e ingressou na

Aliança Liberal – grupo político de oposição formado basicamente pelos partidos republicanos mineiro e gaúcho, pelo Partido Democrático (PD) paulista e pelo situacionismo paraibano, apoiando a candidatura de Getúlio Vargas e João Pessoa à Presidência e Vice-Presidência da República nas eleições de março de 1930.

Juvenal Lamartine de Faria, o então governador do estado, e **José Augusto Bezerra de Medeiros**, deputado federal, primos de Dinarte Mariz, apoiavam o governo de Washington Luís, cujo candidato Júlio Prestes foi eleito para a presidência. A derrota de Getúlio Vargas, agravada pelo assassinato de João Pessoa no mês de julho do mesmo ano, na cidade de Recife, foi o estopim para o movimento revolucionário de outubro de 1930. Ao final dessa revolta, no dia 24 de julho, o presidente Washington Luís foi destituído e, em três de novembro do mesmo ano, o líder civil do movimento, Getúlio Vargas, foi conduzido ao poder. Dinarte Mariz participou ativamente desta revolução no Rio Grande do Norte, colaborando, após sua vitória, com a junta governativa que administrou o estado entre os dias 6 e 12 de outubro de 1930.

Nomeado prefeito de Caicó, permaneceu no cargo até 1932, sendo o primeiro dirigente municipal indicado pelos revolucionários em seu estado. Nesse período, tornou-se um dos maiores comerciantes de algodão do nordeste. Em 1932, envolveu-se na Revolução Constitucionalista deflagrada no mês de julho em São Paulo. Foi preso por três vezes e recolhido à Casa de Detenção, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal do Brasil.

Retornando ao Rio Grande do Norte em 1934, fixou-se com uma firma de comércio e beneficiamento de algodão e fundou o jornal *A Razão*, o qual também dirigiu. Em 1933, organizou, junto com José Augusto Bezerra de Medeiros, o Partido Popular (PP), iniciando uma longa campanha contra o governo de Getúlio Vargas e o interventor **Mário Câmara**.

Em novembro de 1935, foi deflagrada no Rio de Janeiro, Natal e Recife uma insurreição comunista. Em Natal, no dia 23 daquele mês, os revoltosos instalaram um governo popular revolucionário que chegou a durar quatro dias. O movimento foi abafado com a decisiva participação de Dinarte Mariz, que reuniu uma coluna de aproximadamente 150 homens, além de tropas do Exército e efetivos das polícias dos estados vizinhos. No dia 27, com derrota dos revoltosos, o poder voltou às mãos do governador Rafael Fernandes, que atuou até o ano de 1943.

Vargas implanta o Estado Novo, em 1937, e passa a dirigir o país com poderes ditatoriais. O líder seridoense absolutamente contrário à postura do ditador afastou-se das lides políticas, voltando-se exclusivamente para seus negócios particulares. Em 28 de fevereiro de 1945, pela Lei Constitucional nº 9, foi estabelecido por Getúlio Vargas um prazo para convocação de eleições gerais no país, marcando oficialmente a aproximação do final do Estado Novo. A partir daí, vários partidos políticos se organizaram, entre eles a União Democrática (UDN) que, no Rio Grande do Norte, teve Dinarte Mariz como um de seus fundadores.

Getúlio Vargas foi, finalmente, deposto pelos chefes militares em 29 de outubro de 1945. Dinarte Mariz candidatou-se então a senador por seu estado à Assembléia Nacional Constituinte. No pleito de dois de dezembro desse ano não conseguiu ser eleito e, além disso, seu candidato à presidência da República foi derrotado pelo general Eurico Gaspar Dutra, lançado pelo Partido Social Democrático (PSD).

No ano de 1950, mediante um acordo com o governador José Augusto Varela, Mariz, que havia se candidatado ao governo do RN, concorda em retirar sua candidatura e decide concorrer novamente ao Senado Federal, pela legenda da UDN. Outra vez foi derrotado, nas eleições de três de outubro, por **Kerginaldo Cavalcanti**, do Partido Social Progressista (PSP). Também seu candidato à presidência da República, Eduardo Gomes, foi vencido desta vez pelo candidato da coligação PSP com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Getúlio Vargas. Mas a obstinação do líder seridoense não lhe permitiria desistir da vida pública. Em 24 de agosto de 1954, Vargas se suicida e, toma posse o seu vice, o norte-rio-grandense **João Café Filho**, líder do PSP do RN. Nas eleições de outubro do mesmo ano, Dinarte Mariz, favorecido por um acordo firmado com seu adversário, **Georgino Avelino**, elege-se senador como candidato da coligação UDN - PSP - PSD.

No ano seguinte (1955) lançou sua candidatura ao governo, pouco depois de haver assumido a cadeira no Senado Federal. Foi apoiado pelo então presidente Café Filho e no pleito de outubro desse ano foi eleito, derrotando **Jocelyn Villar de Melo**, do PSD, com expressiva margem de votos. Após assumir o governo do RN, em janeiro de 1956, Dinarte tornou-se alvo de grandes restrições no Congresso onde se instalou uma comissão visando à cassação da licença que havia tirado no Senado Federal ou a opção por um dos cargos que acumulava. Assim, em 12 de maio de 1956, Dinarte Mariz renunciou à cadeira de senador, optando por permanecer como governador do Rio Grande do Norte no período 1956-1961.

Dinarte Mariz foi o responsável pela criação da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (depois federalizada) e do Tribunal de Contas do Estado. Sobre este último diria o advogado e ex-deputado o **Paulo de Tarso**, em discurso por ocasião do recebimento da Medalha do Mérito Governador Dinarte Mariz, honraria atribuída pela Corte: "*Este Tribunal nasceu marcado por paixões, e foi ungido por batismo de fogo*"*!*

A sucessão do governador nas eleições seria marcada por lances de radicalismo explícito. O deputado Federal **Aluízio Alves**, antigo aliado político e companheiro de partido, pedira o apoio de Dinarte Mariz para concorrer. Recusando-se a apoiá-lo, o governador indicou o deputado federal **Djalma Marinho** como seu candidato. Os ânimos ficaram acirrados. Houve o rompimento formal entre os dois. E um sentimento de evidente animosidade pautou a campanha dominada por denúncias de irregularidades ocorridas no governo do estado. E Alves acabou derrotando Djalma, tomando posse em janeiro de 1961.

Dinarte Mariz e Aluízio Alves foram dois líderes carismáticos e que marcaram época pelas campanhas políticas, em que ocorriam mobilizações de massas jamais registradas. Um entusiasmo que beirava o fanatismo, com os eleitores fazendo questão de exibir de algum modo o "verde" ou o "vermelho", as cores que caracterizavam os concorrentes.

Em 1962, no governo do presidente João Goulart, Dinarte Mariz voltou ao Senado eleito pelo voto popular. Foi reeleito outras duas vezes, em 1970 e 1978, totalizando quatro mandatos pelo Rio Grande do Norte.

Faleceu ainda no exercício do mandato no dia 9 de julho de 1984, em Brasília-DF, deixando a imagem de um homem elegante e afável que, por mais de 50 anos, preocupou-se, sobretudo, com a sua terra. Seu

corpo foi recebido em Natal com honras de estado sendo velado no Palácio Potengi. O governador **José Agripino Maia** decretou luto oficial e milhares de pessoas lhe prestaram as últimas homenagens. Dinarte Mariz foi sepultado no cemitério público de Caicó, após Missa solene concelebrada na Matriz de Santana. O Arcebispo Emérito de Natal, Dom **Heitor de Araújo Sales** era o Bispo de Caicó.

No TCE-RN, como um gesto de gratidão e respeito dos que integram a Corte de Contas, o seu busto foi colocado na entrada do edifício. Outra homenagem do próprio Tribunal potiguar foi a criação da Medalha do Mérito que, com o seu nome, é atribuída pela Corte de Contas a personalidades do estado.

Fonte: Extraído do livro "**TCE Conta Sua História**", 2007. (págs. 40-44)

Augusto Tavares de Lira

De 25-03-1904 a 05-11-1906

por **João Batista Machado**

Augusto Tavares de Lira[(1)], genro de Pedro Velho, advogado, 32 anos, também foi beneficiado pela reforma constitucional de Ferreira Chaves, a qual reduziu, de 35 para 25 anos, a idade para se chegar ao governo do Estado. Governou o Estado com "mão de ferro" durante os dois anos em que esteve no exercício do poder. Sufocou a oposição, empastelou jornais e mandou espancar adversários políticos.

No governo Tavares de Lira foi criado o Banco de Natal, e o seu primeiro presidente foi o coronel Olympio Tavares, primo do governador. Deste banco, as famílias Albuquerque Maranhão e Tavares de Lira detinham 37% das ações. Entre os 113 acionistas, 22 pertenciam a ambas. Era praticamente um banco familiar, cujas ações dividiam-se entre amigos.

Convite

Ao visitar o Rio Grande do Norte, em 1906, o presidente da República Afonso Pena, que fazia uma viagem pelo Nordeste, gostou de Tavares de Lira e o convidou para ser ministro da Justiça e Negócios Interiores. Por insistência de Pedro Velho, ele aceitou o cargo e renunciou ao mandato de governador do Rio Grande do Norte. A exemplo do que praticara no governo, levou para o Ministério vários parentes.

Tavares de Lira foi ainda deputado federal (antes de chegar ao governo), governador do Estado por dois anos, ministro da Justiça, senador da República, por duas vezes ministro interino da Fazenda, ministro da Viação e Obras, ministro do Tribunal de Contas da União, tendo chegado à sua presidência.

Graças à sua atuação nos governos Afonso Pena e Wenceslau Braz, tomou-se um nome de prestígio nacional, não somente pelo saber jurídico, mas pela competência de administrador nos altos escalões da República. Intelectual, historiador, jurista e professor, Tavares de Lira faz parte da história do Rio Grande do Norte corno um dos seus filhos mais ilustres

Historiador

É autor de um clássico chamado "**História do Rio Grande do Norte**", edição esgotada, mas reeditada agora pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, sob a presidência do advogado Enélio Lima Petrovich, que fez o prefácio. Tavares de Lira é autor de mais de 70 obras publicadas entre plaquetes, folhetos e livros, o que atesta seu vigor intelectual.

O historiador Rocha Pombo, ao escrever-lhe urna carta agradecendo o livro "**História do Rio Grande do Norte**", afirmou em certo trecho: "*Minhas respeitosas saudações, volto hoje a renovar meus agradecimentos pelo magnífico brinde que se dignou a fazer-me, do exemplar de seu novo livro "História do Rio Grande do Norte". Acabo de não apenas ler, mas de estudar as excelentes e magistrais lições que V. Excelência, neste esplêndido volume, reuniu*".

Jurista

Além de político e historiador, Tavares de Lira foi um notável jurista, com trabalhos publicados nas principais revistas especializadas em Direito. Seus pareceres eram acatados e respeitados por sua cultura jurídica. Quando o presidente Afonso Pena passou por Natal e convidou-o para o cargo de ministro da Justiça, já trazia informações favoráveis sobre o jovem advogado, que, aos 32 anos de idade, já se tornara governador. Com sua renúncia terminou o primeiro ciclo oligárquico na política do Rio Grande do Norte.

Foi o fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, dotando-o de sede própria no seu governo, que durou apenas dois anos. Constam ainda, como realizações suas, a praça Augusto Severo e a sede do Poder Legislativo, atual sede da OAB-RN, na Ribeira. Tavares de Lira desfrutava de prestígio nacional, tendo sido amigo de Hermes da Fonseca, Wenceslau Brás, Miguel Calmon, Barão do Rio Branco e de Rui Barbosa. A este último assessorou, juridicamente, com muita competência, durante os litígios fronteiriços do Rio Grande do Norte com o Ceará.

Tavares de Lira nasceu em Macaíba, em 25/12/1872, e faleceu no Rio de Janeiro, em 02/12/1958.

[(1)] Vice-governador: **Juvenal Lamartine de Faria**, que renunciou ao mandato por ter sido eleito deputado federal.

Fonte: Extraído do livro "**Perfil da República no Rio Grande do Norte (1889-2003**)", de autoria do jornalista e historiador João Batista Machado (págs. 51-57)

Manuel Moreira Dias

por **Luís da Câmara Cascudo**

Moreira Dias nasceu no Recife a 7 de abril de 1862 e faleceu na cidade do Natal a 29 de dezembro de 1908.

Bacharelou-se em Direito em 1886 e neste mesmo ano assumiu a Promotoria Pública da comarca da Maioridade (Martins) até 1892 quando foi nomeado Juiz de Direito da mesma.

Secretário do Governo em 9 de abril de 1891. Chefe de Polícia em julho de 1892.

Eleito deputado à Constituinte e Legislatura ordinária de 1892-1894, foi segundo secretario do Congresso em 1892, primeiro em 1893 e 1894. Reeleito para a legislatura de 1895-96-97 elegeram-no Presidente do Congresso Estadual em 1895 e 1896. Renunciou o mandato, assumindo o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça a 28 de julho de 1897.

Em 1905 foi eleito vice-governador do Estado, 17 de dezembro, na vaga de **Juvenal Lamartine de Faria** que fora eleito Deputado Federal. Nesse caráter governou o Rio Grande do Norte de 5 de novembro de 1906 a 23 de fevereiro de 1907 por ter o governador **Augusto Tavares de Lyra** renunciado o mandato e aceitado o cargo de Ministro da Justiça no governo do presidente Afonso Pena.

Magistrado e homem público deixou a impressão tranquila de um temperamento equilibrado e justo, meticuloso, exato cumpridor de deveres, dedicado e tenaz. No Tribunal de Justiça mereceu de seus pares a eleição para Presidente em dois anos sucessivos.

Presidira o Legislativo, o Executivo e o Judiciário...

Fonte: CÃMARA CASCUDO, Luís da. **Uma História da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte. Natal-RN**, Fundação José Augusto, 1972. (págs. 425-426)

Agradecimento

Oswaldo Lamartine de Faria

Meus amigos:

Que minhas primeiras palavras sejam de agradecimento ao escritor Nilo Pereira pela generosidade de sua fala moldada em alfenim de amizade. E também para esta casa e as casas que hoje aqui se ajuntaram num mutirão de saudade — pois todas eram também suas casas.

Os depoimentos sobre os muitos eles que vivam nele, na fala e na pena de José Augusto, Dinarte Mariz, Cascudo, Edgard Barbosa, Veríssimo de Meio, Paulo Viveiros, Hélio Galvão, Manoel Rodrigues, Djalma Marinho, Bertha Lutz e Aluízio Alves — já se encontram na Fundação José Augusto para virar letra de forma.

Cada homem que passa deixa para as gerações vindouras sementes, mudas ou árvores plantadas do seu trabalho. É a herança que recebemos dos que dobraram a curva da estrada

Semeando braúnas ou coentro, chantando marcos de granito ou riscando os chãos em dunas de areia. Assentando posses com mourões de aroeira ou apenas fincando forquilhas para suster uma latada onde descansar as canseiras do viver. Apascentando rebanhos ou tangendo sonhos. Divulgados ou inéditos — na fala, no traço ou no rabisco. Lembrados ou deslembrados... Cada homem que passa — dizia eu — fez como pôde ou como soube os rastros que nortearam os seus rumos.

E como dizer aos que estão chegando: eles eram assim — sem tropeçar nos cipós da afetividade? Reconstituam o tempo em que viveu, o minguado orçamento do Estado, a sua geografia sócio-econômica, a presença mirim dos órgãos federais, a ausência de escolas superiores e a inquietante previsão metereológica da política nacional em tempo de sucessão. Pesem, meçam, e analisem. Como teria sido o seu governo deslocado no tempo para antes ou depois de 1930? O que ele fez, sem aumentar impostos nem contrair empréstimos, tentou fazer ou deixou de fazer. E, sem fel, ranço, açúcar nem afeto — concluam: se foi um acomodado, um retrógrado ou um antecipado...

Este é o testamento que ficou para cada um de nós. E que Deus nos permita saber rastejá-lo, segui-lo ou compreendê-lo — mas sobretudo acrescentá-lo.

E é esta a nossa gratidão a cada um de vocês — pessoa ou instituição — que hoje veio aqui para lembrar o seu nome.

Muito obrigado,
Oswaldo Lamartine de Faria

Nata4 9 de agosto de 1974.

Lido da Sessão Comemorativa do centenário de Juvenal Lamartine de Faria, salão nobre da Academia Norte-rio-grandense de Letras, promovida pela Academia. Instituto Histórico, Escola Doméstica de Natal (Liga do Ensino), Fundação José Augusto e Maçonaria.

A Abolição antes da Lei Áurea

Almino Affonso
especial para a Folha

Acrônica que evoca a campanha abolicionista não parece ter espaço para fazer justiça aos que, valendo-se da pressão social como instrumento de luta política, lograram romper os grilhões do cativeiro cinco anos antes que a Lei Áurea fosse assinada pela princesa Isabel, num gesto de audácia que precisa ser lembrado, sobretudo pela lição que nos deixou. À frente das Províncias, numa façanha pioneira, está o Ceará. O próprio governo instituíra, em 1868, por meio da lei nº 1.254, um "fundo especial de 15 contos de réis por ano, para a manumissão de cem escravos que fossem nascendo e levados à pia batismal, de preferência do sexo feminino". E as organizações libertárias, que foram se constituindo, cumpriram um papel propulsor, como a "Sociedade Perseverança e Porvir", o "Centro Abolicionista 25 de Dezembro", a "Sociedade das Senhoras Libertadoras". Por sua vez, a "Sociedade Cearense Libertadora", fundada em 1880, se propunha, com enorme audácia, libertar os escravos por todos os meios ao seu alcance. As Sociedades Libertadoras, além da pregação política, se entregavam à tarefa de obter a alforria de escravos, pela pressão social junto aos escravocratas, pela campanha para angariar fundos e comprar escravos, ato contínuo libertando-os, e pela articulação da fuga de escravos, dando-lhes guarida e defesa, inclusive transferindo-os de uma Província para outra. O jornalista José Lino da Justa, na série de artigos "Vultos da Abolição no Ceará" (que remontam a 1938), revela quanto ousava a ação libertadora: "Aqui, em Fortaleza, chegavam até a arrebentar, de bordo dos vapores, escravos que em trânsito procediam do Norte".

Abolição em uma vila

Nesse contexto, não cabe estranhar que, a 27 de janeiro de 1881, os jangadeiros, tendo à frente Francisco José do Nascimento, tenham assumido a responsabilidade histórica de proclamar: "No porto do Ceará não se embarcam mais escravos!". O governo, por todos os meios, tentou esmagar o movimento.

Mas tudo em vão: os jangadeiros haviam abolido de fato o tráfico de escravos no Ceará.

Nada mais podia deter o movimento emancipador. A "Sociedade Cearense Libertadora" decidira, num gesto emblemático, alforriar todos os escravos de Aracape. Vale dizer -e aí a força do símbolo-, abolir a escravidão na pequena vila... A comissão da "Libertadora", composta de João Cordeiro, Almino Affonso,

Antônio Martins e Frederico Borges, que visitara Acarape em novembro de 1882 -incumbida da pregação-, empolgou a cidadania.

Assim, quando se instalou o ato libertário, a 1º de janeiro de 1883, com a presença de José do Patrocínio (que viera do Rio de Janeiro para o evento) e das mais significativas lideranças do Ceará, foram distribuídas as últimas cartas de alforria.

Assim, quando se instalou o ato libertário, a 1º de janeiro de 1883, com a presença de José do Patrocínio (que viera do Rio de Janeiro para o evento) e das mais significativas lideranças do Ceará, foram distribuídas as últimas cartas de alforria. *Na pequenina vila, que logo mais se chamaria Redenção, todos se tornaram homens livres! Na verdade, rompera-se a cadeia da escravatura no elo mais frágil... Não obstante as dimensões de Acarape, a repercussão política daquela manhã foi enorme. Joaquim Nabuco, em carta da Inglaterra, arrebata-se: "O Ceará é maravilhoso. Parece incrível que essa Província faça parte do Império. Acarape é mais do que um farol para todo o país; é o começo de uma pátria livre". Raul Pompéia, o grande romancista, derrama-se em louvores: "O Acarape começa. Vai nascer o futuro". De volta ao Rio de Janeiro, José do Patrocínio denomina o Ceará de "Terra da Luz".*

Desafio à ordem

Na verdade, Acarape representou um desafio à ordem constituída. E um exemplo a ser seguido. Não tardou muito e Fortaleza, a 24 de maio de 1883, também ousou libertar seus escravos. Pelo interior afora, a correnteza abolicionista já não é contida. Cidade por cidade, todas se orgulham de lavar-se do opróbrio escravagista. Até que, a 25 de março de 1884, o presidente da Província -dr. Sátiro de Oliveira Dias- declara solenemente:

"A Província do Ceará não possui mais escravos!". Os canhões da Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção reboaram, os sinos repicaram: "É indescritível então o que se passou!". Segundo Manoel Onofre, os matutinos, em suas edições especiais, teceram "homenagens aos vultos abolicionistas mais atuantes, notando-se o relevo dado à personalidade de João Cordeiro e à de Almino Affonso, entre os primeiros e outros denodados companheiros".

Raimundo Nonato, por sua vez, destaca a contribuição do combativo rio-grandense-do-norte: "Fato que não padece dúvida é que toda a campanha abolicionista do Ceará teve na palavra de Almino Affonso um dos seus elementos decisivos, senão sua principal figura pelo entusiasmo com que empolgava a Terra da Luz".

Efeito moral e político

Vale insistir: quatro anos antes da Lei Áurea, a Província do Ceará, pela vontade política e social de seu povo, tornou-se pioneira na abolição da escravatura. Joaquim Nabuco em Paris, em 1900, fez justiça a essa raça de lutadores: "A emancipação do Ceará foi o acontecimento decisivo para a causa abolicionista. O efeito moral da existência de uma Província livre, resgatada e desde então fechada para a escravidão foi imenso; o efeito político, imediato!". Ao impulso da maçonaria, fora organizada em Mossoró (RN), a Sociedade Libertadora Mossoroense, sob a liderança de Joaquim Bezerra da Costa Menezes, Romualdo Lopes Galvão, Miguel Faustino do Monte e Francisco Romão Figueira.

Ainda se ouviam as ressonâncias de Acarape e Fortaleza quando Mossoró, a 30 de setembro de 1883, também engalanou-se para declarar-se livre da escravidão. Foram sete dias de festa. Com a presença de Almino Affonso, que viera de Fortaleza para compartir com seus conterrâneos aquele momento de grandeza, o presidente da Sociedade Libertadora Mossoroense -Joaquim Bezerra da Costa Mendes- fez a declaração histórica: "Mossoró está livre: aqui não há mais escravos!".

Sem desmerecer a contribuição de tantas outras lideranças, os que se têm dedicado à história da Abolição em Mossoró são unânimes em reconhecer em Almino Affonso o condutor daquela jornada, sobretudo pela sua palavra dominadora. Câmara Cascudo, por exemplo, na sua "História do Rio Grande do Norte", interpreta esse fascínio coletivo: "Almino Affonso surgia para a multidão como seu predestinado, um super-homem, um semideus". E linhas adiante: "Na abolição de Mossoró, Almino, que fora para magna cearense, passara a fronteira e conquistara a idolatria com sua voz estentórica, reboante e vastíssima".

A irradiação do movimento abolicionista também se antecipara na Província do Amazonas. A Sociedade Emancipadora Amazonense, fundada em 1870, da qual foi presidente Tenreiro Aranha, de longe cumpria o seu papel de proselitismo. E o próprio governo, amparado na lei de 24 de abril de 1884, "consignou a quantia de 30 contos de réis, num orçamento de 2.500 contos, para completar as alforrias, ao mesmo tempo proibindo a entrada de novos escravos na Província do Amazonas".

A 1º de maio de 1884, fora constituída, em Manaus, a "Sociedade Emancipadora 25 de Março". Almino Affonso, que há pouco chegara do Ceará, incorpora-se à campanha abolicionista no Amazonas, ao lado de figuras proeminentes da Província, como Lima Bacury José Paranaguá, Leonardo Malcher.

A 24 de maio de 1884, Manaus libertou seus escravos. Segundo Robério Braga, jovem e brilhante historiador amazonense, foi "da maior relevância o desempenho de Almino Affonso e Gentil Rodrigues de Souza", inclusive na obtenção de recursos para alforriar os escravos que ainda restavam nas senzalas.

Por fim, a 10 de julho de 1884, o presidente da Província, dr. Theodureto Souto, proclama a emancipação dos escravos no Amazonas: "Ficando assim, e de hoje para sempre, abolida a escravidão e proclamada a igualdade dos direitos de todos os seus habitantes".

Antecipando-se às demais Províncias, o Ceará, o Amazonas e o Rio Grande do Norte souberam plantar a sementeira da igualdade social, muito antes que a Lei Áurea ousasse fazê-lo. É hora de reconhecer-lhes essa façanha histórica.

Antecedentes da Revolução de 30 no RN

A Revolução de 1930 ocorreu num período em que o Brasil passava por mudanças políticas, sociais e econômicas decisivas para a história contemporânea do país. Tais mudanças se processavam com maior rapidez nos anos 20 e 30, quando se colocaram em questão as forças do poder da classe dominante, que se utilizavam de mecanismos antidemocráticos para se manter no poder: o voto não era secreto, atas eleitorais eram, via de regra, falsificadas, existia a proibição do voto às mulheres e analfabetos etc.

O desenvolvimento do país possibilitou o surgimento de novas atividades econômicas e, conseqüentemente, a consolidação de regiões não diretamente ligadas ao café. Surgem novas forças sociais: a burguesia industrial, que aliou-se aos grupos dominantes tradicionais, interessada em conter os movimentos operários; uma pequena burguesia atenta aos seus direitos; e um movimento operário organizado, que utilizava a greve como instrumento de defesa. O surgimento dessas novas forças sociais evidenciou a inadequação da então forma de domínio político para o desenvolvimento do país.

A pressão por mudanças na ordem política e sócio-econômica partia de vários grupos: dissidentes dos partidos das classes dominantes, operariado, completando-se com o movimento tenentista que agia no sentido de desalojar do poder a tradicional elite política. A oposição ao governo federal reuniu-se na Aliança Liberal.

As formas de poder da classe dominante gerava uma insatisfação popular que se estendia aos governos dos Estados. No Rio Grande do Norte, ocorria a oposição entre a "política do Agreste" e a do "Seridó". Os coronéis do Seridó haviam apoiado a reação contra a oligarquia dos Maranhão e, mais tarde, apoiado a ascensão de José Augusto e de Juvenal Lamartine, que governava o RN na época da Revolução. Entretanto, os conflitos entre as facções da classe dominante acabavam em "arranjos entre vencidos e vencedores", enquanto que os conflitos entre os grupos no poder e a oposição (aliadas às classes populares) acabavam em repressão.

Em 1930, o governo de Juvenal Lamartine tinha fechado os sindicatos operários e a imprensa da oposição havia sido proibida, enfim, o governo havia silenciado a oposição. Em meio a um clima de instabilidade econômica surge a questão da sucessão estadual. O nome cotado pela oposição era o desembargador Silvino Bezerra Neto, que rompera com Juvenal Lamartine, em 1929, durante a campanha presidencial. No entanto, a campanha é interrompida quando a 03/10/1930, a Revolução explode no Rio Grande do Norte.

Com a Revolução os governantes estaduais são depostos pelos "tenentes". No RN começa uma disputa pelo poder onde a Aliança Liberal do Estado fica dividida em torno dos nomes Café Filho e de Silvino Bezerra Neto para o governo. Para resolver a questão é instituída uma Junta Governativa Militar que garantiu a ordem pública e consolidou a mudança de poder. Sendo, por fim, escolhido para presidente provisório do Estado o Dr. Lindolfo Câmara.

Mas, como o mesmo estava ausente, foi substituído interinamente pelo Dr. Irineu Joffily que cuidou de reformar os costumes políticos, apurando e instaurando inquéritos de atos políticos ocorridos na Velha República, além de tentar reduzir as despesas e o corpo de funcionários.

Joffily fundou também a Legião Revolucionária que tinha como objetivo garantir as instituições e restaurar os princípios republicanos".

FONTES:
SILVA, J. de A; SILVA, S. E. da e PEREIRA, R. B.; SANTOS, A J. dos e ARAÚJO, W. G. A Revolução de 30 no RN. História do RN n@ WEB [On-line]. Available from World Wide Web: www.seol.com.br/rnnaweb
Referências Bibliográficas
SPINELLI, José Antônio. Getúlio Vargas e a Oligarquia Potiguar: 1930/39. Natal: EDUFAN, 1996.
** Fonte: www.seol.com.br*

O episódio de 1927

Luís da Câmara Cascudo

Sobre a onipotência do chefe político e as possibilidades da manufatura eleitoral decorrente correu em 1927 uma anedota. Inverossímil naturalmente, vale como sátira popular, manifestação espontânea da critica anônima que não teria outra forma de materializar-se.

O presidente José Augusto Bezerra de Medeiros fez publicar n“A República” a chapa do Partido Republicano Federal para uma vaga no Senado e três na Câmara Federal. Vinham os nomes de **Juvenal Lamartine**, para senador, Rafael Fernandes Gurjão (reeleito), Augusto Leopoldo Raposo da Câmara e Dioclécio Dantas Duarte para deputados. Houve um movimento de reação, no Rio de Janeiro, e apareceu um manifesto dos oposicionistas coligados, com as assinaturas de Ferreira Chaves, Augusto Tavares de Lyra, Eloy de Souza, João de Lyra Tavares, Georgino Avelino e Alberto Maranhão, lembrando ao presidente o esquecido compromisso da reeleição e que iriam pleitear à “justiça das urnas”. O presidente José Augusto respondeu em série de artigos, negando compromissos imaginários e historiando episódios(*). Delírio pelo Estado. Manifestações, discursos passeatas, bandas de música. Todos os chefes políticos telegrafaram ao presidente hipotecando solidariedade absoluta. Entraram imediatamente em ação, como corpo de bombeiros, os amigos do Rio de Janeiro. Acomodação, conversas, convênios, ajustes. Uma convenção do P. R F. homologou o acordo. Nota da comissão executiva do PRF, divulgando a chapa oficial. Juvenal Lamartine continuava candidato a senador e a deputados Rafael Fernandes e Dioclério D. Duarte. Da antiga coligação eram candidatos a senador, na renovação do terço, João de Lyra Tavares e a deputados Alberto Maranhão e Eloy de Souza. Este cedera sua cadeira no Senado e voltara à Câmara dos Deputados. Também Juvenal seria o futuro presidente do Estado, O presidente José Augusto concordou, mas todos sabiam que ficara fervendo pelo lado de dentro. A renúncia de Eloy ao Senado facilitava a rearrumação.

Veio o dia da eleição, 24 de fevereiro de 1927. Um telegrama apócrifo, assinado pelo presidente do Estado para os chefes políticos de Luis Gemes, Portalegre, São Miguel. Pau dos Ferros, Caraúbas, Apodi, Augusto Severo, Martins e Patu, mandava *descarregar* a votação discretamente em João Café Filho, candidato avulso. Como ninguém acreditava que o presidente estivesse de lua de mel com os adversários da véspera e

embora o ato não fosse possível ao seu caráter, o caso é que Café Filho obteve votação vultosa, superior aos candidatos oficiais. Chegou a resultados vivos.

Aqui começa a anedota. Contava-se ter o presidente sabido da existência do telegrama porque um chefe político, relativamente próximo à capital, telegrafara lamentando pesaroso já não lhe ser possível atender às ordens de Sua Excelência, porque.., a eleição fora feita! Na véspera, tranqüila, serena, soberanamente, reunira alguns amigos e procedera ao pleito com a autoridade, a naturalidade, a espontânea garantia da tradição onipotente. Ë uma anedota esquecida, mas constitui elemento probante da verve popular e anônima na espécie.

(*) Ver “A República” de 21 a 28 de janeiro de 1921, manifesto dos coligadas, resposta do presidente José Augusto, telegrama dos chefes políticos do Estado, e mais o número de 27 de fevereiro onde há um rápido registro do famoso telegrama e a votação dos candidatos oficiais e de João Café Filho no Oeste.

CASCUDO, Luís da Câmara. Uma História da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte. Fundação José Augusto, 1972. Págs. 38 / 40.

Discurso do Deputado José Ferreira de Souza

(na Câmara, no dia seguinte ao assassinato do agrônomo Octávio Lamartine, Pela Polícia do Estado) (14.02.35)

José Ferreira de Souza
(Do Jornal “A Razão”, 20-02-35).

O Sr. Ferreira de Souza: Peço a palavra, pela ordem.

O Sr. Presidente – Tem a palavra pela ordem, o nobre Deputado.

Sr. Ferreira de Souza. Sr. Presidente, em dias de dezembro do ano passado, a requerimento meu, a Câmara pediu ao Sr. Ministro da Justiça remetesse informações a respeito dos fatos políticos do Rio Grande do Norte, transcrevendo toda a correspondência trocada entre esse Ministro e o Interventor, então o Ministro e particulares, inclusive associações; o relatório apresentado pelo observador do Governo Federal, enviado para acompanhar o pleito de 14 de outubro, e tudo mais que pudesse interessar à serena apreciação da contenda potiguar.

A Câmara atendendo a relevância da matéria e obedecendo a orientação do nobre e digno líder da maioria, aprovou como disse, tal requerimento, havendo a Mesa oficiado ao auxiliar do Presidente da República. Entretanto – esta, a reclamação que desejo fazer a V. Excia., até hoje o sr. Ministro da Justiça, ou o Gabinete que o serve, não se dignou enviar à Câmara dos Deputados as informações pedidas.

O sr. João Vitaca – Aliás, é sempre assim. Tem ocorrido o mesmo quanto a muitíssimos outros casos.

O sr. Ferreira de Souza - ... de modo a que ficasse esclarecido o País no tocante as lamentáveis realidades da vida política do Rio Grande do Norte.

O sr. Leandro Pinheiro - Tal como se dá no meu Estado.

O sr. Ferreira de Souza – Esta atitude de negligência, que podemos dizer muçulmânica; esta atitude de silêncio, do descaso, por parte do Governo da República, relativamente aos crimes que desenrolam na minha terra, vem dando resultados trágicos, terríveis. Não é de pouco tempo que eu chamava a atenção do próprio sr. Presidente da República, para as conseqüências da luta política que se esboçava no Rio Grande do Norte. Não é de ontem que, nas minhas conversas com o sr. Ministro da Justiça, mostrava eu a s. excia. os perigos que ameaçavam a liberdade e os demais direitos dos norte-rio-grandenses. Não é de pouco tempo que a própria Câmara vem ouvindo – e o tem feito bondosamente – as minhas palavras de protesto, aliás, junto às autoridades, no sentido de que tomem providências ante a situação irregular, ante a situação criminosa, triste, condenável e grandemente deprimente para os nossos foros de Nação civilizada, verificada no seio do meu Estado.

A desídia do Governo, a indeferença do sr. Presidente da República, em face das ofensas aos direitos mais elementares dos cidadãos em minha terra, inclusive o direito de viver, deu resultado o mais doloroso e trágico que se possa imaginar.

Ontem, a Polícia do Rio Grande do Norte completou o quinto assassínio contra filiados do Partido Popular.

O sr. Adolpho Bergamini – É uma tristeza!

O sr. Ferreira de Souza – Quem caiu agora baleado pelas armas facínoras dos sicários, que hoje servem à Polícia do meu Estado, não foi pessoa de pouca consideração na vida social do Rio Grande do Norte; não foi correligionário obscuro!

O sr. Adolpho Bergamini – Aliás, fosse qual fosse.

O sr. Ferreira de Souza – Naturalmente. Estou de acordo com v. ex. Quem caiu foi um moço de grande realce na minha terra; foi um laureado na Escola Agrícola de Lavras, do Estado de V. Ex. sr. Presidente, a quem o Governo Federal premiara anos atrás com a viagem de estudos especiais aos Estados Unidos; foi um especialista em algodão, dos mais conhecedores da matéria; foi o Chefe do Serviço do Algodão do Rio Grande do Norte, chefe que, apesar de filho de um ex-Presidente do Estado, o sr. **Juvenal Lamartine**, não pôde ser acusado pela Revolução do menor desvio no cumprimento do seu dever, e isso apesar das célebres comissões de sindicância, constituídas até por inimigos seus.

Sr. Presidente, esse moço, Octávio Lamartine – como disse, jovem de grande relevo cultural – quando o Governo lhe perseguiu a família, quando lhe retiraram os cargos, em cujo exercício estava, teve a coragem necessária para se recolher a uma fazenda do Nordeste, cheia de pedras e assolada pelas secas, para aí trabalhar como um forte e um herói. Fazia transcorrer a sua vida com honestidade, com dignidade, cultivando algodão, criando gado, contribuindo, assim, para o enriquecimento da nossa terra, ao tempo em que dava exemplos de elevação moral à própria mocidade que pertencia.

Era um homem de bem! A Polícia do Rio Grande do Norte, porém, com a cumplicidade direta ou indireta, imediata ou mediata do sr. Presidente da República.

O sr. Sampaio Correia – Pelo menos, com a sua indiferença criminosa.

O sr. Ferreira de Souza – A Polícia do Rio Grande do Norte, que desconhece as pessoas de bem, o tem, covardemente – como sempre precede, porque é constituída de bandidos piores evidentemente do que o próprio "Lampeão", porque este, ao menos, é mais bravo, pois arrisca a vida nos combates em que se empenha – covardemente, repito, não só, primeiramente, prendeu, na própria fazenda, o sr. Octávio Lamartine, como, depois, o matou, bárbara e indignamente!

É triste que um Deputado, novo na Câmara dos Deputados, num começo de regime revolucionário...

O sr. Domingos Velasco – E quando se vai votar a lei de Segurança.

O sr. Ferreira de Souza - ... que acreditava em alguma coisa mais de que a realidade interesseira dos políticos do País, tenha de se erguer contra a nossa a nossa civilização e mostram um estado social de atraso profundamente lamentável para a vida do Brasil.

Sr. Presidente – Vou ler um telegrama que recebi, passando, em seguida, à taquigrafia, a fim de que seja transcrito no meu discurso, telegrama que me foi dirigido pelo nobre deputado Alberto Roselli:

"Octávio Lamartine assassinado pela polícia esta tarde momento ser preso fazenda Ingá. Vários amigos nossos foragidos; outros seqüestrados lugar ignorado, havendo receio desaparecimento. Situação verdadeiro desespero – a) Roselli".

O sr. Odon Bezerra – Recebi também um telegrama, que passo às mãos de v. ex. documentar bem os fatos.

O sr. Ferreira de Souza – O sr. Deputado Odon Bezerra, como já declarei à Câmara, é absolutamente insuspeito em relação aos atuais fatos políticos do Rio Grande do Norte porque foi s. ex. o poderá confirmar – até poucos dias, um dos amigos da situação do Rio Grande do Norte. É sua ex. que me passa um outro telegrama, que eu já conhecia, e que está assinado por pessoa absolutamente insuspeita, o sr. Tenente Adauto, oficial digno e brioso, comandante da primeira Bateria de Costa, de João Pessoa, e que se acha, agora, no Jardim de Seridó.

O sr. Presidente -.- Peço ao nobre orador que pediu a palavra pela ordem, que encerre as suas considerações.

O sr. Ferreira de Souza – Vou ler ainda, sr. Presidente este outro telegrama:

"Eleições aqui correndo sob maior pressão; agressões continuadas; empiquetamento estradas fazendo terrores aos eleitores que não podem comparecer urnas.

Agora mesmo chegou portador Acari pedir proteção força federal que nada pode fazer por estar disposição juiz faccioso. Foram seqüestrados ontem noite cinco eleitores influência Partido Popular localidade Carnaúba município Acari em virtude eleição ali próximo Domingo. Necessário providencias urgentíssimas amparar população inerme que vive sofrendo maiores horrores bandido a oficiais revivendo época sombria imperadores romanos. a) Adauto."

O sr. Presidente – Devo lembrar ao nobre Deputado que há oradores inscritos para explicação pessoal, os quais serão prejudicados pela permanência demorada de v. ex. na Tribuna. Aliás a palavra foi concedida pela ordem...

O sr. Ferreira de Souza – Realmente, sr. Presidente, pedi a palavra pela ordem e falo, no momento, pela ordem não a regimental, mas pela que mais nos deve interessar – a ordem do Brasil. Não é possível que a letra fria do Regimento possa impedir que se manifestem os Deputados do Brasil, nesta hora trágica do País! Mas vou terminar, sr. Presidente.

O oficial que assina este telegrama é insuspeito aos Partidos Políticos do Rio Grande do Norte. É um Tenente do Exército, aquartelado atualmente na Paraíba, e que acompanhou um seu amigo para poupá-lo da sanha desses bandidos e assassinos.

Sr. Presidente – É nessa situação de desespero que está o Rio Grande do Norte vivendo.

E tudo isso, por quê?

Porque nas eleições primeiras ocorridas naquele Estado, no Município de Acari, enquanto o Partido Popular obtinha seiscentos e oitenta votos o Governo conseguiu apenas cento e dezoito. Esta a razão. Um Tribunal faccioso composto de Juizes ultimante colocados na Côrte de Apelação do Estado pelo próprio Interventor, resolveu anular as eleições do Rio Grande do Norte para dar lugar a esse espetáculo, a essa trama inominável, a essa tragédia a que estamos assistindo.

Por tudo isso, sr. Presidente, venho apelar para v. ex. não só como Presidente da Câmara, mas como Chefe que foi da Aliança Liberal aquele que acenou a todos nós moços a fim de que nos filiássemos a esse movimento de restauração da liberdade e da ordem jurídica no País; venho apelar para a honrada bancada paulista, que tem o Ministro da Justiça, a mesma bancada que veio para aqui com os compromissos assumidos junto ao seu Povo, compromissos sólidos, regados no sangue que embebeu as trincheiras de Trinta e Dois, na luta em prol da resconstitucionalização do País; compromissos assumidos também para com os que morreram nos campos paulistas de batalha e que não queriam apenas uma Constituição escrita, não se satisfaziam tão somente com palavras, o que desejavam era a lei aplicada com o respeito a todos os direitos, que devem ser protegidos pelas autoridades; venho apelar, ainda, para o sr. Ministro da Justiça a fim de por um paradeiro a esta situação.

O sr. Domingos Vellasco – A Lei de Segurança Nacional não lhe dá tempo para tratar desses interesses.

Sr. Ferreira de Souza – Sei, sr. Presidente, que o Interventor do Rio Grande do Norte tem proteção íntima na casa do sr. Presidente da República; sei a razão da sua permanência, a razão desse capricho em ser ele mantido na direção da minha terra contra a vontade dos riograndenses do norte. O fato tem profunda raízes, fortes laços.

Não é possível, porém, que o Brasil que pensa, o Brasil digno; que os políticos de honra de nossa terra se acobardem diante de conveniências familiares, cedam em face de simples proteção, de parentes do Presidente da República.

Deixo aqui o apelo. É o de um Estado estrangulado, de um Povo que sofre, que trabalha, que deseja viver em paz, e que, sobretudo, quer Ter o direito de voto, elegendo livremente seus governantes.

Somos pequenos. Sabemos muito bem, que o nosso sofrimento, as nossas dores não emocionam os poderosos; que os nossos gritos não chegam, com todo o seu vigor, aos ouvidos daqueles que tudo mandam e tudo podem.

O sr. Bias Fortes – V. Ex. sabe que a pequena Paraíba convulsionou o Brasil.

O sr. Ferreira de Souza – Mas sei que todo indivíduo deve acompanhar a lei; deve acompanhar a solidariedade dos seus semelhantes. Não peço, agora, aos políticos, peço aos meus semelhantes, aos como nós, os brasileiros, peço-lhes que tenham compaixão da gente da minha terra; que vejam o nosso sofrimento, que nos auxiliem e contribuam para que tenhamos o Rio Grande do Norte livre dessa horda, que transformou o Estado num covil tremendo de bandidos, a serviço da mais ignominosa, da mais degradante e da mais desonesta das oligarquias. (Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado).

(Do Jornal "A Razão", 20-02-35).

BERTHA LUTZ, A GRANDE LÍDER

Discurso pronunciado no Centro Norte-Rio-Grandense do Rio de Janeiro (1977)

João Batista Cascudo Rodrigues

O exercício da recordação devolve-nos a presença de Bertha Lutz, retirada da vida há menos de um ano, nesta cidade, que a converteu em figura nuclear do feminismo brasileiro.

Tornamo-nos todos, neste momento fervoroso de celebração de sua memória, companheiros da esplendorosa viagem que empreendeu, no tempo e no espaço, sobre ser mulher notável e admirada como cidadã universal.

Noutra oportunidade, aqui mesmo – nesta Casa do Rio Grande do Norte no Rio de Janeiro – já o proclamara que nenhuma mulher fizera mais do que ela pela mulher do mundo inteiro, ao inscrever todos os princípios fundamentais da igualdade de direitos entre homens e mulheres na Carta das Nações Unidas, durante a Conferência de São Francisco, em 1945.

Eis que – no centenário de nascimento de **Juvenal Lamartine de Faria**, que fora por ela sublinhado em caloroso agradecimento pelo meu registro do jubileu de ouro de sua Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, em Mossoró – assume a cidadã universal a dimensão nela sempre encontrada, em qualquer circunstância de sua existência plenamente milionária de gestos e ações fecundas e construtivas.

Entre tantos galardões colhidos em vida pela cientista, zoóloga, bióloga e advogada, de renome internacional, agraciada por Alberto I, da Bélgica, por seus serviços à agricultura, pelo Presidente Hindenburg, da Alemanha, com a Ordem da Cruz Vermelha e Rei Jorge VI, da Inglaterra, com a "King's Medal", por serviços à causa da Liberdade, certamente, para ela, nenhuma tão significativa homenagem quanto a de ter sido, em 1956, portadora do título de "Mulher das Américas".

Feliz e desejável coincidência o daquele instante de seu itinerário, quando a conheci, no "ambiente evocativo da Casa de Roquette Pinto – assim escrevi em "A Mulher Brasileira – Direitos Políticos e Civis" – numa tarde difícil de ser esquecida, a cientista, a naturalista, em especial".

Neste vôo de vinte anos, acompanhei-a sempre, num longe-perto, em missões sucessivas, no Rio ou São Paulo, recebendo o seu apreço grifado no tratamento de "bom feminista" e valorizado por distinguir-me como minha "velha amiga".

Depois, na homenagem prestada em decorrência dos seus oitenta anos, no Empire Hotel, na Glória, em 1974, residindo então no Rio de Janeiro, cumpria-lhe a vontade de dois anos antes: a oferta de um segundo-primeiro exemplar de "A Mulher Brasileira – Direitos Políticos e Civis", entregue por minha mulher, em meu nome e "que fora roubado por empréstimo"... conforme a sua informação em 1972, induvidosamente por mãos femininas...

Nesta sucessão de constantes reencontros e contingências aproximativas, ora em reuniões neste Centro Norte-Rio-Grandense, ora noutras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino em residências de membros de sua Diretoria, em qualquer parte a que ela comparecesse, lá estava o meu testemunho de reconhecimento e admiração.

Dois momentos, em especial, marcaram em definitivo a amizade perene e cordial que era um traço vivo entre o Rio Grande do Norte do seu tempo e o de agora. Em 1959, colhia no Ibirapuera, em São Paulo, durante as sessões do II Congresso Brasileiro de Museus, o seu depoimento básico para a citada obra. Quase no final dessa longa e estimada convivência, há exatamente dois anos, na cidade do México, outra vez aprofundava contatos e recolhia suas confidências sobre a Conferência Internacional da Mulher, promovida pela ONU.

Ano esse – o de 1975 – que terminou sendo o último praticamente do convívio ameno e confiante entre quem a conhecera – em ainda jovem pesquisador e, já agora, amadurecido, fora tomar outros dois depoimentos seus: um de viva voz, reproduzido na abertura do Curso sobre os Direitos da Mulher, em Natal e nesta cidade; o terceiro e último colhido em 19 de outubro de 1975, com a força viva do seu espírito e de sua vontade derradeira.

Este tributo à memória de Bertha Lutz nasce do empenho de disposições mobilizadas, pessoal e coletivamente, por este Centro Norte-Rio-Grandense, presidido com determinação e proficiência pelo General Dióscoro Gonçalves Vale. A grande líder feminista emerge em toda a sua plenitude para alçar-se, nesta hora, à consagração de todos os norte-rio-grandenses.

Inquestionavelmente, uma mulher das proporções intelectuais de Bertha Lutz não se restringiria a uma faceta dominante ou estaria limitada a um só aspecto divisor de sua conduta, ainda mais pelo desempenho amplo e múltiplo com que se assinalou nos quadros científicos-culturais do País.

Evidentemente, por sua formação de humanista, a atuação que cumpriu na vida pública avulta sobre a sua contribuição como cientista. Dir-se-ia que a condutora maior do movimento feminista brasileiro singulariza-se em sua projeção mais viva a intensa.

Sem embargo disso, na atividade política buscou os instrumentos apropriados para a conquista efetiva da cidadania pela mulher brasileira. Daí a prioridade que concedeu, na ação política desenvolvida pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, ao item 6º dos seus Estatutos:
"6) assegurar a mulher os direitos políticos que a nossa Constituição lhe confere e prepará-la para o exercício inteligente desses direitos" (;).

Decerto, a corrente feminina liderada no Congresso Nacional por Bertha Lutz põe de manifesto a precedência da emancipação política sobre a de natureza civil e social, diante da posição histórica sustentada, em sentido contrário, desde 1879; por Tobias Barreto, na Assembléia Provincial de Pernambuco e, em 1890, na Assembléia Nacional Constituinte, pelo Deputado Assis Brasil. Um e outro acoimavam a mulher da necessidade de "educação suficiente" e de "incapacidade não pelo sexo, e ainda pela falta de cultura intelectual, como na índole da educação em vigor."

Não obstante, seria irreal considerar que o conteúdo político das ações desencadeadas pela Deputada carioca, particularmente, tivesse esgotado a pauta de suas tarefas e serviços à causa da mulher brasileira. Com a apresentação do projeto de lei, instituindo o Estatuto da Mulher, há como que desdobramentos de ordem política, econômico-social, civil-comercial e penal da mulher. Ademais, alguns preceitos básicos da Constituição de 1934 foram incorporados pelo Estatuto da Mulher, implicando na revogação do Decreto nº 21.417 – Código do Trabalho – com modificações substanciais em favor da mulher. Em sua esteira, flui a licença especial na época do parto com elevação para três meses, fazendo jus a mulher a vencimentos integrais em casos especiais e dois terços de seu salário, noutras circunstâncias, igualmente ocorrendo com relação ao aborto preventivo ou acidental.

No elenco das proposições apresentadas no biênio legislativo 1936-37, a representante feminista do Distrito Federal cobra medidas relativas à mulher trabalhadora, com vistas à condição de mãe, em período de amamentação, nos primeiros seis meses depois do parto e a instalação de creches no local de trabalho, fixando o mínimo de 20 trabalhadoras de cada unidade produtiva obrigada a fazê-lo. Tal legislação protetora do trabalho da mulher estende-se à instituição da Semana Inglesa para os trabalhadores do sexo feminino, introduzindo "um descanso de 10 minutos em cada período de trabalho, sem aumento de horário". Atente-se mais que a jornada diária de trabalho das empregadas na época fora estabelecida em 8 horas, graças ao trabalho de Bertha Lutz junto à União dos Empregados do Comércio do Rio de Janeiro, desde 1922.

Culmina tal série de providências pretendidas no âmbito legislativo com a iniciativa do projeto, também em 1937, criando o Departamento Nacional da Mulher e Conselho Geral do Lar, Trabalho Feminino, Previdência e Seguro Maternal. Na defesa de sua proposição, argüi a autora, em nome "da corrente feminista nacional e das tendências humanitárias que a animam – para a mulher reclamo um núcleo constitucional de organização administrativa dentro do qual possa proceder ao aperfeiçoamento dos fatores humanos e sociais que se congregam em torno da célula-máter da Sociedade: o Lar".

No largo e aceso debate travado no Congresso Nacional entre Bertha Lutz e Carlota Pereira de Queiroz, esta, em voto em separado, na Comissão do Estatuto da Mulher, vale-se de substitutivo, sem acolhimento, no sentido da criação de um Departamento de Amparo à Mulher e à Criança, como embrião do futuro Departamento de Assistência Social.

Idéias e ações que foram modeladas pelos 13 Princípios Básicos com que Bertha Lutz colaborara na elaboração do anteprojeto da Constituição de 1934, ou sejam: "racionalização do poder, organização da economia, dignificação do trabalho, nacionalização da saúde, generalização da previdência, socialização da instrução, democratização da justiça equiparação dos sexos, consagração da liberdade, prescrição da violência, soerguimento da moral, flexibilidade do direito e dinamização da lei".

O Estatuto da mulher, proposto há quarenta anos, fornece, por igual, suplementos essenciais contrariamente à incapacidade civil da mulher casada. A Lei nº 4.121, de 27 de agosto de 1962, que dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada, incorpora princípios consagrados pelo projeto de 1937, de Bertha Lutz, estabelecendo obrigações eqüitativas ao homem e à mulher, na contribuição proporcional à sua renda e manutenção do lar e eliminando a necessidade de autorização do marido a fim de que a mulher exercesse profissão lucrativa.

A implantação do Estado Novo adiou as soluções preconizadas pela defensora dos direitos e conquistas da mulher no Poder Legislativo Federal. Depõe, no entanto, Bertha Lutz que Getúlio Vargas se declarava "feminista porque as mulheres tinham feito a metade da Revolução de 1930".

Aplaudida pelo Embaixador Leão Veloso, Chefe da Delegação Brasileira à Conferência das Nações Unidas, em São Francisco, Bertha Lutz é convidada pelo Presidente Getúlio Vargas para voltar à Câmara dos Deputados, em 1954. Desejava o político gaúcho que a paulista filha de Adolfo Lutz se filiasse ao então Partido Trabalhista Brasileiro e, finalmente, se candidatasse. Entrementes, o encontro com o Presidente do PTB não frutificou e ei-la diante do Chefe da Casa Civil – Embaixador Lourival Fontes, para declinar, definitivamente, do convite. Permanecia, intensamente, a amizade que ela devotava a Getúlio Vargas, conforme confessava – "sedutor da gente no convívio, como grande estadista", de cuja vontade partira a indicação para ela chegar à Câmara dos Deputados, na vaga deixada com a morte do Deputado Cândido Pessoa, em 1936.

Encerrada a sua atuação política, com o mandato cumprido, sem atritar-se com Getúlio Vargas, valendo-se da experiência da campanha feminista, acabou atraindo o próprio pai para a área de convivência satisfatória com o governante daquela quadra conturbada da vida brasileira.

Morto Getúlio Vargas, visita sua filha, Alzira, de quem recebe demonstração de que o pai tinha apreço especial por ela, embora não tivesse comparecido ao velório.

Recorda ainda Bertha Lutz, em seu último depoimento, ainda em referência a Getúlio Vargas, que ela, tendo visitado Washington Luiz, no exílio, fora recebida pelo último Presidente da República Velha quase chorando. Em desabafo, afirmara-lhe que nenhum homem o tinha visitado e somente mulheres de valor, entre as quais Guiomar Novais. Se do ex-Presidente exilado não ouvira nenhuma palavra de ressentimento contra Getúlio Vargas ou contra o Brasil, satisfazia-se em refugiar-se nos museus e compromissos em Harvard. Conta Bertha Lutz que, tornando à presença de Getúlio Vargas, lhe relatara o encontro com o seu antecessor,

acudindo de pronto a indagação: “Como vai ele?” – Respondeu-lhe: “Mais pobre, mais velho”. De Getúlio Vargas, finalmente: “Não houve inconveniente nenhum em sua visita”.

Naquele agitado ano de 1954, Bertha Lutz entregava-se por completo à organização do colégio de seu pai no Instituto Osvaldo Cruz. A cientista mostrava-se cada vez mais preocupada com a sua produção, notadamente com o seu primeiro livro, que lhe custara 50 anos de trabalho, abrangendo artigos, pesquisas e ensaios. Volta-se a um dos campos específicos da Zoologia – estudo doa batráquios, ocupando-se de 120 espécies de pererecas, com muitas descobertas pela própria Bertha Lutz. Divulga-o a Universidade do Texas, com apenas o primeiro volume editado em 1973.

Nos últimos anos de vida, Bertha Lutz reconhece que na velhice lhe pesava na consciência o fato de nada ter feito pelas mulheres das tribos índicas, a parte mais desamparada da população feminina do Continente Americano”, consoante a sua mensagem ao ser eleita Vice-Presidente da Comissão Interamericana de Mulheres, na XV Assembléia Geral em Bogotá (1970). Nesse sentido, duas iniciativas assinalam-lhe o interesse especial pela situação denunciada no citado conclave: o Seminário sobre problemas da mulher indígena, em San Cristóbal de las Casas, no México (junho de 1972) e o Seminário para Mulheres Jovens Indígenas e Rurais, em Dourados (Mato Grosso), naquele mesmo junho da 1972.

Naturalista, zoóloga e antropóloga, Bertha Lutz raramente se referia ao seu trabalho de cientista. Em entrevista a Miriam Alencar, em “O Jornal do Brasil”, confessou, em dezembro de 1973: “Conheço a Floresta da Tijuca como a palma da mão; ainda hoje, percorro-a de ponta a ponta, sempre pesquisando novidades. Também faço muita pesquisas em Teresópolis e na Baixada Fluminense. É uma pena que, num campo tão vasto de trabalho, pouca gente se interesse por ele. Mas isso se justifica, pois a pesquisa está muito abandonada, sem apoio financeiro, que é o que mais nos atinge. Se continuo meu trabalho, até hoje, é porque venho recebendo ajuda do Conselho Nacional de Pesquisas, que me proporcionou uma bolsa e por meus próprios meios. Mantenho contato permanente com grupos de pesquisas dos Estados Unidos e da Argentina. Por incrível que pareça, é nesses países que consigo mais facilmente publicar meus trabalhos sobre o assunto”.

O Rio Grande do Norte aguardou a oportunidade de recebê-la para render-lhe o preito de gratidão devido, a partir de sua integração no comando do episódio precursor, ao lado de **Juvenal Lamartine de Faria**, na concessão do voto feminino no Brasil. Há dez anos, pela primeira vez, sob os auspícios de Bloch Editores S.A., graças ao empenho pessoal do Jornalista Fernando Luís da Câmara Cascudo. Em 1975, em seu tributo, preparam-lhe o Governo do Estado e a Assembléia Legislativa o ensejo de fazê-la cidadã norte-rio-grandense, após a sugestão surgida no seio deste Centro Norte-Rio-Grandense, na celebração do centenário de nascimento de Juvenal Lamartine de Faria.

Passaram as duas oportunidades – compromissos no exterior e seu estado de saúde e não se concretizou o reencontro de Bertha Lutz com o Rio Grande do Norte, Estado cujo desenvolvimento político enaltecia pela precedência conferida no direito eleitoral à mulher brasileira.

No centro das celebrações do cinqüentenário da conquista dos direitos políticos pela mulher brasileira, no Rio Grande do Norte, Bertha Lutz inscreve-se como legenda que há de contar como fonte inspiradora da valorização desse gesto pioneiro e grandioso. Papel relevante e significativo no culto de sua memória é o que o Centro Norte-Rio-Grandense busca preservar, inelutavelmente. Ainda é tempo de vir esta Casa do Rio Grande do Norte a indicar a instituição da “Medalha Bertha Lutz”, pelo Governo do Estado, para premiar aqueles que ofereçam a sua valiosa contribuição no campo da ação social, em prol do desenvolvimento comunitário, plenamente identificado com os ideais de valorização humana, preconizados pela grande precursora dos direitos da mulher brasileira.

Bertha Lutz definiu os caminhos percorridos pela sua Federação pelo Progresso Feminino em distância considerável do movimento liberacionalista, como apanágio hedonístico da liberdade sexual. Para ela – vale reproduzir, textualmente: “Temos que conseguir direitos e liberdades para a mulher no campo profissional e na vida civil. Temos que nos preocupar sobretudo com o desenvolvimento intelectual da mulher”.

Amargurada com os rumos tomados pelo Ano internacional da mulher e, especialmente, com a condução de sua Conferência Internacional na cidade do México, em 1975, deu-se conta de que as ações programadas – “não ajudam às outras mulheres”.

No depoimento de 19 de outubro do mesmo ano, irrecusavelmente o nosso último encontro, seu desabafo seria: “Eu não faço bem escrever, embora reconheça que tem tanta utilidade quanto Trabalhar”.

A solidão do seu brilho somente se comparava à outra solidão – a da grande líder no ocaso da luta pelos direitos da mulher. Há que buscar a certeza do vazio provocado por sua morte, não se sabendo “se as pessoas agüentarão manter a sua luta. Alta, sólida, áspera, com uma ternura encapuzada, Bertha – afirmou a socióloga Moema Toscano – mantinha uma carapaça de agressividade por todos esses anos de vida vivida como dever, uma tarefa”.

O sentimento de estar sozinha transmitiu-me com palavras cheias de angústia em nossa derradeira conversa. Em tom de súplica, foram estas suas expressões finais:

“Peça a Deus, se o senhor tem religião – pois eu não tenho – para conseguir alguém para ficar nesta casa”.

De sua vida ficou o legado glorioso que se faz patrimônio da mulher brasileira. Trabalhar mais para completar a sua obra – da qual são guardiãs suas companheiras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – constitui compromisso vivo e indeclinável depois de sua morte.

Porque nenhuma líder feminista neste País soube ser mais forte e resoluta em sua coragem cívica e consciência crítica dos problemas da mulher brasileira.

Porque, efetivamente, seu espírito de missão preencheu-lhe a existência, significando o esforço continuado de aperfeiçoamento da criatura humana.

Porque, finalmente, a força de sua mensagem e do seu idealismo penetra no horizonte que o futuro destina aos relacionamentos mais saudáveis e auspiciosa entre todos os homens e mulheres.

NAVARRO, Jurandyr. Oradores do Rio Grande do Norte (1889-2000): Biografia e antologia. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 2000. Págs. 463 / 467.

JUVENAL LAMARTINE

João Batista Machado

Juvenal Lamartine de Faria governou o Rio Grande do Norte por dois anos e nove meses. Foi deposto pela revolução de 30. Apesar de amigo de Getúlio Vargas, apoiou a candidatura de Júlio Prestes e foi destituído após a vitória da revolução comandada por Vargas, que depôs todos os governadores eleitos na época, inclusive os revolucionários. Exilou-se na Europa, retornando ao Estado já no governo de Rafael Fernandes.

Filho de tradicional família seridoense, Juvenal Lamartine era juiz de Direito em Acari, até ingressar na vida pública, o que fez com sucesso. Foi deputado federal, vice-governador, senador da República e governador. Foi quem dotou o Estado de uma moderna infra-estrutura, representada por estradas, pontes, escolas, campos de pouso no interior; criou o Aero Clube, a escola de pilotagem e o estádio de futebol que hoje tem o seu nome, no Tirol. Manteve na prefeitura de Natal o engenheiro Omar O'grady, que executou o plano de urbanização da capital, elaborado pelo arquiteto italiano Giácomo Palumbo.

Intelectual, o governador deu o maior apoio às letras e às artes. Mantinha estreitas relações com os escritores e jornalistas da época. Homem austero, não admitia contestação à autoridade constituída. Por isso, os adversários passaram a chamá-lo de truculento. Ele era um homem cioso de seus deveres e das suas obrigações. Acabou com o banditismo do Rio Grande do Norte, o que, naquele tempo, era o flagelo do sertão.

O cangaceirismo, na época, era uma espécie de epidemia, dizimando vidas e aterrorizando famílias no interior do Estado, com a finalidade de saquear, roubar e matar, atendendo a caprichos políticos ou por vingança familiar. No governo de Juvenal Lamartine, os cangaceiros foram banidos do Rio Grande do Norte.

Em 1918, como deputado federal, participou da elaboração do Código Civil, tendo subsidiado o parecer de Clóvis Beviláqua, do qual resultou sua aprovação. Homem de cultura humanista era também cultor do Direito, respeitado por seus pares no Congresso Nacional, tanto na Câmara como no Senado.

Foi um dos fundadores da UDN em 1945, no Rio Grande do Norte, ao lado de José Augusto, Dinarte Mariz e outros. No acordo da UDN (União Democrática Nacional) com o PSP (Partido Social Progressista), saiu candidato ao Senado, mas foi derrotado por João Câmara. Para o governo, elegeu-se José Varela, que disputara o pleito com Floriano Cavalcanti, em 1947.

O acordo com Café Filho (PSP) não foi bem visto por seus amigos e até familiares. Juvenal Lamartine disputou, então, seu último mandato na política do Rio Grande do Norte. Foi o primeiro acordo político entre adversários e até inimigos pessoais. Hoje é nome do estádio que construiu – o "Juvenal Lamartine" – e do Centro de Estudos e Pesquisas da Fundação "José Augusto", uma homenagem prestada pelo governador Aluízio Alves, amigo e admirador de Lamartine, um homem identificado com sua terra e seu povo.

Durante o seu curto período de governo, foi eleita em Lages a primeira prefeita da América Latina, Alzira Soriano, em 1928. Era o coroamento da luta de Lamartine pela emancipação feminina.

Juvenal Lamartine construiu 416 quilômetros de estradas e pontes, desbravando o sertão e interligando-o com a capital. Seguiu a política de valorização do algodão que herdou do seu antecessor, dando maior destaque à política de incentivos fiscais, como por exemplo a redução do imposto de exportação para o caroço, o farelo e o óleo, derivados do algodão.

Sua última atividade foi à presidência da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, que se transformou no refúgio do velho líder comprometido com a valorização da cultura do Rio Grande do Norte. Juvenal Lamartine nasceu em Serra Negra, em 09/08/1874, e faleceu em Natal, em 18/04/1956.

MACHADO, João Batista. Resgate da Memória Política. Natal-RN: Departamento Estadual de Imprensa, 2006.

A educação do homem culto – o norte-rio-grandense Juvenal Lamartine de Faria (1874 – 1956)

Marta Maria de Araújo e Cristiane Moreira Lins de Medeiros

Mneme – Revista Virtual de Humanidades, n. 10, v. 5, abr./jun.2004 ISSN 1518-3394

Eu não temo a mocidade. Ao contrário, nela me revejo e me orgulho como os pais nos filhos, porque será ela que continuará o meu trabalho e as minhas idéias. Da mocidade me aproximo e a encorajo e a estimulo. Nela confio porque as minhas idéias são votadas à grandeza da terra comum
(Juvenal Lamartine, 1928)

Resumo

Por meio de vestígios históricos relativos à educação escolar primária, secundária e superior do norte-rio-grandense **Juvenal Lamartine de Faria** (1874-1956), o texto discute a educação do "homem culto" nascido às vésperas da República e pertencente a uma elite política, social e econômica. A educação desse "homem culto" seria resultante tanto de uma formação escolar de natureza literária, científica, moral, pedagógica e jurídica quanto originária da militância política, da atuação na imprensa e da leitura dos clássicos.

Palavras-Chave

Educação escolar, homem culto, **Juvenal Lamartine**.

A educação do "homem culto" esteve no cerne das finalidades educacionais do século XIX e início do século XX no Brasil. Os colégios secundários e os cursos de ciências jurídicas e sociais destinaram-se a proporcionar uma formação mais ou menos homogênea, no plano intelectual, científico ou pedagógico, desse "homem culto", que pertencia a uma elite política e econômica. Juvenal Lamartine de Faria foi um desses "homens cultos" que fazia parte da chamada geração de homens nascida com a República, de que falou Licínio Cardoso (1981). Nascido em Serra Negra (RN), em 9 de agosto de 1874, era filho de Clementino Medeiros de Faria e Paulina U. Monteiro, provenientes das elites política e econômica da região do Seridó. Iniciou seus

estudos de primeiras letras com seu pai, homem de costumes severos, para depois, em 1882, aos oito anos de idade, freqüentar a "sala de aula" do mestre-escola Antônio Carlos de Medeiros. Seguidor dos preceitos da chamada pedagogia tradicional, o mestre-escola Antônio Carlos comportava-se com excessivo rigor no ato de ensinar e de "tomar" as lições de seus alunos, fazendo uso, como o próprio Lamartine conheceu, "de uma *palmatória de madeira pesada*, angico ou paud'arco, para castigo dos alunos que não sabiam das lições, não apresentavam a escrita com boa caligrafia, limpa de nódoa ou de tinta ou erravam nos exercícios de taboada." (LAMARTINE, 1965, p.

Em 1890, Juvenal Lamartine iniciou o curso secundário em Caicó, na conceituada "Escola de Gramática Latina", fundada possivelmente em 1803 pelo Padre Francisco de Brito Guerra, que exerceu os mandatos de Deputado e Senador Imperial pela Província do Rio Grande do Norte, de 1831 a 1845.

Freqüentando apenas por um ano o curso secundário nessa Escola de Gramática Latina, Lamartine estudou Latim, Português, Francês, Lógica, Retórica, Gramática e Literatura dos clássicos da língua latina. "A escola de latinidade em Caicó" possibilitou, a muitas gerações seridoenses, a desenvolução de uma mentalidade intelectual, política e cultural condizente com o preparo do homem culto (SANTA ROSA, 1976, p. 120).

Em 1891, cinqüenta e sete anos passados da iniciativa política do Presidente Basílio Quaresma Torreão de criar, em 1834, o Colégio Atheneu de Natal, e em meio à organização republicana do Estado do Rio Grande do Norte, arquitetada pelo Governo Pedro Velho de Albuquerque Maranhão (1892-1895), Juvenal Lamartine mudou-se para Natal, objetivando prosseguir o grau secundário no Atheneu Norte-Riograndense. Sendo o Atheneu Norte-Riograndense voltado para a "formação integral" do "homem culto," Juvenal Lamartine, no período de 1891 a 1893, cursou as disciplinas de *Português e Literatura Nacional* (prof. Augusto Carlos de M. L'Eraistre), *Latim* (prof. João Tiburcio da Cunha Pinheiro Junior), *Francês* (prof. Hermógenes Joaquim Barbosa Tinoco), *Inglês* (prof. Odilom de Amorim Correia), *Geografia Geral e Especial do Brasil e Astronomia* (prof. Joaquim Manoel Teixeira de Moura), *História Geral e Especial do Brasil* (Augusto Tavares de Lyra), *Sociologia, Moral e Pedagogia* (prof. Braz de Andrade Mello), *Aritmética e Álgebra* (prof. Francisco Pinto de Abreu), bem como *História Natural*, *Física, Química, Música, Desenho, Trigonometria e Ginástica* (Mensagens Governamentais,1893 e 1894; A República, 1892). À exceção de Grego, Alemão, Evolução Militar e Esgrima, a "grade curricular" do Atheneu estava de acordo com as disciplinas previstas na Reforma Benjamin Constant, que renovou o ensino secundário através do Decreto nº 891, de 08 de novembro de 1890.

As disciplinas de caráter literário eram: (Português, Literatura Nacional, Música, Latim, Francês, Inglês, História Natural, História Geral e Especial do Brasil, Geografia Geral e Especial do Brasil e Sociologia); as de natureza científica foram: (Aritmética, Álgebra, Física, Química, Geometria, Trigonometria, Desenho, História Natural, Astronomia, Evolução Militar, Esgrima e Educação Física) e as de fundamentos morais e pedagógicos seriam: (Sociologia, Moral e Pedagogia).

À exceção de Grego e Alemão, a "grade curricular" do Atheneu Norte-Riograndense equivalia à do Colégio Pedro II do Rio de Janeiro, prevista pela Reforma Benjamin Constant, que renovou o ensino secundário de conformidade com o Decreto nº 891, de 08 de novembro de 1890. A formação literária, científica moral e pedagógica de nível secundário propugnada pelo Atheneu Norte-Riograndense visaria "atender aos objetivos de transmitir, via escola, os conhecimentos mais adequados à vida individual e social e, conjuntamente, desenvolver o poder e a capacidade de usar o conhecimento adquirido" (VALDEMARIN, 2000, p. 169).

No ano de 1893, dois anos após ingressar no Atheneu Norte-Riograndense, Lamartine juntamente com os colegas de militância política fundaram o "Grêmio Literário Natalense" e o seu periódico O Athleta, a primeira sociedade estudantil estadual nascida no regime republicano (BARROS, 2000), da qual foi seu primeiro presidente. Nesse mesmo ano, colaborou com outro periódico, O "Potyguar", órgão do "Clube Recreio Juvenil". Por meio desses veículos literários, procuraram os seus editores e colaboradores dar projeção às idéias de cultura, de educação e de política de cariz liberal e republicano para um público ampliado. Inteligência inquieta, estudante político e intelectualmente engajado, Lamartine, no ano de 1893, tornar-se-ia o principal líder da primeira greve estudantil do Rio Grande do Norte, que provocou o fechamento do Atheneu Norte-Riograndense, por ordem do Governador Pedro Velho, como veremos a seguir.

Nesse ano de 1893, o Governador Pedro Velho convidou o Desembargador e também prof. do Atheneu, José Clímaco do Espírito Santo, para assumir o cargo de Vice-Diretor desse estabelecimento de ensino secundário, com o que não concordaram as lideranças estudantis, a exemplo de Lamartine, por serem as aulas do prof. Espírito Santo demasiadamente fracas, na opinião da maioria expressiva de seus alunos. Antipatizado pelos alunos do Atheneu Norte-Riograndense que o apelidaram pejorativamente de "Desembargador papa-ovo", resolveu o Desembargador Espírito Santo comunicar ao Governador Pedro Velho que somente voltaria a dar aulas se ele garantisse manter a ordem. Ora, como destaca Souza (1989, p. 227), "Pedro Velho era autoritário e costumava dizer aos amigos: façam o progresso, que eu mantenho a ordem."

Posto diante do desafio de manter a ordem, no dia 11 de outubro de 1893, o Governador Pedro Velho ordenou que quarenta praças comandados por um oficial do Corpo de Segurança cercassem o prédio do Atheneu Norte-Riograndense, com a missão de impedir que o Desembargador Espírito Santo fosse chamado pela turma de Lamartine de "Desembargador papa-ovo".

Essa providência foi seguida da nomeação do Desembargador José Clímaco do Espírito Santo para Vice-Diretor do Atheneu Norte-Riograndense. Para a mocidade estudantil engajada no movimento estudantil da época, o ato de insensibilidade política do Governador Pedro Velho, além de representar um *desrespeito dos direitos estudantis,* contribuía, acima de tudo, para rebaixar a instrução pública do Estado.

Revoltados com a decisão autoritária do Governador, os estudantes secundaristas, tendo à frente Juvenal Lamartine, protestaram com a suspensão de suas próprias aulas, com a montagem de "barricadas" nas proximidades do prédio do Atheneu e com a divulgação de uma Carta Aberta, intitulada "O Nosso Protesto", publicada no Jornal "O Nortista", no dia 11 de outubro de 1893, escrita por Juvenal Lamartine e assinada pelos alunos integrantes desse movimento como o próprio Juvenal Lamartine, José Bernardo Filho,

João Alfredo, Gonçalo do Rego Monteiro, José Ribeiro Paiva, Anízio Vieira de Melo, José Albuquerque Lacerda, Aurélio Bandeira, dentre várias outras lideranças.

Nessa Carta Aberta – "O Nosso Protesto" – as lideranças estudantis manifestaram publicamente, o repúdio ao ato autoritário do Governador Pedro Velho, conforme denuncia a matéria abaixo:

> *Estudantes do Atheneo desta capital, viemos á imprensa protestar contra o ato atentatório e deprimente do Sr. Governador d'este Estado, Dr. Pedro Velho d'Albuquerque Maranhão, que mandou, hoje as 10 horas da manhã, pôr em uma espécie de sitio o edifício Atheneo, colocando grande parte do Corpo de Segurança,ao mando do capitão Caldas Sobrinho, na calçada do mesmo e nas suas imediações, com o sinistro plano de coagir-nos e de intimidarmos afim de que não podessemos palestrar, ou ter liberdade para qualquer outro ato, ou ação inofensiva, e próprio, de moços em suas livres e expansivas reuniões.*
>
> *Esse ato do governador dr. Pedro Velho, contra a mocidade, é mais um atentado de violência e revela a baixeza dos sentimentos de Sua Excia e do descrédito a que tem arrastado esta pátria preza de uma maldade aventureiros que aviltaram entre nós o governo republicano e o ensino publico.*
>
> *O Sr. Dr. Governador engana-se. A mocidade ergue-se mesmo entre as baionetas e as espadas do seu "Corpo de Segurança", para pugnar pela dignidade de sua classe e pelos brios desta terra que s. ex. tem conspurcado e sevandijado.*
>
> *Evitaremos a ponta dos saberes, por que não somos capangas, nem andamos armados de "box" como seus desembargadores congressistas, mas saberemos protestar, como protestamos, contra esses atos de canibalismo que ainda mais atiram Sua Excia. para as profundezas do descrédito onde se acha abismado.*
>
> *Protestamos também contra essa noticia torpe e aleivosa – de desacato publico – que publicou o "Caixeiro" de hoje, em ultima hora, um pasquim de Sua Excia., em que se diz que os estudantes, ou crianças malcriadas como diz o "porta-voz" do Governador, formão "planos de conspiração" por sugestões de políticos adversários de Sua Excia. na Botica, o que é uma infâmia e uma calunia que os "mandões perseguidores" da mocidade não serão capazes de provar.*
>
> *Nós estudantes, não somos políticos, e nem servimos a plano algum de politicagem; condenamos, sim, em nome do que pundonor norte-rio-grandense, o predomínio dos aventureiros que prejudicam nossos direitos rebaixam a instrução pública do Estado e desmoralizam a nossa terra.*
>
> *Contra esses, a mocidade digna ha de protestar sempre – aconteça o que acontecer. O despotismo da força há de ruir por terra, para ergue-se o poder da ciência que a mocidade estudiosa defenderá sempr*
>
> *(CARTA ABERTA — O NOSSO PROTESTO, 1893, p. 1).*
>
> *Natal, 11 de outubro de 1893.*

O Jornal "O Nortista," de propriedade do prof. Elias A. Ferreira Souto, arquiinimigo do Governador Pedro Velho, em seu exemplar de 24 de novembro de 1893, traz uma nota intitulada "Exames Preparatórios," como que afirmando o apoio aos estudantes do Atheneu Norte-Riograndense e o repúdio ao ato autoritário de Pedro Velho. Assim dizia a nota:

> *No vizinho Estado da Paraíba estão abertas, até 30 do corrente, às inscrições para esses exames, que não tem lugar aqui, porque o Dr. Pedro Velho entendeu que devia sacrificar o ensino público aos caprichos diabólicos do famigerado Desembargador José Clímaco do Espírito Santo, e mandou trancar o Atheneu!*
>
> *Podem tranqüilos para ali seguir, a fazer os seus exames, os nossos jovens patrícios que, acreditamos, o hospitaleiro povo dali, não os receberá com as chifas de chama-mares e vaias, com que o Dr. Pedro Velho, e seu carrilho, mandaram aqui receber os empregados vindo daquele estado para o serviço do nosso porto.*
>
> *Felizmente o povo paraibano sabe que tudo isso foi obra do pedrovelhismo, despeitado, corrompido, e indigno de uma ação nobre*
>
> *(EXAMES PREPARATÓRIOS, 1893, p.2).*

Em resposta imediata à Carta Aberta "O Nosso Protesto", o Governador Pedro Velho autorizou o fechamento do Atheneu Norte-Riograndense por tempo indeterminado, medida justificada pela premente necessidade de promover uma reforma educacional, ficando os estudantes concluintes prejudicados pela não aplicação dos exames preparatórios de final de curso.

Diante da decisão de Pedro Velho de fechar o Atheneu Norte-Riograndense, Juvenal Lamartine transferiu-se para o Liceu da Paraíba em João Pessoa, com fins de concluir o curso secundário, o que aconteceu no ano seguinte, em 1894. Ao finalizar essa etapa de sua educação escolar, Lamartine ingressou no Curso de Ciências Jurídicas e Sociais da Faculdade de Direito do Recife, tradicionalmente dirigido para a formação de uma elite dirigente do país.

Concomitantemente aos estudos jurídicos e sociais na Faculdade de Direito do Recife, Lamartine escreveu artigos para jornais norte-rio-grandenses, a exemplo do Jornal "A Republica" e "O Nortista" e para a então Revista da Faculdade de Direito. Seus artigos versavam especialmente sobre economia, riquezas minerais e vida sertaneja. Sobre essas e outras produções intelectuais de Lamartine, Cascudo fez o seguinte depoimento, espécie de homenagem:

> *Lamartine desenhava com palavras justas o sertão de todas as épocas. O sertão de estio — seco. O sertão do começo do inverno. O sertão da labuta pastoril, digamos o termo ressuscitando as gerações de rastejadores, de vaqueiros de tradição indômita, de pegadores de reses fugitivas, dessas festas também culinárias — enfim esses ângulos que só podiam viver diante das testemunhas. Isto era dito com naturalidade, com aquela memória fabulosa de recordar os homens, as datas e às vezes os pormenores da própria indumentária (CASCUDO,1994, p. 17).*

Concluído o Curso em 2 de dezembro de 1897, bacharelando-se em Ciências Jurídicas e Sociais, Lamartine foi escolhido para ser o orador de sua turma, certamente em face de sua condição de aluno laureado, status que lhe permitiu ser agraciado com uma bolsa de estudo para fazer pósgraduação em uma universidade francesa. Preferiu, porém, voltar para o Rio Grande do Norte e seguir a carreira de jurista, de intelectual, de homem público, por excelência.

Retornando para seu estado natal, em 1897, Lamartine foi professor de Geografia e Vice-Diretor do Atheneu Norte-Riograndense (1898), Juiz de Direito (1893-1903), Vice-Governador do Estado (1904-1906), Deputado Federal (1906), Senador da República (1927) e Governador do Rio Grande do Norte (1928-1930). Republicano e partidário do federalismo, Lamartine no Congresso Nacional foi um convicto defensor do direito político de a mulher votar e ser votada e, ainda, um dos porta-vozes da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, presidida pela bióloga Berta Maria Júlia Lutz.

No governo do Rio Grande do Norte, a educação escolar ao lado da cultura tornaram-se prioritárias. Durante o seu governo promoveu a expansão da educação escolar primária e profissional e organizou a "Temporada Literária de 1930." O político, educador e o intelectual Juvenal Lamartine (1992, p. 4) empenhado na organização de uma cultura republicana sólida e pragmática costumava argumentar: "urge que nos eduquemos. É preciso cuidar, antes de tudo, do fator homem, de cujo revigoramento físico e mental depende, não só o progresso econômico e moral do Brasil, como a solidez das nossas instituições democráticas." Foi Juvenal Lamartine segundo o filho Osvaldo Lamartine, (1994, p. 13), "um devorador dos livros" de Ernest Renan, Emilio Castelar, Gabrielle D'Anunzio, Alexandre Herculano, Eça de Queiroz, Machado de Assis, dentre muitos outros.

Bibliografia

BARROS, Eva Cristini Arruda Câmara Barros. **Atheneu norte-Riograndense**: práticas culturais e a formação de uma identidade (1892- 1924). 2000. 182f. Tese (Doutorado em Educação, História e Filosofia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

CARTA ABERTA – "O NOSSO PROTESTO", **O Nortista,** Natal, 11 out. 1893.

CASCUDO, Luís da Câmara. O causeur. In: **Juvenal Lamartine de Faria** (1874- 1956). Natal: Fundação José Augusto, 1994.

CARDOSO, Vicente Licínio. Prefácio. In: CARDOSO, Vicente Licínio (Org.). **À margem da história da República.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981 (v.1).

EXAMES PREPARATÓRIOS. **O Nortista,** Natal, 24 de nov. 1893.

FARIA, Juvenal Lamartine de. Eu não temo a mocidade. **A República,** Natal, 7 jun. 1928.

FARIA, Juvenal Lamartine de. **Velhos costumes do meu sertão.** Natal: Fundação José Augusto, 1965.

_____. **O meu governo.** Mossoró: ESAM, 1992 (Coleção Mossoroense).

LAMARTINE, Osvaldo. Juvenal Lamartine, o meu pai. In: **Juvenal Lamartine de Faria** (1874- 1956). Natal: Fundação José Augusto, 1994.

SANTA ROSA, Jayme Nóbrega. A linguagem do seridoense – a influência do português arcaico e do clássico. **Tempo Universitário,** Natal, v.2, n.1, p.109-127, jan./jun. 1979.

RIO GRANDE DO NORTE. **Mensagem do Governador Pedro Velho de Albuquerque Maranhão e Relatórios apresentados pelos Chefes das Repartições Públicas Estaduais do Rio Grande do Norte**. Natal: Typografia d'A Republica, 1893.

RIO GRANDE DO NORTE. **Mensagem do Governador Pedro Velho de Albuquerque Maranhão e Relatórios apresentados pelos Chefes das Repartições Públicas Estaduais do Rio Grande do Norte**. Natal: Typografia d'A Republica, 1894.

SOUZA, Itamar de. **A República Velha no Rio Grande do Norte** (1889-1930). Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1989.

VALDEMARIN, Vera Tereza. **O Liberalismo demiurgo:** estudo sobre a reforma educacional projetada nos Pareceres de Rui Barbosa. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2000.

Marta Maria de Araújo martaujo@digi.com.br

Cristiane Moreira Lins de Medeiros cristiana_lins@yahoo.com.br

---

1930 – Início da era Vargas

Getúlio Vargas assumiu provisoriamente a Presidência da República em 3 de Novembro de 1930, permanecendo no posto até ser promulgada uma nova Constituição em 1934. Na verdade, este novo governo estava preocupado com a crise do café estabelecendo em fevereiro de 1931 a política de valorização do café. O governo federal comprou 17.500.000 sacas e criou o Conselho Nacional do Café.

Percebe-se que o governo provisório não parecia ser tão provisório assim, pois Getúlio demorava para convocar a Constituinte. O descontentamento diante da demora na Constitucionalização do país era mais notório em São Paulo, onde crescia a revolta dos fazendeiros do café. Com isso, os paulistas foram às armas contra o governo federal em 1932, na chamada Revolução Constitucionalista.

Fatores que provocaram a Revolução Constitucionalista de 1932 em São Paulo:

Inconformismo de setores políticos ligados aos grupos econômicos mais poderosos de São Paulo, por verem enfraquecida sua influência no governo da República.

O problema político da nomeação dos interventores.

Interesse na reconstitucionalização do regime, que resultaria na democratização do país.

Segunda Presidência de Getúlio Vargas

Getúlio pleiteou novamente a presidência, candidatando-se pelo PTB e sendo apoiado pelo PSP. Nas eleições no final do governo Dutra, foi eleito com 48,7% dos votos, derrotando nas urnas Eduardo Gomes (UDN), Cristiano Machado (PSD) e João Mangabeira (PSB).

Getúlio fez uma campanha modesta. Percorreu todo o Brasil em caminhões com alto-falates, defendendo o nacionalismo econômico, dizendo-se defensor do operariado e apresentando-se no Nordeste como o campeão do combate às secas.

A volta de Vargas ao poder significou a retomada de uma politica de maior aproximação entre o governo e as camadas populares urbanas. Sua posse significou também o retorno de uma política econômica nacionalista voltada para os setores de base (indústria siderúrgica, petroquímica, energia e transportes) eda intervenção do governo na economia.

Durante seu governo foi criada a Petrobrás e foi estabelecido o monopólio estatal sobre a prospecção e o refinamento do petróleo brasileiro (1953). Foi também criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), em 1951, e elaborado um Plano Nacional de Reaparelhamento Econômico, também

conhecido como Plano Lafer, cujos objetivos eram organizar investimentos na indústria de base, transportes e serviços públicos.

No dia 1.º de maio, Vargas anuncia o aumento de 100% para o salário mínimo, contrariando assessores econômicos. Foi, por isso, acusado de pretender instalar uma República sindicalista e começou a sofrer forte oposição no Congresso, especialmente da UDN cujo porta-voz, Carlos Lacerda, pregava abertamente a destituição do presidente.

Em 5 de agosto de 1954, houve um atentado contra o político e jornalista Carlos Lacerda, um dos maiores adversários de Vargas. Lacerda escapou com ferimentos leves, mas o major-aviador Rubens Florentino Vaz, que o acompanhava, morreu instantes depois. Este episódio ficou conhecido como o Crime da Rua Toneleros. Acredita-se que Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal de Getúlio Vargas, contratou um pistoleiro profissional para matar Carlos Lacerda com o propósito de afastá-lo do caminho do presidente. A Aeronáutica assumiu as investigações sobre o crime e prendeu o assassino. Como Gregório convivia pessoalmente com Getúlio, o presidente passou então a ser acusado de um crime do qual, se afirma, era inocente.

Em 23 de agosto, o marechal Mascarenhas de Morais entregou ao presidente um manifesto assinado por trinta oficiais da Força Aérea que exigia a renúncia do presidente da República. Surpreso com os acontecimentos e coberto de denúncias, Vargas dizia ter a impressão de se encontrar "sobre um mar de lamas".

Vargas não concordou com os termos do manifesto, declarando-se inocente de qualquer crime e afirmando sua disposição de morrer, se preciso, para manter sua condição de presidente. Na madrugada do dia 24 de agosto de 1954, numa reunião com seu Ministério, no Palácio do Catete, o Presidente acabou por aceitar a solução de entrar em licença, passando o poder a seu substituto legal. No entanto, os militares oposicionistas exigiam seu afastamento definitivo. Diante disso, Getúlio retirou-se para seus aposentos e suicidou-se com um tiro no peito.

Com aquele tiro no coração, Getúlio frustrou as pretensões da golpista UDN de tomar o poder, pois ela teve de recuar diante das manifestações de rua em todo o país, onde populares tentavam vingar a morte do líder, atacando jornais antigetulistas, a embaixada norte-americana e até a sede da Aeronáutica, no Rio de Janeiro.

Lacerda escondeu-se e fugiu do país, com medo da reação popular, e só voltou depois que esfriou. O povo chorou a morte de Vargas e chorou mais ainda ao tomar conhecimento da Carta-Testamento deixada por ele.

Era o fim de uma longa carreira política e de um homem que, sem dúvida alguma, transformou a História do Brasil.

Notas

Juvenal Lamartine de Farias **Governador** **08-11-1928** Pela Lei Estadual nº 709, sancionada pelo governador Juvenal Lamartine, foi criada a Vila de Jucurutu, no município de Caicó.

Juvenal Lamartine de Farias **Governador** **18-04-1956** Falece em Natal, Juvenal Lamartine de Farias, ex-governador do Estado do Rio Grande do Norte e uma das maiores lideranças políticas do Seridó, na Primeira República.

Em 1930 - Getúlio Vargas assumiu provisoriamente a Presidência da República em 3 de Novembro, permanecendo no posto até ser promulgada uma nova Constituição em 1934.

 # Com a revolução de 30, comandada pelo gaúcho Getúlio Vargas, depondo o presidente Washington Luís, estava encerrado o ciclo da Primeira República, também conhecida como "República Velha", que vai de 1889 a 1930. O País conquistava o direito ao voto secreto, uma das maiores conquistas do movimento revolucionário.

Bibloigrafia

ABREU, João Capistrano de. Capítulos de História Colonial (1500-1800) & Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil, 5ª edição, revista, prefaciada e anotada por José Honório Rodrigues. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

CARDOSO, Vicente Licínio. Prefácio. In: CARDOSO, Vicente Licínio (Org.). À margem da história da República. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981 (v.1).

CARTA ABERTA – "O NOSSO PROTESTO", O Nortista, Natal, 11 out. 1893.

CASCUDO, Luís da Câmara. O causeur. In: Juvenal Lamartine de Faria (1874- 1956). Natal: Fundação José Augusto, 1994.

CASCUDO, Luís da Câmara, História do Rio Grande do Norte, 1ª edição. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação-MEC, 1955. 2ª edição. Rio de Janeiro: Fundação José Augusto/Ed. Achiamé, 1984.

BARLÉU, Gaspar. História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974. 418 p. il.

BARRETO, Aníbal (Cel.). Fortificações no Brasil (Resumo Histórico). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1958. 368 p.

BARROS, Eva Cristini Arruda Câmara Barros. Atheneu norte-Riograndense: práticas culturais e a formação de uma identidade (1892-1924). 2000. 182f. Tese (Doutorado em Educação, História e Filosofia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

EXAMES PREPARATÓRIOS. O Nortista, Natal, 24 de nov. 1893.

FARIA, Juvenal Lamartine de. Eu não temo a mocidade. A República, Natal, 7 jun. 1928.

FARIA, Juvenal Lamartine de. Velhos costumes do meu sertão. Natal: Fundação José Augusto, 1965.

_____. O meu governo. Mossoró: ESAM, 1992 (Coleção Mossoroense).

GALVÃO, Hélio. História da Fortaleza da Barra do Rio Grande. Rio de Janeiro: MEC/Conselho Federal de Cultura, 1979.

GARRIDO, Carlos Miguez. Fortificações do Brasil. Separata do Vol. III dos Subsídios para a História Marítima do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1940.

LAMARTINE, Osvaldo. Juvenal Lamartine, o meu pai. In: Juvenal Lamartine de Faria (1874- 1956). Natal: Fundação José Augusto, 1994.

LEMOS, Vicente Simões Pereira de, e MEDEIROS, Tarcisio. Capitães-mores e Governadores do Rio Grande do Norte, Vol. 2. Edição do IHGRN - Conselho Federal de Cultura - Ministério da Educação e Cultura. Natal: CERN, 1980

MEDEIROS Filho, Olavo de. No Rastro dos Flamengos. Natal: Fundação José Augusto, 1989.

_____ Terra Natalense. Natal: Fundação José Augusto, 1991.

_____ O Engenho Cunhaú à Luz de Um Inventário. Natal: Fundação José Augusto, 1993.

MEDEIROS, Tarcisio. Proto-história do Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro: Fundação José Augusto/Presença Edições, 1985.

MOURA, Pedro Rebouças de. Fatos da História do Rio Grande do Norte. Natal: Fundação José Augusto/CERN, 1986.

RIO GRANDE DO NORTE. Mensagem do Governador Pedro Velho de Albuquerque Maranhão e Relatórios apresentados pelos Chefes das Repartições Públicas Estaduais do Rio Grande do Norte. Natal: Typografia d'A Republica, 1893.

RIO GRANDE DO NORTE. Mensagem do Governador Pedro Velho de Albuquerque Maranhão e Relatórios apresentados pelos Chefes das Repartições Públicas Estaduais do Rio Grande do Norte. Natal: Typografia d'A Republica, 1894.

SANTA ROSA, Jayme Nóbrega. A linguagem do seridoense – a influência do português arcaico e do clássico. Tempo Universitário, Natal, v.2, n.1, p.109-127, jan./jun. 1979.
SILVA, J. de A; SILVA, S. E. da e PEREIRA, R. B.; SANTOS, A J. dos e ARAÚJO, W. G. A Revolução de 30 no RN.
SOUSA, Augusto Fausto de. Fortificações no Brazil. RIHGB. Rio de Janeiro: Tomo XLVIII, Parte II, 1885. p. 5-140.
SOUZA, Itamar de. A República Velha no Rio Grande do Norte (1889-1930). Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1989.
SOUSA, Oswaldo Câmara de. Acervo do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Norte. Natal: Fundação José Augusto, 1981.
SPINELLI, José Antônio. Getúlio Vargas e a Oligarquia Potiguar: 1930/39. Natal: EDUFAN, 1996.
VALDEMARIN, Vera Tereza. O Liberalismo demiurgo: estudo sobre a reforma educacional projetada nos Pareceres de Rui Barbosa. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2000.
MAIA, Agaciel da Silva. **Parlamentares do Rio Grande do Norte: Senadores do Império à República** / Agaciel da Silva Maia; prefácio de José Sarney. Brasília: Senado Federal, 2002.

Jailton Augusto da Fonseca